

Universidade de Santo Amaro
Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas

SEBASTIÃO JACINTO DOS SANTOS

**Práticas de educação interdisciplinar em Arteterapia e inclusão social com
adolescente em Liberdade Assistida**

São Paulo/SP, 2016

Santos, Sebastião Jacinto dos
Práticas de educação interdisciplinar em arteterapia e inclusão social
com adolescente em liberdade assistida / Sebastião Jacinto dos
Santos. -- São Paulo , 2016
162 f.

Dissertação (Ciências Humanas) - Universidade de Santo Amaro,
2016

Orientador(a): Prof. Dr. Marcos Júlio Sergi

1.Adolescentes. 2.Liberdade assistida. 3.Interdisciplinaridade.
4.Arteterapia. 5.Educação. I.Sergi, Prof. Dr. Marcos Júlio, orient.
II.Universidade de Santo Amaro III.Título

Universidade de Santo Amaro
Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas

SEBASTIÃO JACINTO DOS SANTOS

**Práticas de educação interdisciplinar em Arteterapia e inclusão social com
adolescente em Liberdade Assistida**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Interdisciplinar em Ciências
Humanas da Universidade de Santo Amaro,
como requisito para a obtenção do título de
mestre em Ciências Humanas, sob a orientação
do Prof. Dr. Marcos Júlio Sergl.

São Paulo/SP, 2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

SEBASTIÃO JACINTO DOS SANTOS

Práticas de educação interdisciplinar em Arteterapia e inclusão social com adolescente em Liberdade Assistida

Dissertação apresentada ao programa interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro, para obtenção do título de Mestre. **Área de Concentração:** Sociedade, Cultura e Linguagens. **Linhas de Pesquisa:** Sociedade, Comunicação, Linguagens.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Maria Stela Santos Graciani

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

Prof. Dr. Rafael Lopes de Souza

Universidade de Santo Amaro – UNISA

Prof. Dr. Marcos Júlio Sergl

Universidade de Santo Amaro – UNISA

AGRADECIMENTOS

Ao Arcebispo Dom Jaime Vieira Rocha, Coordenador Tony Marques de Oliveira e à Vice-coordenadora Liliane Silva do Rosário da Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN que forneceu todo o material necessário para o suporte da pesquisa.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Capa do Texto Base da Campanha da Fraternidade 1987.....	26
Figura 2	Menor Deficiente Mental – FEBEM, Pacas – Vitória de Santo Antão/PE.....	26
Figura 3	Desenho realizado pelo adolescente Tiago para responder como ele percebe a sociedade em que vive.....	115
Figura 4	Na atividade em Arteterapia com a técnica do desenho, foi solicitado que o adolescente expressasse como vê a família.....	117
Figura 5	A adolescente Jane narra como vê a sociedade.....	118
Figura 6	Desenho da adolescente Mariny para responder como está se sentindo no momento.....	119
Figura 7	Desenho do adolescente Luan para responder como está se sentindo no momento..	119
Figura 8	O adolescente apresenta no desenho traços de violência.....	121
Figura 9	Adolescentes finalizando seus trabalhos de pintura.....	122
Figura 10	Adolescentes finalizando seus trabalhos de pintura.....	123
Figura 11	Adolescente Conrado realizando atividades de arte com a modalidade de pintura...	123
Figura 12	Trabalho realizado por adolescente com a finalidade de responder o que ele mais deseja pra sua vida.....	124
Figura 13	Trabalho de pintura coletiva realizado por adolescentes com a finalidade de responder o que eles entendem por vida.....	124
Figura 14	Técnica da modelagem em argila – o adolescente expressa quais são os elementos da natureza que lhe motivam.....	125
Figura 15	O adolescente é orientado a manusear a argila criando o que lhe faz recordar os momentos bons já vivenciados por ele.....	126
Figura 16	Atividade de arte com texto bíblico sobre a criação do homem.....	127
Figura 17	A atividade consiste na criação da máscara pessoal.....	128
Figura 18	Arte coletiva, meramente ilustrativa, feita com colagem.....	129
Figura 19	Grupo em expressão corporal.....	131
Figura 20	Grupo em expressão corporal.....	131
Figura 21	Passeio de educadores sociais e adolescentes no Parque das Dunas.....	132
Figura 22	Definição Interdisciplinar da Arteterapia	135

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01	Apresentada pelo autor sobre o título de “Crises e etapas da adolescência”...	72
Tabela 02	Atendimento geral da Pastoral do Menor no Brasil.....	100
Tabela 03	Atos infracionais no Brasil definidos pelos trabalhos da Pastoral do Menor no trabalho com as medidas socioeducativas.....	100
Tabela 04	A cidade de Natal demonstra que mesmo com a diminuição do crime continua sendo um lugar violento.....	101
Tabela 05	Ações realizadas pela Pastoral do Menor na Arquidiocese de Natal/RN.....	103
Tabela 06	Redistribuição das oficinas – Ações realizadas pela Pastoral do Menor na Arquidiocese de Natal/RN.....	104

Resumo

Este estudo analisa a atuação da Pastoral do Menor na Arquidiocese de Natal/RN nos anos de 2004 a 2010. O objetivo é fazer o mapeamento da construção da identidade do adolescente em Liberdade Assistida, apontando as significativas contribuições do atendimento, com a utilização de atividades de Arteterapia, que o faz assumir seu protagonismo social, ou seja, investigar de que formas as diversas linguagens artísticas como: dança, pintura, argila, música, desenho e teatro, com fins terapêuticos, possibilitaram o resgate da cidadania e da inclusão social dos participantes, com as vivências desenvolvidas em oficinas criativas. Sob a perspectiva da pedagogia da presença integrada às questões sociais, desenvolvemos a hipótese de que a Arteterapia mostra-se eficiente como técnica de resgate da autoestima, tendo como consequência a plena inclusão social do público alvo aqui recortado. A pesquisa justifica-se na busca de elementos que desafiem a melhoria da qualidade da atuação profissional dos educadores sociais, compreendendo o adolescente a partir das intervenções em Arteterapia. As respostas inserem-se na abordagem de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, em que pesquisa-ação e etnometodologia dialogam com temas como interdisciplinaridade e pedagogia da presença, com base nas ideias do pedagogo brasileiro Paulo Freire, considerando o adolescente em sua condição social: familiar, educacional, política, religiosa, econômica e cultural, em uma conciliação com as condições éticas, expressas a partir das diretivas de direitos e deveres da criança e do adolescente vigentes no “Estatuto da Criança e do Adolescente”. No primeiro capítulo, fazemos uma contextualização do campo de atuação da Pastoral do Menor. No segundo, tratamos da identidade do educador social e do adolescente em Liberdade Assistida. E no terceiro, apontamos como as linguagens artísticas pela abordagem da Arteterapia podem auxiliar na formação dos adolescentes. As considerações finais reportam-se à identidade da Pastoral do Menor, ao executor dos projetos de educação que é o educador social, ao agente da educação na figura do adolescente em Liberdade Assistida e à intervenção pelas práticas educativas da Arteterapia como resposta de inclusão social e vislumbre da identidade pessoal do adolescente.

Palavras-Chave: Adolescente; Liberdade Assistida; Interdisciplinaridade; Arteterapia; Educação.

Abstract

This study analyzes the performance of Pastoral do Menor in the Archdiocese of Natal/RN in the years of 2004 to 2010. The goal is to make the mapping of the identity construction of adolescent in Assisted Freedom, pointing out the significant contributions of care, with the use of art therapy activities, what makes it assume its social protagonism, in other words, investigate how the various artistic languages such as: dance, painting, clay, music, drawing and theater, for therapeutic purposes, enabled the recovery of citizenship and social inclusion of the participants, with the experiences developed in creative workshops. Under the perspective of the pedagogy of presence integrated with social issues, we have developed the hypothesis that art therapy is effective as rescue technique of self-esteem, having as a consequence the full social inclusion of the target audience here clipped. The research is justified in seeking elements that challenge the improvement of the quality of professional performance of social educators, understanding the teenager from interventions in art therapy. The answers are in the approach of a qualitative research, bibliographic, research-oriented action and ethnomethodology that dialogue with topics such as interdisciplinarity and pedagogy of presence, based on the ideas of the brazilian educationalist Paulo Freire, considering the teenager in his social condition: familiar, educational, political, religious, economic and cultural, in a conciliation with the ethical conditions, expressed from the policies of rights and duties of children and adolescents on the "Estatuto da Criança e do Adolescente" (Statute of the Child and Adolescent). In the first chapter, we do a contextualization of the field of care of the Pastoral do Menor. In the second chapter, we treat the identity of the social educator and teenager in Assisted Freedom. And in the third chapter, we point out how the artistic languages of art therapy approach can assist in the formation of adolescents. The final considerations refers to the identity of Pastoral do Menor, the executor of projects of education whose is the social educator, the education agent in the figure of the teenager in Assisted Freedom and the intervention by the educational practices of art therapy as a response to social inclusion and glimpse of personal identity of the adolescent.

Keywords: Teenager; Assisted Freedom; Interdisciplinarity; Art Therapy; Education.

“Em determinadas épocas, a loucura e a realidade se unem e se tocam. O que é desumano e irracional é aceito com tranquilidade, o que ameaça por ser novo é controlado imediatamente, o que representa novos valores, novas aspirações é cerceado violentamente, o que eclode como a maior possibilidade do ser humano, a de poder criar livremente, não é permitido. O homem, então, volta-se para o plano individual, não podendo agir, imagina, muitas vezes se embaraça em seus próprios labirintos”.

Augusto Boal

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I	
1 Origem da Pastoral do Menor e atuação na Arquidiocese de Natal/RN	20
1.1 Origem do termo “menor”	33
1.2 A Instituição Social: Pastoral do Menor	35
1.3 Atuação na Cidade de Natal/RN	40
1.3.1 Formas de Orientações da Pastoral do Menor	44
1.3.2 Direitos Humanos e o mundo do trabalho	47
Capítulo II	
2 A construção da identidade do educador social e do adolescente em liberdade assistida	52
2.1. Pedagogia da presença: fé, cuidado, amor, ação e acolhida	56
2.1.1 Presença na vida do adolescente	65
2.1.2 Resultados operantes da pedagogia da presença	66
2.2 Identidade do adolescente em liberdade assistida	70
2.2.1 O adolescente infrator e o novo contexto urbano	77
2.2.2 Da delinquência à estética da insegurança	79
2.2.3 A estética dos muros	80
2.2.4 A estética do crime	83
2.2.5 A estética da violência	85
2.2.6 A estética da esperança	87
Capítulo III	
3 Práticas da Arteterapia com Adolescentes em Liberdade Assistida	92
3.1 A construção do <i>Corpus</i> da pesquisa	94
3.2 Sujeitos	96
3.3 Materiais e procedimentos utilizados	102
3.4 A Arteterapia como ferramenta de trabalho	105
3.5 Descrição das práticas de educação em Arteterapia.....	112
3.5.1 Prática educativa em Arteterapia com a abordagem do desenho	113
3.5.2 Prática educacional em Arteterapia com pintura	121
3.5.3 Prática de educação em Arteterapia com argila	125
3.5.4 A Arteterapia com a utilização da música	128
3.5.5 Prática educativa de Arteterapia com expressão corporal em dança/teatro	130
3.6 Arteterapia como prática interdisciplinar de educação	133
3.7 Resultados: benefícios e beneficiados	139
Considerações finais	144
Referências Bibliográficas	151
APÊNDICES	
Apêndice 1 – Parecer Pedido de Autorização pra Realização de Projeto de Pesquisa.....	157
Apêndice 2 – Justificativa para ausência do TCLE.....	158
Apêndice 3 – Termo de Compromisso e Confiabilidade	159
Apêndice 4 – Carta de autorização	160
Apêndice 5 – Termo de autorização para o uso de informações e dados da instituição	161

INTRODUÇÃO

Este estudo analisou a atuação da Pastoral do Menor na Arquidiocese de Natal/RN. Atualmente, a Pastoral do Menor está presente em 97 das 273 dioceses brasileiras, sendo que há iniciativas isoladas com a mesma dinâmica e metodologia nas demais dioceses. A Pastoral atende, em todo o país, 53.109 crianças e adolescentes, com 7.898 educadores envolvidos nessa ação. Outra contribuição importante é a participação de seus agentes em 117 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e 93 Conselhos Municipais de Assistência Social. Além disso, atua nas várias frentes que lutam em favor da garantia de direitos às crianças, adolescentes e jovens.

Para ampliar o horizonte de trabalhos, a Pastoral do Menor assumiu, também, junto ao Ministério Público, no ano de 2004, o atendimento com adolescentes em medidas socioeducativas: assistência aos centros socioeducativos, assistência aos adolescentes em cadeias, prestação de serviços à comunidade, Liberdade Assistida e internação.

A construção da identidade do adolescente, atendido pela Pastoral do Menor (PAMEN) da Arquidiocese de Natal/RN, em Liberdade Assistida parte da realidade da região nordestina, com uma sociedade em constante transformação, principalmente por questões regionais.

A Pastoral do Menor trabalha, atualmente, com uma campanha em defesa das Medidas Socioeducativas com o tema “Dê oportunidades. Medidas Socioeducativas responsabilizam, mudam vidas”. A campanha é uma forma de mobilizar a sociedade de todo o território nacional, em favor da implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). A campanha está voltada, ainda, para a manutenção da maioria penal aos 18 anos e pede a aplicação de medidas socioeducativas. Essa é uma forma de garantir a tranquilidade da comunidade, pois esta acabará entendendo que há agentes capacitados e interessados na resolução da problemática dos adolescentes.

Dessa forma, os projetos educativos e sociais da Pastoral do Menor têm sido ações que justificam a inclusão social dos adolescentes assistidos. Estas atividades assumem um tom de prestação de serviço à comunidade garantindo aos adolescentes envolvidos a adoção de medidas socioeducativas. Por meio desses projetos, a Pastoral do Menor tem realizado um trabalho fundamental nesse processo de formação.

Os agentes da Pastoral do Menor – que tratamos aqui como educadores sociais – acreditam que a educação tem um papel relevante no aperfeiçoamento das relações humanas. Papel que tanto pode ser voltado para a transformação da sociedade, buscando alcançar o bem de todos, como pode ser direcionado na integração das pessoas na realidade vigente.

Diante das práticas que vêm contribuindo com a degradação da convivência humana, tais como: a disjunção de pessoas, de seus valores e saberes; a produção e o consumismo exacerbados, que geram reflexos danosos ao meio ambiente, faz-se necessário o surgimento de um novo modelo para redimensionar a realidade e orientar a solução desses problemas. Enfim, a edificação de um novo paradigma.

O grande desafio que está posto agora e que já vem sendo enfrentado nos novos enfoques das diversas áreas do conhecimento e da ação humana, enquanto tônica do Século XXI, é como fazer a religação do conhecimento disciplinar, levando a todos os campos de formação uma visão de conciliação interdisciplinar. É certo dizer que as experiências em educação da Pastoral do Menor são especificamente contingências das necessidades de um dado contexto histórico num determinado patamar do conhecimento. Nesse caso, nossa pesquisa tratou como estudo de caso a Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN, com o recorte dos “Adolescentes em Liberdade Assistida”, no período de 2004 a 2010.

Reconhecer o estágio caótico do mundo em que estão mergulhados esses adolescentes não implica em menosprezar a evolução do conhecimento científico em diversas esferas. Estes avanços no campo do conhecimento são fundamentais para o bem-estar da coletividade. Nesse sentido, o que propusemos já foi consolidado e exposto em relatórios, configurando-se como uma narrativa de nossa própria experiência de vida por termos atuado nos anos em referência como educador social nesta pastoral e diretamente neste Programa. Concomitantemente, nossa análise partiu das abordagens em artes como elemento de entendimento dialógico de nossa pesquisa, já que na mesma ocasião, realizamos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, nos anos de 2006 a 2009, um estudo em Arteterapia; o que justificou a ocorrência desse tema como pesquisa interdisciplinar em nosso trabalho monográfico.

Iniciamos o projeto com uma varredura dos processos formativos da realidade do adolescente no Brasil junto às Pastorais da Igreja Católica utilizando o mapeamento do sujeito constitutivo de direito, focalizando as inter-relações discursivas que apontam para a construção da identidade do adolescente. A partir da apresentação da Pastoral do Menor como um modelo em sua prática na pedagogia da presença, as significativas contribuições no atendimento dos adolescentes que cometeram atos infracionais e em dívidas com a sociedade suscitaram um melhor entendimento da realidade juvenil e de seu protagonismo social. Relacionada às premissas éticas dentro da política de garantia de direitos e deveres vigente no

Brasil, a Pastoral do Menor adequa o discurso à realidade com intervenções sob a ótica da Arteterapia.

Fomos amparados por teóricos da educação como Paulo Freire (2011A, 2011B e 2013), que transcorre em todo o trabalho, e BRANDAO (1983) e GRACIANI (2009), que relacionam a educação com a realidade social. Ainda utilizamos fontes como documentos da CNBB (1987, 2003, 2008), ALVES (2015), BEOZZO (2015) e CAMBI (1999).

No intuito de definir a história, a finalidade, a ação da Pastoral do Menor da Igreja Católica e a urgência de uma forma própria para atender o público: crianças, adolescentes, jovens e familiares, apontamos a real importância histórica da Pastoral Social da Igreja Católica no Brasil, que assume sua finalidade e missão a partir das conferências de Medellín (1968), Puebla (1970) e Santo Domingo (1992).

Optamos, ainda, por trabalhar com o referencial teórico da pedagogia da presença de COSTA (2001) e CHIERA (2008), aliada à pedagogia da fé, à pedagogia do cuidar, à pedagogia do amor, à pedagogia da ação e à pedagogia da acolhida. Esses diferentes aspectos convergem aqui em uma única compreensão reconfigurada na presença do educador social.

O objeto da pesquisa foi o adolescente em Liberdade Assistida, definido como delinquente ou infrator. Assim, a adequação de sua identidade é proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (2012) e por CALLIGARIS (2009), CAMPBELL (2005), CARVAJAL (2003), GIDDENS (2012) e LIPP (2010). Aprofundamos a identidade desse adolescente a partir dos elementos da Arteterapia, cujos expoentes são desenvolvidos por autores como ALLESSANDRINI (2010), CHRISTO (2005), CIORNAI (2004 e 2005) e VALLADARES (2004).

Para analisar o processo de adaptação do adolescente em Liberdade Assistida na Arquidiocese de Natal, no período de 2004 a 2010, verificamos como eram organizadas essas atividades educativas e suas finalidades na reestruturação e ressocialização dos adolescentes em seus direitos e deveres; acompanhamos a ocorrência de recuperação da autoestima e de vínculos familiares e comunitários dos adolescentes; apontamos como se deu a reinserção dos adolescentes na comunidade e na escola, a aprendizagem profissional e a conscientização da responsabilidade da comunidade; conhecemos melhor a realidade dos adolescentes; averiguamos as parcerias dos profissionais e como vinham sendo executadas essas atividades educativas na época da pesquisa e, por último, escrevemos a respeito do histórico da Pastoral do Menor e de seus métodos de trabalhos com adolescentes infratores, bem como atividades

de prevenção e problemática, considerando os documentos que trataram de nosso objeto de estudo.

Esta pesquisa justificou-se na busca de elementos que desafiassem a melhoria da qualidade da atuação profissional dos educadores sociais, compreendendo o adolescente a partir das intervenções em Arteterapia.

As respostas inseriram-se na abordagem de uma pesquisa bibliográfica dialogando com temas como interdisciplinaridade, pedagogia da presença, com base nas ideias do pedagogo brasileiro Paulo Freire, tendo em conta o adolescente em sua condição social: familiar, educacional, cultural, política, religiosa e econômica em uma conciliação com as condições éticas, expressas a partir das diretivas de direitos e deveres da criança e do adolescente vigentes no “Estatuto da Criança e do Adolescente” – ECA.

O estatuto ajuda a Pastoral do Menor, assim como os diversos grupos, Organizações Não Governamentais e movimentos sociais que trabalham com as causas de resgate da cidadania desses adolescentes a galgarem as diversas etapas de incentivo de inclusão social.

É relevante, no contexto da atuação do educador social, a prática da Arteterapia como forma de trabalhar os diversos campos de intervenção, facilitando a inclusão desse adolescente em situação de risco nos diversos movimentos de resgate dos seus direitos.

Ao propormos a aplicação dos recursos da Arteterapia como meio de resposta e instrumento da inclusão social, vimos que se a arte tem o poder de aprimorar atitudes e sentimentos, conseqüentemente, pode levar sujeitos a uma melhor compreensão do mundo no qual estão inseridos. Em nosso universo de pesquisa, os adolescentes assumiram uma perspectiva bastante elucidativa, revelando seus desencontros ou desequilíbrios através do que desenhavam ou pintavam. As atividades arteterapêuticas nos ajudaram a perceber as frustrações e decepções que os levaram a se envolver com a delinquência, sempre de um ponto de vista, na maioria das vezes, fixo, estagnado, diluído em revoltas e ilusões. Observamos que, na maioria das vezes, os adolescentes gostavam de desenhar situações adversas típicas de violência, representadas em armas, facas, revólveres, instrumentos de tortura e muito sangue. Em outras, apareciam sempre desenhos de cigarros, folhas de maconha, seringas e elementos que se confundiam com o mundo das drogas. Há, também, aqueles que pintavam casas bonitas ou ambientes apresentados nas explicações como a representação do que eles gostariam de um dia alcançar para si e seus familiares.

A identidade desses adolescentes não foge aos indícios do encanto com aquilo que, no decorrer da história da humanidade, tem sido tão valorizado no mundo das artes: as tragédias.

Embora eles vivam uma tragédia a sua maneira, não fogem do prejulgamento de que o trágico é atraente, encanta, faz sofrer, desorienta e desterritorializa, levando-os a transitar por mundos nunca desejados, com sede de conquistar sua condição de ser superior. De uma maneira errônea, esses adolescentes infratores querem, na verdade, afirmar suas identidades, assumindo a contramão da realidade, já que foram deixados à margem de seus direitos de crianças e adolescentes. Foi-lhes negada a condição de cidadãos e isso se revela em seus atos de violência, roubos e crimes.

A pesquisa bibliográfica sobre os elementos constitutivos da Arteterapia acentuou a importância da prática em busca de uma resposta transformadora, unificada e integrada às questões sociais de diversas ordens, bem como da situação do adolescente.

Percebeu-se com exatidão que a Arteterapia apresenta elementos para elucidar a problemática conflitiva de alguns adolescentes; porém, na maioria dos casos, o processo é lento devido à falta de entendimento da importância das finalidades terapêuticas. Não é culpa do adolescente, mas, talvez, da incapacidade de compreensão e percepção das intervenções artísticas com a finalidade de cura. Há quem diga que partilhar informações sobre desenhos ou produções artísticas não têm nada a ver com situações clínicas e projeções de cura do ser depressivo. Esquece-se que, para o adolescente, o conhecimento de si mesmo é um aspecto fundamental para o amadurecimento de sua identidade e primeira condição para se passar ao próximo estágio, que é a aceitação de si.

No Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade de Santo Amaro, escolhemos a linha de pesquisa “Sociedade, Comunicação, Linguagens” por apresentar concordância com nossa proposta pedagógica no campo das Artes e sua aplicação na Pastoral do Menor. Neste caso, as situações-problema definem o que é a Pastoral do Menor e como esta se estrutura em sua finalidade e ação. Descrevemos, também, as contribuições específicas na solução da problemática do adolescente infrator e como esta Pastoral define o elemento adolescente e, em contrapartida, as definições sociais.

A partir da análise dos históricos apresentados em relatórios pessoais de cada adolescente, foi possível estudar o grupo de “adolescentes-problema” atendidos por esta Pastoral. Os resultados da pesquisa foram alcançados com as ações educativas do “Programa Liberdade Assistida”, definindo a Pastoral do Menor como um modelo a ser seguido em todo o território nacional.

Na verificação da hipótese de que as intervenções em Arteterapia levaram o adolescente a perceber com mais clareza a sua identidade pessoal, sendo um auxílio no trabalho do

educador social da Pastoral do Menor, percebeu-se que as instituições e organizações sociais costumam trabalhar com projetos que envolvem necessariamente os elementos da arte. Diferente de outras formas de educação, a arte pode, de fato, apresentar elementos que ajudem os adolescentes a se perceber com mais naturalidade em suas ações. Neste sentido, é comum que a arte revele as atrocidades da vida ao atuar na condição ética do adolescente, ajudando-o a interagir com o outro na sociedade, contribuindo com a formação e ressocialização do ser interior desse adolescente.

Por isso, foi verificado se a Arteterapia colaborou no processo de inclusão social do grupo pesquisado. Apresentamos essas questões na qualidade interdisciplinar das intervenções arteterapêuticas e sua influência no tratamento com os elementos do processo ensino-aprendizagem, pois sua utilização deu ao adolescente em Liberdade Assistida a possibilidade de trabalhar sua resiliência, de aprofundar a percepção de sua história de vida e de socializar sua participação na sociedade.

A metodologia baseou-se na leitura bibliográfica, na pesquisa-ação e na etnometodologia, como seguem nas etapas: a) análise e leitura; b) comparação do texto; c) reflexão pessoal; d) criação de planilhas dos resultados; e) análise das produções artísticas dos adolescentes; f) criação de paradigmas da interferência das artes na mudança comportamental dos adolescentes; g) escrita do *corpus* da dissertação; h) conclusões e produção textual. Mais especificamente, dividimos nossas leituras em algumas frentes de abordagem de acordo com o objetivo da pesquisa. Em uma delas estudamos o conceito de adolescente conforme aparecia na bibliografia tradicional. Incluíram-se aqui, também, textos de utilização própria da Pastoral Social da Igreja Católica, da Pastoral da Juventude e da Pastoral do Menor, além de outros textos oficiais sobre o assunto.

O trabalho foi desenvolvido com base em revisão bibliográfica, compreensão e levantamento de conteúdos teóricos de livros, sites especializados e outros documentos pré-existentes, resultando na confecção e compreensão de textos da área estudada. Utilizamos também a metodologia da pesquisa-ação e a etnometodologia, abordagens circunscritas dentro do paradigma qualitativo e quantitativo já que usamos fontes preexistentes, como bancos de dados de educadores sociais, adolescentes atendidos e famílias envolvidas.

As observações pela lógica da pesquisa-ação envolveram ações realistas, em que as reflexões e avaliações dos resultados foram extraídas das intervenções em Arteterapia. A etnometodologia auxiliou no conhecimento empírico do método utilizado para dar sentido às ações e realizações cotidianas pela prática da Arteterapia.

Pela valorização das experiências, dos saberes do senso comum e dos eruditos, a partir de uma prática educacional reflexiva, verificamos a inter-relação educador-educando na produção de saberes. Percebeu-se que essa prática é constantemente criada e recriada pelos autores e pelos atores da vivência educacional. Assim, os problemas sociais da atualidade foram fortes indícios para a legitimação da temática investigada. A pesquisa-ação ajudou, também, a religar conceitos, ideias e procedimentos na perspectiva de aumentar o horizonte teórico-metodológico para uma compreensão atualizada do tema em questão.

No primeiro capítulo, fizemos uma contextualização do campo de atuação da Pastoral do Menor. Partimos da realidade histórica do Brasil, levantando os aspectos da necessidade de uma pastoral social na Igreja que atue com adolescentes suprimidos em seus direitos, sobretudo com o histórico da realidade social, as abordagens e tentativas em relação ao estado de direito. Definimos esta primeira parte por meio de estudos bibliográficos, a partir das abordagens de textos da Pastoral do Menor, leis que regem os direitos dos adolescentes e documentos sociais da Igreja por se tratar de bibliografia fundamental para o assunto em foco.

No segundo capítulo, tratamos do trabalho do educador social e da definição do conceito de pedagogia da presença. Buscamos demonstrar como a prática do “Educador Social” pode ajudar o adolescente em situação de risco a adquirir um sentido crítico e ético capaz de envolver-se nas questões sociais, e prepará-lo para as novas formas de pensar na sociedade, que o exclui. Neste caso, apontamos também a definição de adolescente apresentando elementos para compreensão de sua identidade. Um novo contexto urbano que dissemina na delinquência faz ressurgir na população a insegurança, que se apresenta em quatro tipos de estéticas: dos muros, do crime, da violência e da esperança. Nesse contexto, o adolescente necessita de uma educação que valorize seu ser com base nas novas tecnologias e nos direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

No terceiro capítulo, apontamos como as linguagens artísticas podem auxiliar na formação dos adolescentes atendidos pela Pastoral do Menor. Descrevemos alguns casos de adolescentes que foram acompanhados pelas intervenções em Arteterapia, analisando seu discurso pessoal e mostrando como a Arteterapia colaborou na percepção de sua realidade social. Apontamos, ainda, a qualidade interdisciplinar do trabalho com a Arteterapia e sua influência no processo terapêutico de fortalecer a resiliência. Nesse ínterim, as diversas linguagens artísticas como dança, pintura, argila, música, desenho e teatro, com fins terapêuticos, possibilitaram o resgate da cidadania e da inclusão social dos participantes. Isso tudo foi possível graças às vivências desenvolvidas em oficinas criativas, sob a perspectiva da

pedagogia da presença integrada às questões sociais. Retratamos, também, a participação dos adolescentes, as interpretações, as intervenções e, sobretudo, a formação do educador social para assumir tal função. Para tanto, fizemos análise a partir da pesquisa-ação, buscando entender os meios humanos, as formas interventivas e as contribuições com tais empreitadas. Um segundo ponto analisado foi como essas intervenções podem contribuir para o aumento da resiliência dos adolescentes.

Esta pesquisa reportou-se aos seguintes elementos: a identidade da Pastoral do Menor; o executor dos projetos de educação que é o educador social; o agente da educação na figura do adolescente em Liberdade Assistida e a intervenção com práticas educativas de Arteterapia como resposta de inclusão social e vislumbre da identidade pessoal do adolescente.

C A P Í T U L O I

A PASTORAL DO MENOR NA ARQUIDIOCESE DE NATAL/RN

“A realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. (...) [Se] a minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento”.

Paulo Freire

1 Origem da Pastoral do Menor e atuação na Arquidiocese de Natal/RN.

“Entendida como um conjunto de pessoas e grupos que falam linguagens comuns e estabelecem redes de relações, que permitem interpretar e construir sentidos para a produção/difusão do conhecimento numa determinada área de saber”.

Antonio Nóvoa

É importante fazer, inicialmente, uma contextualização de como se processa a trajetória histórica da atuação da Pastoral do Menor no trabalho com adolescentes infratores. Partimos da realidade histórica do Brasil, levando-se em conta os aspectos da necessidade de uma Pastoral Social na Igreja Católica. Neste sentido, essa entidade atua com crianças e adolescentes suprimidos em seus direitos, sobretudo com o histórico da realidade social, das abordagens e tentativas em relação ao estado de direito. Os dados encontrados em documentos e material de assembleias realizadas entre os anos de 1970 a 2010 serviram para definir o campo de atuação da Pastoral do Menor. As leis que regem os direitos do adolescente e documentos sociais da Igreja, por consistirem em fonte essencial para o assunto em foco, também serviram para delimitarmos as atividades na Arquidiocese de Natal/RN.

A origem da Pastoral do Menor se dá no ano de 1972, quando têm início as primeiras ideias de uma pastoral voltada para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco na cidade de São Paulo, cujo termo “menor” era largamente usado em documentos e discursos de referências a crianças e adolescentes. A essência da palavra “menor” não tinha uma conotação negativa, visto que as preocupações se voltavam mais necessariamente para os problemas sociais daqueles desassistidos: menor carente, menor de rua, menor abandonado, fazendo alusão ao contexto do versículo bíblico do Evangelho de Marcos 9,37: “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”.

Na atualidade, as políticas de atendimento a esse grupo retiraram do discurso a palavra “menor” por entender que é uma forma de redução e descaracterização desse público, depreciando sua condição de ser humano em crescimento e desenvolvimento. A Pastoral do Menor, mesmo sendo discriminada pelo termo, acabou por assumir essa identidade, passando a se identificar com a denominada sigla PAMEN¹.

¹ A I Assembleia Nacional da Pastoral do Menor realizada no período de 29 de outubro a 03 de novembro de 1993 no Centro D. Bosco, em Cachoeira do Campo/MG, com o lema “Criança e Adolescente, Protagonistas do

A partir de uma visão social que interfere diretamente na vida das crianças e adolescentes brasileiros, hoje, a Pastoral do Menor desenvolve seus trabalhos, tendo como instrumento a atenção voltada aos abandonados e carentes. Por isso, tem uma atuação no quadro da infância, adolescência e família. Seu surgimento não dependeu necessariamente da boa vontade de pessoas ou grupos, e sim da realidade do país, expressa no desrespeito dos direitos de crianças e adolescentes, exigindo ação nas comunidades carentes.

As crianças e adolescentes em situação de risco social sempre estiveram presentes na realidade brasileira, requerendo soluções ao longo da história. Muitas propostas foram colocadas em prática pela sociedade com marcada atuação da igreja, principalmente das congregações religiosas.

Para o surgimento e definição do que vem a ser a Pastoral do Menor na atualidade, devemos ter claro quatro momentos: 1) na década de 1970, o aumento do contingente de crianças e adolescentes em situação de rua e desfavorecidos em políticas públicas e as instâncias sociais que trabalhavam com essa problemática; 2) a Campanha da Fraternidade de 1987 com o lema: “Quem acolhe o menor a mim acolhe”, que define melhor o campo de atuação desta Pastoral; 3) o apoio e a reivindicação dos direitos da criança e do adolescente, a partir de diversas campanhas que originariam mais tarde o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990; 4) a disseminação da Pastoral do Menor pelas várias dioceses do Brasil.

Compreender a importância dos trabalhos sociais voltados para a realidade dos excluídos na sociedade brasileira passa, necessariamente, pelo contexto histórico da atuação das congregações e entidades religiosas da Igreja Católica. Segundo essa visão, vários fatores contribuíram para que esses grupos tivessem sucesso e aceitação das comunidades carentes, mas também da classe média em ascensão. Isso favoreceu o pleno desenvolvimento das pastorais sociais, que passaram a dar maior atenção às questões sociais geradas pelo crescimento desordenado das cidades e pelo fenômeno da industrialização, resultando em maior mobilidade social e acentuada separação entre ricos e pobres. Essa realidade ocorreu na década de 1970, quando começam a se desenvolver no país os indicadores sociais que possibilitaram constatar os efeitos do crescimento econômico e a resultante defasagem de acesso aos bens de consumo.

Processo de Mudança” tinha como intenção, também, a definição da Identidade e Organização da Pastoral do Menor. No encontro nacional realizado em Cachoeira do Campo/MG, em 2005, foi discutido, com os representantes da Pastoral do Menor de várias dioceses do Brasil, a nomenclatura e ideologias implicadas na palavra menor e se passou a usar a sigla PAMEN.

É o efeito da aceleração do crescimento desordenado das cidades, da concentração de renda, com profunda desigualdade social e do aumento das condições de pobreza das camadas sociais que faz surgir uma massa de desocupados. Isso gera um jogo de forças entre os que têm cada vez mais e os que trabalham para garantir o mínimo pra sobrevivência, acentuando o quadro de desigualdade social.

São os trabalhadores de baixa renda que sofrem os efeitos da economia, pois o processo de inflação estagna os ganhos aquisitivos da população, atingindo de modo perverso as comunidades pobres que se acumulam nos inchaços urbanos. Com isso, crianças, adolescentes e jovens sofrem os efeitos da falta de planejamento assistencial a essas camadas sociais mais carentes. Neste contexto, Silva (1992) aponta que:

A questão social vinculada à condição da população infanto-juvenil despossuída, no país, não é recente, sua emergência pode ser atribuída ao período pós-segunda guerra mundial, enquanto preocupação do Estado, mediante a constituição da categoria orfandade. Contudo, é a partir da década de 70 que o interesse pela chamada “questão do menor” assume, no Brasil, uma crescente relevância (SILVA, 1992: p. 29).

As atividades pastorais da Igreja Católica no Brasil, voltadas para as questões sociais, são anteriores à década de 1970, pois a sociedade também buscava soluções para os conflitos do menor, criando em 1º de dezembro de 1964 a Lei Federal 4.513, que estabelece a “Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM - em substituição ao Serviço de Assistência ao Menor - SAM². À FUNABEM competia formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo o território nacional”³.

O SAM foi substituído principalmente porque de acordo com Vicente de Paula Faleiros (2004: p. 6):

foi muito criticado principalmente pela igreja católica, pois violentava, surrava e torturava as crianças. Ao invés de ser um órgão de proteção, tornou-se um órgão de repressão que deixava as crianças à míngua, com instalações em péssimas condições (FALEIROS, 2004: p. 6).

As campanhas contra as péssimas qualidades do trabalho com os adolescentes atendidos pelo SAM foram divulgadas pela mídia, pela sociedade civil organizada e pela Igreja Católica, que criticavam severamente o sistema.

² O Serviço Nacional de Assistência aos Menores – SAM foi criado em 1941 e funcionou até 1964, através do Decreto nº. 3.799 de 05 de novembro de 1941, em nível federal, sobre os cuidados do Ministério da Justiça.

³ Extraído de <http://www.fia.rj.gov.br/historia.htm>. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

Não podemos nos esquecer de que as décadas de 1960, 1970 e 1980 foram tempos cruciais para o entendimento do comportamento da violência social, pois é o auge da ditadura militar no Brasil, na qual todas as conquistas de direitos jurídicos são vistas sob suspeitas. Criada neste período, o papel da FUNABEM era de integrar o adolescente ao seu ambiente comunitário de origem, surgindo assim os vários programas em nível local, com a pretensão de estabelecer uma significativa reforma educacional para estabelecer a ordem geral conforme uma Filosofia Positivista⁴.

Os estados brasileiros seguem a política estabelecida nacionalmente para atingir a finalidade de resgate dos delinquentes juvenis que ainda não são vistos necessariamente como sujeitos de direitos, pois “a criança e o adolescente só tinham direitos quando eram julgados em risco, em uma situação de doença social, irregular. Não era um sujeito de direitos.” (FALEIROS, 2004: p. 9). São “criadas em âmbito estadual as Fundações Estaduais do Menor – FEBEM” (CARVALHO, 2000: p.186-187).

A criação do Código de Menores de acordo com a Lei nº 6.697/1979 continua a repetir os erros do Código de Menores de 1927 por tratar os adolescentes de forma paternalista, mas segundo Veronese:

O Código de Menores veio alterar e substituir concepções obsoletas como as de discernimento, culpabilidade, penalidade, responsabilidade, pátrio poder, passando a assumir a assistência ao menor de idade, sob a perspectiva educacional. Abandonou-se a postura anterior de reprimir e punir e passou-se a priorizar, como questão básica, o regenerar e educar. Desse modo, chegou-se à conclusão de que questões relativas à infância e à adolescência devem ser abordadas fora da perspectiva criminal, ou seja, fora do Código Penal (VERONESE, 1999: p. 27-28).

Embora se lancem certas dúvidas sobre a diminuição da repressão e punição, o contexto de busca por uma política de proteção e direitos tem demonstrado que a missão de regeneração e educação do adolescente infrator foi negligenciada nas Leis de proteção da

⁴ Para o filósofo Auguste Comte, “o positivismo é uma doutrina filosófica, sociológica e política. Surgiu como desenvolvimento sociológico do iluminismo, das crises social e moral do fim da Idade Média e do nascimento da sociedade industrial - processos que tiveram como grande marco a Revolução Francesa (1789-1799). Em linhas gerais, ele propõe à existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente a teologia e a metafísica (embora incorporando-as em uma filosofia da história). Assim, o positivismo associa uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento a uma ética humana radical, desenvolvida na segunda fase da carreira de Comte. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. De acordo com os positivistas somente pode-se afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos. Os positivistas não consideram os conhecimentos ligados as crenças, superstição ou qualquer outro que não possa ser comprovado cientificamente. Para eles, o progresso da humanidade depende exclusivamente dos avanços científicos”. Texto extraído na íntegra do site: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Positivismo>. Acesso em 20/04/2015.

criança e do adolescente. De acordo com o Código de Menores de 1979, Maria Liduina de Oliveira Silva (2005) nos adverte que esse sofreu algumas críticas da sociedade:

A primeira delas é que crianças e adolescentes chamados, de forma preconceituosa, de “menores” eram punidos por estar em “situação irregular”, pela qual não tinham responsabilidade, pois era ocasionada pela pobreza de suas famílias e pela ausência de suportes e políticas públicas. A segunda era referente às crianças e adolescentes apreendidos por suspeita de ato infracional, os quais eram submetidos à privação de liberdade sem que a materialidade dessa prática fosse comprovada e eles tivessem direitos para sua devida defesa, isto é, inexistia o devido processo legal. Nesse sentido, era “regulamentada” a criminalização da pobreza (SILVA, 2005: p. 33).

No entanto, a década de 1970 proporciona uma elevada conscientização dos trabalhos sociais, com argumentos que justificam a participação voluntária dos cristãos em todo o território nacional. É nesse período que se desenvolvem, com significativos impactos, as Pastorais Sociais em todo o Brasil.

No cenário nacional, se faz ouvir os constantes grupos a aferir ideias sobre como resolver as questões do menor. O governo federal também se detém a resolver as causas que estão se tornando incontroláveis, pois há registros de delinquência juvenil em todo o Brasil.

Com o anúncio: "Se não forem tomadas urgentes medidas preventivas e de recuperação dos menores infratores, a vida se tornará insuportável para todos nas grandes cidades brasileiras" (Câmara dos Deputados, 1976: p. 29), os políticos federais se interrogam sobre as medidas paliativas para a resolução das causas dos menores de rua e a constante onda de crimes impetrados pelos menores.

A percepção é de que há um desarranjo social que atinge todas as camadas da população e que não perfaz as necessidades da década de 1970 por se constituir como fenômeno que, se não cultural, desde o povoamento desta nação não foi uma preocupação dos representantes sociais e políticos.

Na busca de soluções para dar cabo ao fim da problemática do menor (as altas taxas de mortalidade infantil, baixa expectativa de vida, a exploração da mão de obra infantil, evasão escolar, tortura e violência doméstica, maltrato aos meninos e meninas moradores de rua, aumento do contingente de adolescentes e de crianças consumidores de drogas e desintegração das tradições da família nuclear), começam a surgir com mais frequência, embora com exiguidade, as medidas repressivas com intensificação da ação policial e a necessária internação em instituições públicas.

O ano de 1987 é fundamental para a compreensão do fortalecimento da Pastoral do Menor, pois a década de 1980 é marcada por um crescente aumento da degradação da qualidade de vida urbana, com inchaço das cidades com a mudança de realidade rural para o ambiente urbano e desestruturação familiar.

Esse fenômeno de crescimento desordenado no entorno das cidades gera o aprofundamento das desigualdades sociais pela concentração de renda, acentuando a exclusão de camadas da população das condições básicas de sobrevivência. Corroboram para a cultura de exclusão o agravamento dos níveis de desemprego, a expansão das periferias urbanas, a má condição de habitação, a fome e a miséria.

Esses fatores de exclusão estão associados a uma nova forma de comportamento, que interfere diretamente na vida de crianças, adolescentes e jovens, relacionando-os com o aumento da violência e da criminalidade.

A pobreza passa a ser vista como resultado da violência e da delinquência que transforma a população da periferia em potenciais criminosos. Isto requer dos organismos do Estado o desenvolvimento de mecanismos de repressão, aprisionamento e controle, protegendo a população desse grupo que transgride o bem e a ordem comum.

É neste contexto de formação dos conflitos e de mudanças em todas as instâncias políticas, econômicas entre o urbano e o rural da realidade social brasileira, que a Igreja Católica direciona seu olhar à realidade dos menores excluídos e abandonados, lançando em 1987 a Campanha da Fraternidade em favor deste grupo.

Todas as dioceses do Brasil se organizam em prol de um único objetivo: direcionar as discussões e reflexões para a compreensão da realidade dos conflitos sociais que envolvem milhões de crianças e adolescentes.

O cartaz da campanha e todos os subsídios (**Figura 1**) traziam estampados, conforme explicação do texto base: “Um menor sentado à beira da calçada, inclinado, de cabeça baixa, solitário, em pleno dia, desanimado e esperando a solidariedade de alguém. A fé e o amor mobilizam a Comunidade que passa a assumir a causa da libertação do Menor” (CNBB, 1987: p. 2).

Na quarta-feira de cinzas, o pronunciamento do Papa João Paulo II foi ouvido pelos lares brasileiros, anunciando a abertura da Campanha da Fraternidade. A mensagem lembrava as mazelas enfrentadas pela população de adolescentes excluídos, convocava as comunidades católicas a somarem forças no sentido de resgatar a qualidade de vida dos menores excluídos, marginalizados, lembrando que:

No quadro da situação do menor no imenso Brasil, as estatísticas falam de números muito elevados de menores, objetivamente pobres, marginalizados e abandonados: tais números são indícios de males que importam remediar, pois salvar o menor é escolher, valorizar e celebrar a vida e afugentar sombras de morte. Mas para isso, é preciso descer da montada, como o “bom samaritano”, com humildade e amor, e debruçar-se sobre a vida do irmão, em atitude de dom, movidos pelo valor da vida e do lugar da vida na hierarquia dos valores⁵.

A mensagem convocatória do Papa dava início a uma grande ação social em todas as dioceses do Brasil com a finalidade de debater sobre os principais problemas que acometiam a população de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, desassistidos e excluídos de seus direitos básicos de condição à vida.

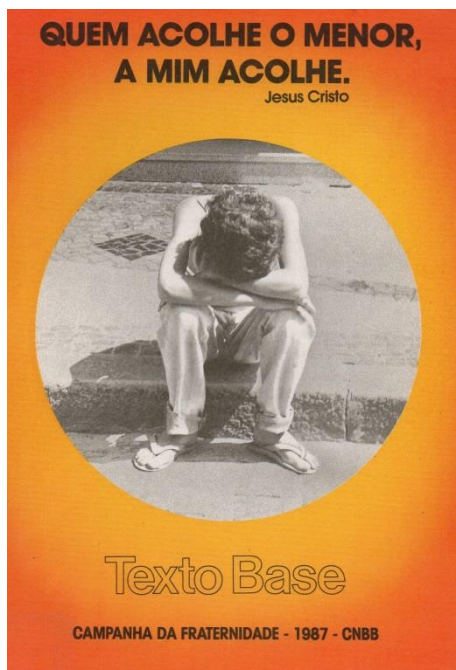


Figura 1: Capa do texto base da Campanha da Fraternidade de 1987. **Fonte:** (CNBB, 1987).



Figura 2: Menor deficiente mental – FEBEM, Pacas – Vitória de Santo Antão/PE. **Fonte:** GRITO no Nordeste. Recife/PE: nº 95 – Março/Abril de 1987, p. 5.

Muitos adolescentes esperam do governo uma política de dignidade e direitos. Assim como os adolescentes da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor de Vitória de Santo Antão/PE (**Figura 2**), a espera se dá em todo o território nacional. Por isso: “A Campanha da Fraternidade deste ano denuncia as péssimas condições de vida em que vivem os menores

⁵ Mensagem do Papa João Paulo II aos brasileiros por ocasião do início da Campanha da Fraternidade quarta-feira, 4 de Março de 1987. Presente em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/pont_messages/1987/documents/hf_jpii_mes_198703_04_brasiliani_po.html. Acesso em 17 de setembro de 2014.

pobres. Esta situação é uma exigência para uma mudança no nosso jeito de ser e do jeito de ser da sociedade” (GRITO, 1987: p. 5).

A comunidade em geral também contribuiu para o desenvolvimento da Campanha. Na edição de comemoração de 20 anos, o jornal Grito no Nordeste traz estampado na página 5 as motivações para a Campanha da Fraternidade, acrescentando os motivos para a violência e delinquência dos adolescentes: “Expulsos das terras, pais e filhos enchem mais ainda as favelas, as pontes e as ruas das cidades. Os meninos e as meninas são obrigados a entrarem no jogo: trabalhar, roubar e se prostituir” (Idem, 1987: p. 5).

Embora as informações dessem conta de um consenso da realidade social que está presente em todo o país, no Rio Grande do Norte, no ano de 1987, os constantes conflitos protagonizados pelos adolescentes geraram preocupações dos órgãos que trabalham em prol das garantias de direitos para este público.

Um grito foi ouvido nos quatro cantos do país, levando a população a refletir nas missas, homilias e celebrações, colocando no centro do discurso a voz dos milhares de miseráveis que não eram assistidos pelas políticas governamentais. Assim, os frutos se fizeram presentes com o surgimento de vários grupos com finalidade de fazer ressurgir fórmulas para trabalhar a realidade desses adolescentes.

O momento abriu oportunidades para o levantamento dos pontos críticos presentes nas muitas comunidades pobres com poucas condições de promoção da dignidade desses adolescentes. O intuito de proporcionar melhoria de vida pelas instâncias educacionais foi sendo reestruturado com pequenas ações paliativas, embora não definitivas.

O ano de 1987 foi significativo para a disseminação da Pastoral do Menor, legitimada pelo *slogan* “Quem acolhe o menor, a mim acolhe” e com o tema “Fraternidade e o Menor”. O sentido da nomenclatura legitimou o que já fora definido na Pastoral Social na década de 1970. Tomava um novo rumo na dimensão do entendimento da verdadeira finalidade dessa pastoral.

Foi a partir das ações e argumentos da Campanha da Fraternidade em 1987 que, sensibilizada, a Arquidiocese de Natal/RN assumiu definitivamente o trabalho assistencial voltado para os adolescentes. Assim, a articulação dos trabalhos da Pastoral do Menor ficou a cargo da Irmã Lúcia Montenegro⁶, que organizou os primeiros contatos com a população

⁶ É Filhas da Caridade, congregação religiosa católica, de vida apostólica e comunitária, fundada em 1633 por Vicente de Paulo (1581-1660) e Luísa de Marillac (1591-1660). Informações extraídas de: http://pt.wikipedia.org/wiki/Filhas_da_Caridade_de_S%C3%A3o_Vicente_de_Paulo. Acesso em 21 de dezembro de 2014.

definindo com mais critérios as ações que seriam desenvolvidas naquela comunidade. Fundou, em seguida, a Casa do Menor Trabalhador, instituição filantrópica de assistência social e sem fins lucrativos. O seu compromisso era o trabalho com adolescente e sua inclusão social.

Ao atuar no resgate social dos adolescentes, a Casa do Menor Trabalhador, por meio de ações socioeducativas de formação continuada, de promoção de atividades formativas de qualificação social e profissional para adolescentes, jovens e suas famílias, acaba por assumir o que fora definido na missão da Pastoral do Menor.

No contexto da Campanha da Fraternidade de 1987, as estatísticas negativas de escolaridade dos adolescentes levaram a Arquidiocese de Natal/RN, por meio da Pastoral do Menor, a trabalhar com a Secretaria do Estado da Educação e da Cultura da cidade de Natal com a finalidade de elevar o nível de escolaridade dos adolescentes.

As políticas emancipatórias para adolescentes de baixa renda e baixa escolaridade passam a ser um diferencial dos trabalhos da Pastoral do Menor, levando-os a serem sujeitos de suas histórias de vida com a ação da Irmã Lúcia Montenegro. O trabalho conjunto da Arquidiocese de Natal/RN transformou, nesse contexto, a realidade do adolescente na família e na comunidade.

Outra conquista que legitima a atuação da Pastoral do Menor é a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990: apresentado como uma grande conquista para a população brasileira, em especial para as crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e da Adolescência (ECA - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) foi objeto de luta, organizada, principalmente, por agentes da Igreja Católica que trabalhavam em casas de acolhidas em todo o país. Essa participação se deu conjuntamente com várias entidades sociais, na busca da garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Esses seres humanos independente da cor, idade e condição social abstraem para si todos os direitos, cabendo a proteção a todos sem preconceito ou discriminação.

A luta pelos direitos da criança e do adolescente exige uma mudança de mentalidade dos envolvidos, levando a população à percepção de que o interesse das classes dominantes da sociedade é definir os atos de infração dos adolescentes como natural e normal, e que devem ser punidos com castigos. Isso ocorre principalmente devido a uma lei que vê o adolescente como criminoso.

Segundo Adriana Giaqueto (2006):

A Lei 8.069/90, portanto, mais do que regulamentar as conquistas em favor das crianças e adolescentes expressas na Constituição Federal de 1988, veio promover um importante conjunto de revoluções que extrapola o campo jurídico e desdobra-se em outras áreas da realidade política e social do Brasil. Trouxe, assim, mudanças de conteúdo – ao conceber a criança e o adolescente como sujeitos de direitos exigíveis com base na lei e ao deixar de considerá-los como meros objetos de intervenção social e jurídica por parte da família e do Estado; ao reconhecer a criança e o adolescente como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e como absoluta prioridade (GIAQUETO, 2006: p. 14).

As entidades e instituições começaram a denunciar os atos de violência contra as crianças e adolescentes. É uma nova perspectiva desse público que agora ressurgiu como “sujeito de direito”⁷.

As Políticas Públicas de Direitos de crianças, adolescentes e jovens do Governo Federal passam a valorizar critérios que antes eram objeto de análise e estudo das entidades sociais e Organizações Não Governamentais. Os envolvidos nas atividades com adolescentes agora têm chance de sugerir e participar ativamente da construção de uma lei que vê a criança e o adolescente como ser em crescimento e cuja preocupação com seus desvios e delinquências agora são compartilhados entre família, sociedade civil e União.

Os envolvidos na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente desenvolvem uma campanha de estudos das formas de conflitos juvenis, levando as comunidades em geral à reflexão sobre o amplo desrespeito aos direitos desse público e as consequências, em longo prazo, que vêm se desenvolvendo na sociedade brasileira.

Os trabalhos da Pastoral do Menor se intensificam e ganham mais visibilidade ao assumir o compromisso de reivindicação dos direitos de crianças e adolescentes. A finalidade é assegurar o resgate dos direitos a partir da visibilidade de atividades com aspecto inclusivo. Um dos principais interesses é acabar com a ideia de que o problema dos menores é caso de polícia.

Uma das determinações é de integração dos órgãos policiais, envolvidos na proteção dos menores, freando a violência e diminuindo as cenas brutas que se disseminavam por todo o Brasil. Deixando esclarecido que o descontrole dos adolescentes é, antes de tudo, objeto de preocupação e cuidado, não cabendo à criminalização e ao tratamento com armas de fogo.

As conquistas do Estatuto da Criança e do Adolescente asseguram não ser imediata a ação da justiça ao criminalizar o adolescente, mas preservar seus direitos de sujeito em

⁷ Subtende que aquele que tem direitos, também tem deveres que geram mais responsabilidade e compromisso de ser em formação, como no caso dos adolescentes. Este tema foi objeto de questionamentos nas conferências e congressos, visando mais compreensão e abrangência para sintonizar a teoria com a prática.

crescimento. Neste caso, busca corresponsabilizar, conforme o Artigo 22, que “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais” (ECA, 2012, p. 37). Porém, faz mais sentido à compreensão que o caso de abuso ou delinquência dos adolescentes é de responsabilidade social e familiar do que o apelo para a justiça prisional.

Os educadores sociais da Pastoral do Menor acreditam na importância das garantias de direitos que geram melhoria de vida para os adolescentes. As transformações ocorrem a partir da ideia de proteção integral promulgada no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A noção de “Proteção Integral” passa a ver crianças e adolescentes como portadores de direitos. Passa a manter uma nova forma de vê-los não mais como sujeitos passíveis de criminalização pela situação social em que se encontram.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é formulado com a reflexão coletiva de diversos movimentos sociais e da atuação de diversos atores da sociedade civil e política. Distancia-se dos preconceitos históricos que viam no trabalho e no atendimento a crianças e adolescentes brasileiros a finalidade paternalista e assistencialista.

Presentes em todos os estados brasileiros, atualmente os trabalhos da Pastoral do Menor têm abrangência no resgate das políticas de garantia de direitos de crianças, adolescentes, jovens e familiares. Os maiores desafios apontados em relação a sua gestão na atualidade estão em assumir a “missão profética e articuladora dentro da Igreja, implantando a Pastoral do Menor em todas as arquidioceses e dioceses, formando e ampliando o número de agentes e aproveitando os espaços das comunidades para desenvolver suas ações” (ALVES, 2011: p. 55).

A Pastoral do Menor constitui uma resposta concreta da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil. Esta resposta parte de toda uma estrutura de fundação de uma igreja voltada para as preocupações sociais, acolhendo os menos favorecidos que são torturados e colocados à margem da sociedade. O surgimento da Pastoral do Menor é uma resposta direta ao cumprimento do Evangelho que reflete as preocupações expressas nas conferências do Episcopado Latino-americano, iniciadas com Medellín (1968)⁸ Puebla (1970) e Santo Domingo (1992).

⁸ Sob o tema “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”, Medellín apresentou-se como uma releitura do Vaticano II para a Igreja na América Latina. A Conferência foi inaugurada por Paulo VI na catedral de Bogotá, no dia 24 de agosto, por ocasião do XXXIX Congresso Eucarístico Internacional. Dela participaram 86 bispos, 45 arcebispos, 6 cardeais, 70 sacerdotes e religiosos, 6 religiosas, 19 leigos e 9 observadores não católicos, presididos pelo cardeal Antonio Samoré, presidente da Comissão Pontifícia para a América Latina, e por Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina (Brasil) e presidente do CELAM. No total, participaram 137 bispos com direito a voto e 112 delegados e observadores (SARANYANA, 2005: p. 82).

A conferência de Medellín aponta pistas para o surgimento efetivo de uma ação pastoral, visando à transformação, no sentido de pregar o reino de Deus e a libertação dos pobres, como prioridade. Complementam-se também, a partir da realidade retomada pelas estruturas de desigualdades, conflitos pessoais e sociais. Nesse itinerário, o fim missionário da Igreja Católica na América Latina é marcado por uma sensibilidade, por ser preciso escutar o clamor dos desfavorecidos na vida e lutar pelo clamor e esperança dos pequenos. Neste caso, conforme Beozzo (1998):

O documento de Medellín acolhe assim as grandes linhas de uma educação libertadora, nascida das experiências de educação popular desenvolvidas nas campanhas de educação de base, a partir dos métodos inovadores da pedagogia do oprimido do educador brasileiro Paulo Freire, ao mesmo tempo que a fundamenta teologicamente no mistério pascal do Cristo (BEOZZO, 1998).

As pistas apresentadas pelas conferências são assumidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e traduzidas nas ações das Pastorais Sociais disseminadas por todo o Brasil como forma de valorizar o direito a uma vida digna, de modo a resgatar o ser humano e trazê-lo para assumir o sentido da vida.

A continuação da ação evangelizadora na América Latina, em Puebla (1970), aponta como prioridade os setores mais necessitados de evangelização: a família (a mulher), a juventude, os indígenas, os camponeses, o mundo operário, os afro-americanos e os meios de comunicação social.

Em Puebla chamou-se a atenção para que a formação da juventude esteja na participação da família e como tal, afirma-se:

a família é o corpo social primário no qual se origina e se educa a juventude. Da sua estabilidade, tipo de relacionamento com a juventude, vivência e abertura aos seus valores depende em grande parte o fracasso ou êxito da realização desta juventude na sociedade ou na Igreja (DOCUMENTO DE PUEBLA, 1979: p. 281).

Essa mesma importância tem sido devotada pela Pastoral do Menor principalmente por entender que a presença dos familiares junto ao adolescente constitui uma abertura ao crescimento e à confiança. O mesmo documento aponta que:

O que mais desorienta o jovem é a ameaça à sua exigência de autenticidade por parte do meio adulto, em grande parte incoerente e manipulador e por parte do conflito de gerações, da civilização de consumo, duma certa

pedagogia do instinto, da droga, do sexualismo, da tentação de ateísmo (DOCUMENTO DE PUEBLA, 1979: p. 281).

A Pastoral do Menor atenta a essa realidade assume o propósito de acompanhar também as famílias dos adolescentes, pois em sua grande maioria, os pais não estão preparados para enfrentar a realidade dos filhos, agindo com despropósito e violência. O papel dos pais é, assim, o de acolher e compreender os filhos, aconselhando-os e levando-os à compreensão da realidade social.

Na Conferência de Santo Domingo (1992), as mesmas preocupações aparecem em relação aos pobres e desamparados, marcados pelas situações de injustiça, desigualdade social e violência. É dever das Pastorais Sociais acolher:

os enfermos, os anciãos que vivem na solidão, as crianças abandonadas. Temos presentes também os que são vítimas da injustiça: os marginalizados, os mais pobres, os habitantes dos subúrbios das grandes cidades, os indígenas e os afro-americanos, os camponeses, os sem-terra, os desempregados, os sem-teto, as mulheres ignoradas nos seus direitos. Interpelam-nos também outras formas de opressão: a violência, a pornografia, o tráfico e o uso de drogas, o terrorismo, o sequestro de pessoas e muitos outros problemas inquietantes (SANTO DOMINGO, 1992: p. 38).

No cerne dos problemas de exclusões apresentados pela Conferência de Santo Domingo está a realidade de crianças, adolescentes e jovens que são vítimas do tráfico de drogas e de pessoas, manipulados e ignorados em seus direitos. Nesse turbilhão de conflitos excludentes, a missão evangelizadora da Igreja Católica na América Latina se resume em perceber o rosto dos desesperados semelhantes a “Jesus Cristo ontem, hoje e sempre” (Hb 13,8). Para isso, é preciso lutar por tudo que distância o ser humano de uma vida digna:

a cultura da morte, a violência e o terrorismo, a toxicomania e o narcotráfico. Desnaturaliza-se a dimensão integral da sexualidade humana, faz-se de homens e mulheres, inclusive de crianças, uma indústria de pornografia e prostituição; no âmbito da permissividade e promiscuidade sexual cresce o terrível mal da AIDS e aumentam as doenças venéreas (SANTO DOMINGO, 1992: p. 162).

Os argumentos de Santo Domingo apontam a realidade social e os desafios para uma missão transformadora do ser humano, levando em conta que os fatores de exclusão só serão vencidos por uma educação de qualidade e pela política de promoção humana. Neste caso, na formação da juventude, são apresentados alguns desafios como:

a ignorância religiosa da juventude, a educação extraescolar e a educação informal. Também é um desafio a educação adequada às diferentes culturas, em especial às culturas indígenas e afro-americanas; não só no sentido de que não se adapta à sua maneira de ser, mas no de não marginalizá-las nem excluí-las do progresso, da igualdade de oportunidades e da capacidade de construir a unidade nacional (SANTO DOMINGO, 1992: p. 176).

Marcada por uma missão educadora, a Igreja Católica professa que “a opção preferencial pelos pobres manifesta-se também em que os religiosos educadores continuem seu trabalho educativo em tantas regiões rurais tão afastadas como necessitadas” (SANTO DOMINGO, 1992: p. 176).

Os educadores sociais da Pastoral do Menor somam suas forças ao contribuírem para a promoção humana e formação educativa de crianças e adolescentes, ouvindo seus clamores, sendo facilitadores e intermediários entre estes e a comunidade em geral. Tudo porque “o menor é, entre os pobres, aquele ainda mais indefeso. Ele se apresenta como o pequenino, que incomoda e que a sociedade tenta afastar por lhe ser incômodo. Sua presença e seus atos, rotulados de “antissociais”, são uma denúncia” (GIUSTINA, 1987: p. 118).

A Pastoral do Menor evidencia que, para o desenvolvimento de um trabalho eficaz, se faz necessária a formação das novas lideranças, como também sua articulação em todas as regiões, favorecendo a integração com outras pastorais e o Sistema de Garantia de Direitos, buscando a sua sustentabilidade para melhor desenvolver seus projetos. Sendo uma voz ativa na sociedade civil, anunciando e denunciando a violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes por serem menores em situação de vulnerabilidade. É uma resposta evangélica aos problemas sociais da atualidade e dos clamores dos milhares de seres humanos desassistidos no Brasil.

1.1 Origem do termo “menor”

De acordo com as normas das Ciências Sociais que se configuram com a Revolução Francesa, os menores eram tratados como pequenos adultos, que incorporavam em seus afazeres compromissos de adultos nas frentes de trabalho. Neste recorte dos fatos históricos, a Igreja Católica participou ativamente das revoltas do povo parisiense, originando, assim, grupos fundamentais para o trabalho de formação e assistência aos sem direitos a condições dignas de sobrevivência. Podemos citar como exemplo: Marcelino Champagnat que, inconformado com a ignorância dos adolescentes da época, funda a Congregação dos Irmãos Maristas com a finalidade de educar e catequizar os jovens ignorantes e abandonados.

O fundador das Filhas da Caridade e dos padres e irmãos, São Vicente de Paulo, se aproximou dos pobres e miseráveis, abandonados por um sistema capitalista perverso que despontava na sociedade, gerando fome, miséria e desagregação social, e escutou suas queixas, suas dores e seus lamentos.

Outro importante precursor do trabalho com os adolescentes é o padre italiano Dom Bosco, fundador da Congregação dos Padres Salesianos. As heranças de seus atos aos adolescentes foram: a concretização do primeiro contrato de trabalho de um adolescente e um empregador, e a valorização de estar junto aos adolescentes, orientando-os e conduzindo-os pelas vias do Sistema Preventivo⁹. “Preservar, proteger, mas também preparar, prevenir, iluminar, instruir, promover, eram “imperativos” [...] com que muitos queriam caracterizar a política, a economia, a vida jurídica e social e também a educação, embora como último item” (NANNI, 2014: p. 15).

Os menores são incorporados às frentes de trabalho, diminuindo a perda de ganhos econômicos da família e possibilitando a fácil mão de obra barata aos empregadores. Logo, são vistos como trabalhadores necessários para a indústria capitalista.

Nestes termos, já se pronuncia Giustina ao afirmar que:

Comumente são usadas expressões, tais como: “menor carente”, “menor abandonado”, “menor desassistido”, “trombadinha, pivete”, “menor de conduta antissocial”, “menor marginalizado” ou “menor infrator”, para caracterizar o menor que outras vezes é identificado simplesmente como menor-problema-social” (GIUSTINA, 1987: p 16)¹⁰.

Povoada por uma leva de menores que gera uma série de problemas à sociedade paulistana, surge, assim, uma preocupação pela resolução e diminuição destas crianças e adolescentes delinquentes que atrapalhavam de alguma forma o andamento da vida em sociedade. Estes menores eram fruto dos fatores de desigualdade social gerados pela crise familiar e pelas consequências de um país capitalista incapaz de garantir o sustento e direitos à população. “Por menor marginalizado entende-se desde aquele abandonado, que não tem

⁹ O Sistema Preventivo começa a partir de uma síntese conjunta entre o humanismo e a fé cristã que sintetiza a frase: "bom cidadão cristão e honesto" (evangelizar educando e educar evangelizando, buscar o bem da humanidade e da religião, cidadão honesto - bons cristãos e cidadãos sábios, etc.), de acordo com as necessidades dos tempos.

Fonte: <http://fundaciondonbosco.org.pe/download/fdb/salesianidad/sistemaPreventivoPjorge.pdf>. Acesso em 28 de outubro de 2014.

¹⁰ A autora cita definições da FUNABEM na obra “O Menor-problema Social” no Brasil e a ação da FUNABEM contidas nas páginas 20 e 21.

pais ou parentes que garantam sua tutela, até aqueles que tenham alguma forma de conduta antissocial nas populações de baixa renda” (GIUSTINA, 1987: p 18).

Era bastante comum na sociedade brasileira definir como menor aquele adolescente marginalizado, desassistido pelos responsáveis: família, sociedade e Estado. Esses menores, na maioria das vezes, eram perseguidos e taxados como indivíduos de conduta não aceita pela sociedade. Esta definição está presente não só no Brasil, mas em toda a sociedade latino-americana, como pronuncia Giustina ao afirmar que na

visão latino-americana, a marginalidade passa ser um resultado de uma forma de produção capitalista, acumuladora, que produz uma população excedente, exército de reserva, necessária ao desenvolvimento da indústria moderna, condição mesma da existência de tal modo de entender o desenvolvimento no sistema (GIUSTINA, 1987: p 20).

Se a miséria, a ignorância popular, o assalto, o roubo e o crime, forem apontados como causas imediatas para a delinquência do adolescente, por outro lado, não se pode sugerir a educação como a fórmula mágica para resolver todos os problemas desse adolescente. Será preciso, também, conforme as ações da Pastoral do Menor, uma política de resgate do protagonismo destes adolescentes, tornando-os sujeitos de direitos das políticas públicas governamentais.

1.2 A Instituição Social: Pastoral do Menor

Em um contexto de profunda crise econômica, política e social, surge um movimento de atenção ao menor na cidade de São Paulo, em julho de 1977, “quando a assistente social Ruth Pistori procurou o Bispo Dom Luciano Mendes de Almeida, preocupada com a falta de maior apoio para adolescentes que já haviam cometido algum ato infracional e estavam no programa chamado àquele tempo de Liberdade Viglada”¹¹. Na ocasião, algumas famílias e seminaristas católicos se uniram para iniciar um trabalho de Liberdade Assistida Comunitária com o intuito de acompanhar esses adolescentes.

Em 1980, foram iniciadas as atividades na Arquidiocese de Natal/RN, com vínculo direto com o Setor Pastoral Social, tendo como fundadora a Irmã Lúcia. Ficou sem atividades na década de 1990, e em 2004 teve seus trabalhos retomados, com a coordenação de Maria Carvalho de Menezes associada ao Setor Social.

¹¹ Informações extraídas do site: <http://pastoraldomenorsorocaba.org.br/index.php/pastoral-no-brasil>. Acesso em 30 de setembro de 2014.

De 2004 a 2007, a Pastoral trabalhou com a execução do Programa Liberdade Assistida, como uma das 25 unidades que naqueles anos eram contempladas em virtude de uma parceria entre a Pastoral do Menor Nacional e o Ministério da Justiça por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, para cumprir medida de Liberdade Assistida. Nos anos seguintes, até 2010, atuou na comunidade de Macaíba/RN na grande Natal, dando continuidade às medidas socioeducativas.

Para entendermos o que vem a ser a Pastoral do Menor na atualidade, faz-se necessário o entendimento sobre os vários aspectos da Pastoral Social na Igreja Católica. Detentora de fonte riquíssima de conhecimento no trabalho com as classes menos favorecidas, a Igreja Católica no Brasil, a partir da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)¹², tem colocado em prática ações humanizadoras que fortificam os direitos dos pobres e marginalizados.

A Pastoral Social é fruto de uma série de experiências desenvolvidas pela Igreja Católica e, como tal, na atualidade se afirma como órgão fundamental na luta da garantia dos Direitos Humanos no cenário mundial. Podemos defini-la em sua missão como:

Ser presença de serviço na sociedade, desenvolvendo ali atividades concretas que viabilizem a transformação de situações específicas junto ao mundo do trabalho, nas situações nas quais se encontram povos de rua, crianças em situação de risco, sem terra, sem teto, mulheres marginalizadas, comunidades negras e no campo da mobilidade humana, junto aos presidiários, aos pescadores, aos trabalhadores rurais, aos sem moradia... As Pastorais Sociais vivem, portanto, um desafio diante das exigências de responder às necessidades humanas em nome do Evangelho (CNBB, 2008: p. 40).

Como uma atividade da Pastoral Social da Igreja Católica, na atualidade, a Pastoral do Menor exerce papel de destaque na atuação com atividades socioeducativas junto a crianças, adolescentes e jovens, como também com seus familiares em todo o Brasil. Neste sentido, sua história está respaldada por uma significativa participação junto aos organismos de direitos da criança e do adolescente como forma de garantia de busca para a formação humana.

De acordo com os dados da Pastoral do Menor Nacional, percebem-se elementos que visam compreender o fenômeno da humanização dos adolescentes em situação de risco social

¹² A CNBB, fundada em 14 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro, tem como natureza e fim ser um organismo permanente “que congrega os Bispos da Igreja católica no país, procurar dinamizar a própria missão evangelizadora, para melhor promover a vida eclesial, responder mais eficazmente aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias, e realizar evangelicamente seu serviço de amor, na edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária, a caminho do Reino definitivo” Fonte: www.cnbb.org.br/cnbb-2/quem-somos-17. Acesso em 24 de outubro de 2014.

como objeto de estudo central para o entendimento de como deve ser direcionada a educação, enfocada, aqui, a partir da pedagogia da presença, da pedagogia do amor e da pedagogia da acolhida. A Pastoral do Menor Nacional estabelece múltiplas relações com a construção de uma Pedagogia da Ação, valorizando o “Ser e a Vida”.

Em pleno desenvolvimento, o adolescente precisa ser conduzido em sua formação e a Pastoral do Menor vê na assistência-presença esses posicionamentos da acolhida. Presença e amor como medida paliativa ao enfrentamento das formas de violências ou os desencontros que colocam esse adolescente em conflito com seus familiares e sociedade. Nesse contexto, a Pastoral do Menor encontra nos movimentos de direitos da criança e do adolescente importantes fontes de trabalho conjunto para a legitimação desses direitos.

A forma de atuação dessa instituição segue um padrão definido inicialmente pelas instâncias da Igreja Católica no Brasil, na percepção da juventude em suas várias facetas:

[...] a disparidade de renda; o acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições para a permanência nos sistemas escolares; o desemprego e a inserção no mercado de trabalho; a falta de qualificação para o mundo do trabalho; o envolvimento com drogas; a banalização da sexualidade; a gravidez na adolescência; a AIDS; a violência no campo e na cidade; a intensa migração; as mortes por causas externas (homicídio, acidentes de trânsito e suicídio); o limitado acesso às atividades esportivas, lúdicas, culturais e a exclusão digital (CNBB, 2007: p. 26).

Com a negação de seus direitos, os adolescentes acabam envolvidos em atos de violência que vão de pequenos roubos a assalto e crime, distanciando-se de seu real propósito de “ser em formação”. Ser que deveria estar na escola e sob os cuidados da família.

Na maioria das vezes, os adolescentes e familiares não conhecem seus direitos e nem sempre existe uma assistência adequada ao atendimento as suas demandas. Faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas que contemplem essas lacunas.

A Pastoral do Menor, em sua atuação social, sentiu a necessidade inicial de se apropriar do contexto socioeconômico das políticas públicas referentes aos adolescentes excluídos, no intuito de fornecer meios, com programas, a partir da abordagem e compreensão do processo de valorização dos direitos humanos destes adolescentes.

A Pastoral do Menor tem como essência e missão atuar em favor da criança e do adolescente empobrecido, acometidos pelas crises sociais que apontaram uma degeneração estrutural da família que sofre a duras penas. Está vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no setor Pastoral Social, em nível nacional e sua principal

finalidade é “Promover vida digna às crianças e adolescentes à luz do Evangelho e contribuir para a transformação da sociedade”.

A Pastoral do Menor surge como um serviço da Igreja Católica no Brasil. Seu objetivo é:

Estimular o processo que visa à sensibilização, à conscientização crítica, à organização e à mobilização da sociedade como um todo, na busca de uma resposta transformadora, global, unitária e integrada à situação da criança e do adolescente empobrecidos e em situação de risco. Promover nos projetos de atendimento direto, a participação das crianças e adolescentes, como protagonistas do mesmo processo (CNBB, 2008: p. 226).

A Pastoral do Menor foi uma das pioneiras em torno da problemática social que envolvia as crianças e adolescentes brasileiros nos meados da década de 1970. Em sua trajetória, tem assumido algumas frentes de trabalho que se apresentam imbuídas de uma educação à cidadania. Neste sentido, sua missão é de forte cunho educacional, demonstrando também o amparo dos adolescentes a partir da assistência jurídica.

As contribuições da Pastoral do Menor têm se apresentado, assim, enriquecedoras, com motivações e reflexões que seguem experiências próprias da Pastoral Social da Igreja Católica. Muito mais que uma entidade assistencialista, sua missão tem demonstrado que para atingir seus objetivos, não basta uma simples teoria pedagógica para constituir o arcabouço da vivência de sua prática. Nesse caso, suas intervenções visam, ainda, construir um modelo de educação não formal, que preste serviço à comunidade. Seu objetivo é transformar as preocupações com a defesa dos Direitos Humanos dos adolescentes entregues aos seus cuidados em preocupações permanentes de todos os educadores sociais e da sociedade em geral. Em sua missão, ainda

tem como objetivo, em seus programas de atendimento, promover a participação dos pequenos como protagonista do processo de promoção da cidadania. A atuação da Pastoral do Menor passa pelos Conselhos de Direitos, Tutelares, na luta por políticas públicas eficientes, com programas de abrigo, Centros Educacionais Comunitários, junto aos adolescentes em conflito com a lei, aos meninos e meninas que se encontram em situação de rua, na aprendizagem profissional, voltando-se, sempre para a orientação e apoio sócio familiar (CNBB, 2001: p.15).

A Pastoral do Menor, em âmbito ético e jurídico, dá contribuições significativas, assegurando, sobretudo, conceitos educativos como caminho de transmissão e vivência em âmbito pessoal e social. Apesar dos desafios econômicos, políticos e sociais, desenvolve

ensinamentos valiosos nas práticas educativas de acordo com as diretrizes deste legado que teve seu início na Arquidiocese de São Paulo e se disseminou para todo Brasil. Assume, ainda, a missão do desenvolvimento de trabalho e acompanhamento familiar que resgata a proximidade entre pai e filho, propiciando experiência com duplo objetivo: realimentar na família o entusiasmo e a dedicação e colaborar na formação das novas gerações.

A Pastoral do Menor, diante das suas atribuições e do mínimo a ser seguido pelo educador social, tem desvelado atenção aos adolescentes, levando em conta que as situações de cada um são tão diversas quanto eles mesmos. Desse modo, seu trabalho se configura no acompanhamento personalizado, tendo como arcabouço a pedagogia da presença. Isso ocorre por entender que, ao estar com o adolescente, participa de sua vida, atribui pertença e o vê com dignidade, facilitando a sua participação na medida socioeducativa da Liberdade Assistida.

O assistencialismo ou o conformismo não são uma finalidade. A pedagogia da presença, cuja expressão se direciona a uma “pedagogia da fé”¹³, baseada nos “Ensinamentos do Evangelho”, na pessoa do próprio Jesus Cristo, quando junto a seus discípulos, se mantém próximo à multidão, como presença. Este mesmo panorama se faz presente na finalidade e sentido educativo-evangelizador do educador social. Ele tem a percepção de que “a educação, a melhoria nas estruturas sociais, o progresso técnico-científico, as ciências contribuem muito para a humanização do mundo e dos povos, mas são insuficientes para dar sentido pleno à existência humana”¹⁴ (SPDH, 2009: p. 25).

Nos debates, do decorrer das décadas de 1970 até os dias atuais, cuja participação da Pastoral do Menor vai se estruturando, assinalou-se o intuito de viabilizar o acesso do adolescente às diversas frentes de políticas públicas e elevá-lo à categoria de sujeito de direito dentro do que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Portanto, o adolescente em Liberdade Assistida assume uma participação ativa em sua inclusão no processo educativo. Esse processo se dá com ações discutidas, respeitando-se os acordos para que se possa exercitar seu direito de escolha. A finalidade é de integração social, com a participação do educador social, orientando e acompanhando esse adolescente, sempre sob a ótica da pedagogia da presença.

¹³ Entendida como os ensinamentos expressos nos textos bíblicos que ajudam os cristãos a viverem sua fé e pregarem a paz e o amor de Deus ao próximo. É, ainda, aquilo que Cristo ensinou aos seus discípulos, os motivando a fazer o mesmo.

¹⁴ Pronunciado pelo Papa Bento XVI quando na mesma ocasião, afirma que “quem não conhece a Deus, mesmo podendo ter muitas esperanças, no fundo está sem esperança, sem a grande esperança que sustenta toda a vida” (SPDH, 2009: p. 25).

1.3 Atuação na Cidade de Natal/RN

Em 2004, sob a coordenação de Maria Carvalho de Menezes, a Pastoral do Menor foi dissociada da Casa do Menor Trabalhador¹⁵ e assumiu uma nova tarefa junto à comunidade natalense. No compromisso de acompanhar, com a medida socioeducativa de Liberdade Assistida, alguns adolescentes encaminhados pela Vara da Infância e Adolescente incorporou, assim, a participação em nível nacional, sendo uma dentre as 25 unidades de atendimento. A partir da releitura das questões sociais no contexto sócio histórico contemporâneo, com base em experiências do trabalho de abordagem social, a Pastoral do Menor assume a lógica da Pastoral Social, atuando “no meio do povo pobre e injustiçado, com isso as Pastorais Sociais questionam a sociedade. Seus membros adquirem aos poucos os instrumentos teóricos para questionar e criticar a sociedade capitalista e elaborar propostas alternativas” (CNBB, 2008: p. 82), a partir de uma abordagem presente tanto para as crianças, adolescentes, jovens e familiares, como também junto à comunidade em geral. Neste sentido,

Está aqui uma das características da sustentabilidade das Pastorais Sociais: conseguir, através da qualidade da organização, do testemunho e do trabalho, bem como através de comunicação, reconhecimento, o apoio amplo dos setores sociais populares, incluídos profissionais liberais e pequenos empresários com senso crítico, para que, junto com eles, seja possível conseguir também algum reconhecimento de instituições públicas e de alguma iniciativa privada aberta à necessidade de avanços na justiça social (CNBB, 2008: p. 104).

Sendo dever do Estado assegurar o acesso aos direitos fundamentais básicos de saúde e educação, moradia e lazer, cultura e profissionalização, convivência familiar e comunitária, requisitos essenciais para o avanço no processo de desenvolvimento das pessoas que se encontram em condições peculiares de exclusão social.

Sabemos também que é dever do Estado zelar pelas políticas públicas no resgate da cidadania e proporcionar uma educação de qualidade. Neste sentido, a Pastoral do Menor ao firmar convênio com o Estado proporciona ao adolescente uma reinserção educacional com o intuito de reconstruir valores, possibilitar convivência familiar e comunitária, criar vínculos familiares e participação na comunidade. Ela encaminha para a aprendizagem, sensibilização e comprometimento do sistema de garantia de direitos.

Pela garantia de direitos firmados, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, direcionam-se as atividades para o propósito da diminuição do índice de violência. Por outro

¹⁵ A Irmã Lúcia Montenegro transferiu as atividades da Pastoral do Menor pra esta instituição.

lado, a reinserção social do adolescente em sua realidade comunitária visa à qualificação do exercício da cidadania.

Dentro da abordagem da Pastoral do Menor, percebe-se, como grande desafio, a falta de instrução educacional que leva o indivíduo a um desconhecimento dos direitos que lhe são garantidos por lei. A educação se revela como uma das formas de conscientização e mudança social, mas não de forma simplista e ingênua, pois as conquistas não se dão apenas por essa via, isso quando essa educação não está a favor de um grupo privilegiado, ajudando ainda mais no processo de alienação dos adolescentes.

O que se percebe na realidade social é que a mudança ocorre dentro de uma práxis, na qual não se pode separar a teoria da prática ou a prática da teoria. O homem constrói, reconstrói e destrói sua realidade, sendo partícipe de seus próprios interesses. Nesta transformação, conforme Freire, a

realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores dessa realidade e se esta na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 2013: p. 51).

Este contexto leva os educadores sociais que compõem a Pastoral do Menor a outorgarem aos adolescentes, como sujeitos sociais, a possibilidade de reconstruírem suas próprias histórias de vida a partir da descoberta do que pode ser transformado em suas realidades.

Uma estratégia para a Pastoral do Menor, no que diz respeito à conquista de direitos dos adolescentes, é que eles se reconheçam enquanto agentes históricos, que eles percebam que suas ações geram transformações no tempo e no espaço, ou seja, é necessário que percebam sua identidade social, compreendida não em um ato isolado, mas como forma de coparticipação entre educador-educando. “Educador e educandos (liderança e massas), cointencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento” (FREIRE, 2013: pp. 77-78). Neste íterim, a Pastoral do Menor realiza uma atividade educativa com a participação integral de todos os envolvidos na perspectiva de transformação da realidade social.

O adolescente, autor de ato infracional, após audiência com o juiz da Vara da Infância e da Juventude, era encaminhado à Pastoral do Menor, e a equipe acompanhava esse

adolescente no período determinado pelo juiz. Dessa forma, foram encaminhados 64 adolescentes para o acompanhamento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida em Natal.

Em 2007, com a municipalização das medidas socioeducativas, o convênio foi encerrado com a Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN, continuando ainda na cidade de Macaíba/RN (Grande Natal). Porém, em algumas regiões do país, os trabalhos das medidas socioeducativas junto à Vara da Infância e ao Município, como no caso da cidade de São Paulo, continuam.

Em Natal/RN, atualmente, a Pastoral do Menor mantém atividades de prevenção com crianças e adolescentes nos bairros de Santa Catarina e Nossa Senhora da Apresentação e participa do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONSEC/RN, Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA/RN e do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/RN, além de estar inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Natal – COMDICA.

A Pastoral do Menor participa ativamente do processo de desenvolvimento das políticas públicas no Brasil e especialmente no Rio Grande do Norte, desenvolve ação com os egressos do Programa Liberdade Assistida e suas famílias e também realiza trabalhos de prevenção junto a uma clientela infanto-juvenil na periferia de Natal, com o atendimento de, aproximadamente, 100 pessoas, entre crianças, adolescentes e seus familiares, todos de baixa renda.

Visando uma melhor qualidade no atendimento dos adolescentes, a Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN desenvolve projetos que contemplam a pluralidade cultural, em parceria com entidades sociais, no sentido de trazer à tona discussões de temas sobre a diversidade cultural, a formação humana que compõe a sociedade brasileira e o contexto de contradições e limitações em que o adolescente está inserido.

Ao analisarmos a atuação da Pastoral do Menor nos documentos oficiais, identificamos temáticas que demonstram a amplitude e a complexidade da proposta, bem como os impasses que evidenciam a sua (in)viabilização na sociedade. Os esforços empreendidos, visando promover uma “Educação Social”, refletem a atual conjuntura econômica e cultural de um mundo neoliberal, globalizado.

A população brasileira tem garantido conquistas na “letra da lei” para as crianças e adolescentes, mas não se pode negar que há um descompasso entre o direito proclamado e a realidade vivenciada. Neste caso, a Pastoral do Menor esquiva-se a improvisos, pois

neste século XXI, é impensável desenvolver ações que tenham como seu motor o improvisado. Daí ser pertinente que toda pastoral tenha, por compromisso com a própria história, uma organização conjugada com a sustentabilidade, dirigindo suas ações para tudo o que se apresente como relevante em seu compromisso como Igreja que está a serviço dos excluídos e excluídas (CNBB, 2008: pp. 99-100).

A Pastoral do Menor tem um compromisso com os adolescentes pobres e marginalizados, seguindo as três dimensões metodológicas propostas pela Pastoral Social da Igreja Católica, que se baseiam na

assistência aos necessitados, promoção humana e educação libertadora – é importante, mas não diz tudo. A depender das situações, todas as iniciativas pastorais devem empenhar-se em iniciativas com essas características. O importante é não se contentar nem se limitar às duas primeiras. Se a terceira delas, a educação libertadora, for o horizonte permanente, as duas anteriores terão uma orientação que superará seus limites (Ibidem: 2008: p. 75).

Essas dimensões metodológicas enveredam por um discurso que se torna realístico/teórico a partir das contribuições dos educadores sociais e agentes de pastoral, levando-se em conta o discurso da história, valorização da prática docente diária e as múltiplas facetas que englobam uma educação humanizada, capaz de gerar uma consciência crítica. Neste sentido, a educação em sua finalidade visa à formação do sujeito integrado a sua realidade social.

Com o crescente aumento do número de adolescentes em conflito com a lei, a sociedade necessita cada vez mais de ajuda personalizada, que auxilie os adolescentes a superar os obstáculos em seu desenvolvimento pleno como pessoas e como cidadãos, favorecendo o protagonismo de sua própria história. Neste caso, a Pastoral do Menor acredita na efetiva pedagogia da presença.

É, portanto, pela pedagogia da presença que a Pastoral do Menor segue sua orientação junto aos adolescentes, autores de atos infracionais levando em conta o seu entorno social. Para isso, busca-se das práticas metodológicas de assistência aos necessitados, promoção humana e educação que garantem a eficácia desta ação, entendendo que a “Pastoral Social é uma pastoral de conflito, porque atua no meio do conflito e com aqueles(as) que vivem no conflito. Optar pela vida e contra a morte provoca conflitos, é preciso assumi-los como oportunidades de transformação” (CNBB, 2008: p. 32).

1.3.1 Formas de Orientações da Pastoral do Menor

Na cidade de Natal/RN, especificamente, tomou-se como ponto de partida o trabalho realizado com os adolescentes, dentro da “Doutrina da Proteção Integral”, a linha norteadora da nova política de direitos das crianças e adolescentes, legitimada no Estatuto da Criança e do Adolescente. Esses direitos se mostram eficazes para o trabalho, cujos passos são envolver a sociedade por meio de um processo pedagógico de construção de um novo projeto de vida para esses adolescentes.

O adolescente que cometeu um ato infracional está em situação especial de vulnerabilidade. A Pastoral do Menor trabalha com o adolescente, não com o ato infracional. Este quadro exige, por isso, a necessidade de uma presença constante, tanto no campo profissional quanto afetivo. Daí a importância de o educador social estar ao seu lado.

A Pastoral do Menor compreende esta máxima, assume o Programa de Liberdade Assistida e o executa, sendo presença significativa na vida dos adolescentes, particularmente daqueles que cometeram atos infracionais.

Há ainda o campo afetivo que exige do educador social uma “pedagogia do amor”. Essa é a capacidade de interferir de modo construtivo na vida do adolescente, estendendo os laços com seus familiares, em uma relação de confiança, empatia, solidariedade, compromisso e respeito entre ambos.

A presença profissional do educador social impõe-se por um atendimento técnico aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, com a responsabilidade de acompanhá-lo e orientá-lo durante todo o período em que estiver cumprindo a medida, preparando-o inclusive para o seu desligamento. O atendimento profissional prima pela relação individualizada entre o educador social e o adolescente em medida socioeducativa.

A orientação junto ao adolescente precisa estar associada a uma metodologia de superação das condições que o levou à infração. Isto exige uma atuação conjunta com a família, a comunidade de origem, os sistemas de administração da justiça, os movimentos de defesa e os serviços de atendimento a esta área.

A Pastoral do Menor, por meio de uma ação socioeducativa na medida de Liberdade Assistida, atua em quatro momentos: a acolhida, o planejamento, o acompanhamento e o encerramento do processo.

a) A acolhida é feita a partir do primeiro contato com o adolescente, quando se inicia a construção de vínculos entre ambos, devendo ser uma oportunidade para o adolescente compreender e explicar suas dificuldades, possibilidades pessoais e expectativas. O momento

serve para o adolescente começar a analisar as limitações pessoais, bem como entender o seu contexto social. Da parte do educador social, espera-se uma atitude de escuta e de respeito, o que implica em abrir espaços para expressões que incluam a vida do adolescente, a quem se deve clarear a proposta do trabalho e os motivos que o levaram a cumprir esta medida.

É importante que o adolescente conheça sua situação jurídico-processual, seus direitos e suas responsabilidades no cumprimento da medida judicial que recebeu. Assim, como é importante que o educador social conheça onde o delito se inscreve na trajetória de vida do adolescente, para obter pistas de como ajudá-lo na reconstrução de comportamentos éticos. Neste momento, discute-se a natureza do trabalho a ser desenvolvido em cuja interpretação deverão estar embutidas a perspectiva socioeducativa que será assumida e as propostas de procedimentos para alcançá-la.

b) o planejamento no desenvolvimento do Programa de Liberdade Assistida é compartilhado e faz parte de uma agenda personalizada, que compreende a formulação de um plano para um período de operação da medida socioeducativa para o adolescente com o auxílio do educador social. Nele garantem-se os princípios do projeto pedagógico como ação permanente de forma a assegurar sua continuidade nas atividades desenvolvidas em diferentes áreas. Neste espaço, o adolescente recebe as orientações oriundas ao cumprimento da medida, assim como as implicações do descumprimento da mesma, fato que resulta em sua regressão.

Na medida em que estas orientações são esclarecidas, estabelece-se uma agenda personalizada que deverá ser assumida pelo adolescente, pelo educador social e por alguém da família que o acompanhará durante o processo. Esta agenda deverá, ainda, obedecer e respeitar as diferenças, as condições pessoais, que incluem talentos, vocação e outros interesses. Deve explicitar a proposta socioeducativa, os objetivos e a sua forma de controle por meio de metas previstas para as diferentes etapas do cumprimento da medida.

c) O acompanhamento ao adolescente em medida socioeducativa de Liberdade Assistida deve ser realizado de forma contínua, o que exige regularidade de encontros semanais e uma discussão conjunta. O adolescente deve sentir que tem no educador social uma pessoa de confiança, a quem pode recorrer no momento de decisões importantes. O acompanhamento permite que a agenda seja alterada, em comum acordo, sempre que houver necessidade de redefinição de metas ou introdução de novas perspectivas em função das possibilidades e dificuldades sentidas pelo adolescente.

O acompanhamento deve propiciar, por parte do educador social, que o processo socioeducativo leve em conta na vida do adolescente a oportunidade de aprender, de adotar

novas formas de relacionamento que favoreçam o seu desenvolvimento, de potencializar seus saberes e aptidões, sua capacidade de discernir, agir e enfrentar situações de conflito com autonomia e responsabilidade. Deve, ainda, ajudá-lo a tomar consciência de si mesmo e a dar-se conta de seu entorno social enquanto cidadão, desenvolvendo atitudes que favoreçam a vivência escolar e as oportunidades de trabalho.

d) o encerramento do processo pressupõe que todo atendimento deva ter um começo, um meio e um desfecho final. Para tanto, este desfecho deve ser cuidadosamente preparado, pois trata-se de desligar o adolescente da unidade que o acompanhou por um determinado período. Esse encerramento é resultado de uma séria avaliação entre o adolescente e o educador social, considerando, aqui, o parecer da equipe técnica como um todo. Nessa avaliação, retoma-se o aprendizado construído na vivência da medida e do seu crescimento, quando da possibilidade de enfrentamento dos desafios da vida cotidiana. É importante ressaltar a continuidade dos vínculos ali estabelecidos em vista de novas relações. Nesse final de trabalho, é feita também uma interpretação da ação junto à comunidade no processo de formação do adolescente que agora o reassume com outro olhar, como alguém capaz de dar respostas concretas e adequadas a diferentes situações.

O encerramento do processo não significa o encerramento da relação com o adolescente. Pelo contrário, é necessário manter o acompanhamento, de modo a garantir a eficácia do processo. A Pastoral do Menor acredita que a contribuição dos familiares no processo socioeducativo do adolescente, mesmo diante de tantas limitações, ainda é a essência de privilégio e acolhida. Além de ser um ponto de apoio para a ação educativa e para o gerenciamento de seus momentos de crise, a família favorece a continuidade do processo após o cumprimento da medida.

1.3.2 Direitos Humanos e o mundo do trabalho

Entendemos que o direito à formação humana e profissional é um tema que tem conquistado um espaço cada vez mais amplo na atualidade. No Brasil, a partir da década de 1970, é desenvolvida uma política de implementação de diversas reformas no campo dos direitos e deveres do cidadão e a Pastoral Social da Igreja Católica, que em muito contribuiu, como nos afirma a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil:

Já estava em franca aceleração a migração, atraída, forçada ou livre, para as cidades, especialmente para as metrópoles. Das cidades com “cinturões de miséria” nasciam novos desafios para os empobrecidos e marginalizados e

para a missão da Igreja. Com a mesma inspiração do CIMI¹⁶ e da CPT¹⁷, foram surgindo, a partir de 1976, a Pastoral Operária, a Pastoral do Menor, dos Migrantes, da Mulher Marginalizada, a Pastoral Carcerária, o Serviço Pastoral dos Pescadores... Elas propuseram-se a ser parteiras, no sentido de ajudar a nascer, o protagonismo destas pessoas e classes com direitos e existência negados, apostando na força de sua organização e luta política e na experiência histórica da ressurreição. Evitaram, para isso, transformar-se em “movimentos sociais” e agir em nome ou representando os empobrecidos como um serviço da Igreja (CNBB, 2008: p. 18).

A Pastoral do Menor acredita que seja necessário conhecer e aprofundar os elementos que marcam a vida destes sujeitos como seres humanos em desenvolvimento e formação. Por isso, a elaboração dos projetos desta pastoral contempla a necessidade do adolescente, tanto no que diz respeito ao campo educacional, à formação profissional e ao protagonismo juvenil, como propiciar novos horizontes que vislumbrem a realidade dos desfavorecidos no campo cultural e também na promoção de políticas sociais.

A garantia do protagonismo funciona como fonte inspiradora do projeto pedagógico junto ao adolescente, autor de atos infracionais. É a educação à luz da ética dos Direitos Humanos que deve garantir o agir dos adolescentes, no seu desenvolvimento e em todos os programas complementares que os conduzem para a cidadania. Por isso, há a importância da participação dos adolescentes em atividades que extrapolem os interesses do âmbito individual e familiar. No desenvolvimento da medida socioeducativa, os adolescentes devem ter a oportunidade de se mobilizar em favor de uma vida melhor, de uma opção de vida educativa e profissional.

Embora os resultados ainda sejam tímidos e limitados em algumas regiões do Rio Grande do Norte, a presença da Pastoral do Menor é significativa por desempenhar um papel fundamental em favor da garantia dos Direitos Humanos aos adolescentes daquele estado. Neste sentido, as ações referentes à garantia dos Direitos Humanos, tanto no que diz respeito à conscientização como à reeducação para o viver em sociedade, ajudam-nos a refazer o percurso perdido com a prática dos delitos.

A Pastoral do Menor atua não só com a medida socioeducativa de Liberdade Assistida, mas também desenvolve um trabalho significativo com crianças, adolescentes, familiares e com a comunidade em geral. Esse trabalho tem como ponto de partida, a necessária percepção

¹⁶ Conselho Indigenista Missionário, existente desde o ano de 1972, passa por um processo de redefinição e reorganização com o surgimento da Pastoral da Terra.

¹⁷ A Comissão Pastoral da Terra nasceu do “Encontro de Pastoral da Amazônia” no mês de junho de 1975, com as crises e conflitos dos camponeses, ameaçados em seus direitos à terra.

de que todos almejam melhores condições de vida, garantidos pelos direitos expressos na Constituição Federal.

As ações da Pastoral do Menor não estão voltadas só para as questões sociais, mas também para a orientação do sujeito, levando-o a se perceber como sujeito partícipe de sua formação nas várias experiências que integram a formação humana. Igualmente oportunos são os benefícios aferidos nessa finalidade que é o entendimento do sujeito de direito presente em todas as lutas da sociedade brasileira.

Esta práxis acontece a partir do entendimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948¹⁸, que desperta interesse em uma visão teológica e em inúmeras iniciativas ecumênicas. Neste ínterim, a atenção desvelada à Declaração Universal dos Direitos Humanos se pauta por uma missão evangelizadora levando-se em conta que:

o menor marginalizado nestes últimos anos vem se apresentando com uma realidade desafiadora para a convivência humana no Brasil. A existência e o elevado número deles aponta uma situação de pecado que se enraíza numa estrutura social marcadamente injusta ou desumana (GIUSTINA, 1987: p. 11)¹⁹.

Neste contexto, os direitos básicos como educação, alimentação, saúde e o direito à vida são desrespeitados diariamente em todo o território nacional, fazendo-se necessárias políticas de garantia de direitos a esses adolescentes assistidos pela Pastoral do Menor na Arquidiocese de Natal/RN.

Querendo compreender essa realidade, apresentamos a pesquisa realizada na cidade de Natal/RN, com uma população estimada de 853 mil habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013). É formada por 36 bairros em uma área de 15.821,98 hectares, subdividida em quatro regiões administrativas, prevalecendo à região sul a grande concentração da população de classe média alta. Natal aparece no estado com todas as referências de transformação social e econômica, seguida pelas cidades de Mossoró, Pau dos Ferros, Caicó e Currais Novos. Sua economia é representada pela realidade do estado e, conforme Sérgio Luiz Bezerra Trindade, ao fazermos

uma análise panorâmica da economia norte-rio-grandense, é possível indicar que estamos perdendo espaço, qualitativamente, como produtor de algodão e

¹⁸ Descreve os direitos humanos básicos. Foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

¹⁹ Esta afirmação, pronunciada há 27 anos, continua com a mesma importância para a atualidade, já que a criminalidade que envolve adolescentes e crianças constitui-se, no momento, como grande desafio.

carne. Atividades tradicionais, como o extrativismo de cera de carnaúba e de óleo de oiticica, têm uma variação oscilante, pois dependem quase que inteiramente do mercado externo. Paralelamente, vem crescendo o cultivo do cajueiro, para o aproveitamento do caju e da castanha, e do agave. Nos últimos anos, além do petróleo, a extração da schelita, dado o aumento da demanda internacional, desponta com uma atividade alvissareira. O sal marinho continua sendo uma atividade extrativa de importância significativa e o turismo mostra-se como uma das atividades econômicas mais rentáveis (TRINDADE, 2010: p. 263).

Além das condições econômicas, Natal, por servir como ponto de apoio na Segunda Guerra Mundial com "a instalação da Base Naval de Natal, pode ser considerada um marco para mobilização militar verificado na década de 40 e seguintes" (CLEMENTINO, 1995: p. 203). A dinâmica da cidade é afetada com esse acontecimento histórico que interfere no modo de ser e no comportamento da população, despreparada para essas mudanças repentinas, como revela a mesma autora:

A vinda para Natal de grande contingente de militares e mais a construção das bases, atrai de imediato a população civil motivada pela oferta de emprego civil e militar e também incentivada pela grande circulação de dinheiro que ocorria na cidade. O despreparo da capital potiguar para absorver esta atividade e estes contingentes faz-se de imediato, principalmente nos aspectos ligados ao abastecimento, disponibilidade de moradias, infraestrutura urbana (transporte, hotéis, pensões) custo de vida e defesa civil (CLEMENTINO, 1995: p. 215).

Semelhante ao que tem ocorrido nos principais centros urbanos do Nordeste, na cidade de Natal/RN, o crescimento urbano ocorreu com intensa rapidez, com impacto em todas as instâncias sociais. Isso afetou principalmente a realidade familiar e a capacidade de convivência que se diferencia da realidade rural. Há um distanciamento de tempo entre chegar, permanecer e sair do trabalho, cuja realidade ainda não faz parte do homem da roça.

As condições habitacionais das favelas e ruelas da Grande Natal interferem diretamente na formação da identidade das famílias simples que vêm do campo. A sociabilidade, a formação, a profissionalização e a condição econômica também mudam os costumes assim como a forma estética de ser dessa população. Com o passar do tempo, vão adquirindo uma forma própria de se posicionar e viver neste ambiente. Neste lugar é necessária uma readaptação, com mudanças nas concepções pessoais e na estrutura ética do homem do campo.

Os traços da expansão urbana estão demarcados diretamente nos aspectos naturais que contornam toda a microrregião da cidade de Natal, como o forte processo de erosão na

formação das dunas, a invasão e avanço do mar no continente que origina, na atualidade, a modificação da paisagem.

Desde a Praia dos Artistas até a Praia de Ponta Negra podem ser encontradas algumas práticas recreativas como a atividade do surfe e grupos com atividades sociais que, de alguma forma, envolvem os adolescentes, aproximando-os de atividades praieiras, mas com risco iminente de contato com drogas e outras questões sociais.

Neste contraste entre a realidade composta por um meio ambiente de bela paisagem natural, a forte especulação imobiliária é uma constante. Algumas construções trouxeram impactos com transformações a toda a região costeira da cidade de Natal.

A locomoção da população de trabalhadores, o fluxo de comerciantes, a locomoção das donas de casa na feira da Avenida Rio Branco no centro, a efervescência da feira do Bairro do Alecrim, as idas e vindas dos alunos e toda a população são proporcionados pela oferta de 111 opções de ônibus, distribuídas entre seis empresas de ônibus e também três linhas semiurbanas²⁰ que interligam as cidades que compõem a Grande Natal.

Em 2016, Natal completará 417 anos com uma expansão urbana mais para o sul, com êxodo da população do campo e das pequenas cidades do interior na busca de melhoria econômica. Esta realidade aponta o aumento da segregação e exclusão dos menos favorecidos. Nesse sentido, observamos alguns fenômenos derivados desse crescimento desordenado como as “comunidades favelas”, a violência urbana, o tráfico de drogas, os problemas de trânsito, entre outros, todos surgidos em decorrência do rápido processo que vem atingindo esta capital. Poucos têm acesso às áreas mais valorizadas da cidade, como no caso dos condomínios fechados, verticalizados e luxuosos. Aos pobres resta o deslocamento para a periferia, sem infraestrutura e saneamento básico, instalando-se em localidades sem a menor condição de moradia. Esta realidade tem gerado em Natal uma situação insustentável de pobreza absoluta, com a ocupação de terrenos públicos ou privados.

²⁰ Dados extraídos do site: <http://www.unibusrn.com/p/linhas-de-onibus-urbanas.html>, acessado em 19/07/2014.

C A P Í T U L O I I

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO EDUCADOR SOCIAL E DO ADOLESCENTE EM LIBERDADE ASSISTIDA

“Não se pode falar de educação sem amor... Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Paulo Freire

2 A construção da identidade do educador social e do adolescente em Liberdade Assistida

“Ótimo que a tua mão ajude o voo... Mas que ela jamais se atreva a tomar o lugar das asas...”

Dom Hélder Câmara

A formação da identidade do educador social na Pastoral do Menor não está amparada simplesmente por uma formação técnica acadêmica, mas segue também algumas formas pedagógicas e metodológicas de ser próprias da Igreja Católica. A definição da sua formação guia-se por práticas que podemos definir como **pedagogia da fé, pedagogia do cuidar, pedagogia do amor, pedagogia da ação, pedagogia da acolhida**, que convergem em uma única forma em nosso trabalho: **pedagogia da presença**. Compreendemos que esta é bem abrangente e contempla a formação total do sujeito. No tocante à definição do adolescente atendido pela Pastoral do Menor, aponta-se aqui a apresentação de uma variante que se confirma pontualmente, embora sem dados fixos, no comportamento posicionado na fase final da infância e no início da juventude que se configura como adolescência. Os dados de interpretação, auxiliados por bibliografias que tratam do assunto, apontam esta fase de desenvolvimento com sequências de vulnerabilidades, necessitando dos cuidados de adultos responsáveis.

O educador social, ao trabalhar com adolescentes que são encaminhados pelo Ministério da Justiça, está diante de uma realidade marcada por delitos que criam certo constrangimento tanto à família como ao adolescente. Estes se veem marcados pela rejeição social ou, quase sempre, ficam marcados em sua comunidade.

Nesse sentido, o educador social da Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN busca maneiras de aproximar o adolescente de sua realidade comunitária, desenvolvendo ações pautadas por uma visão interdisciplinar. Essas ações estão presentes principalmente no campo artístico, socializando os vários eixos de conhecimentos que corroboram para a autenticidade e amadurecimento da identidade perceptiva deste grupo.

A afirmativa de que a inter-relação dos conhecimentos favorece o trabalho do educador social considera que antes de qualquer finalidade é necessária a verificação do ambiente no qual as atividades serão desenvolvidas. Demonstra-se também que não bastam ferramentas e condições financeiras agradáveis sem cabeças pensantes aprimoradas para utilizar as ferramentas adequadas a cada atividade.

Não há como dissociar a ação do educador social com argumentos de que ela não tem uma finalidade formativa e disciplinar. Os professores, cada um ao seu modo, desenvolvem seu trabalho didático, tendo em mente uma visão disciplinar necessariamente completada com outros conhecimentos, que são contidos quase sempre no campo desconhecido daquela especificidade. O mesmo ocorre com o educador social ao relacionar educação formal com educação informal, aproximando o adolescente à realidade e à solicitude solidária de sua formação com a utilização da pedagogia da presença.

O educador social, ao atuar nas diversas frentes de ações educativas nas Pastorais Sociais da Igreja Católica, necessita de uma formação para uma ação, acolhimento e cuidado, vivenciando seu amor e fé. Estes se configuram em uma única síntese que é a presença. Ela concilia e é interdisciplinar.

O educador social necessita então, para uma eficácia da ação na Pastoral do Menor, de uma formação permanente voltada para a busca de conceitos que ativem toda esfera de conhecimentos acadêmicos. Portanto, a

dedicação constante e a atualização de seus conhecimentos lhe proporcionam uma práxis cada vez mais sincronizada com os objetivos da pastoral em que está inserido. Por isso, a sua formação permanente estará ligada também à *reflexão sobre a prática*, da qual nascerão outras *ações*, que por sua vez fornecerão os elementos necessários para uma eficaz *avaliação* (CNBB, 2008: p. 100).

Nessa formação reflexiva e permanente, a identidade do educador social pode ser considerada por alguns pontos formativos que são basilares para uma ação pastoral. Estes elementos são: fé, amor, razão, desenvoltura no cuidar, acolhida com alegria e valorização da simplicidade de cada sujeito da aprendizagem. Esses elementos podem contribuir para a construção de uma identidade individual e coletiva do educador social.

Não se trata da formação para uma vivência de ideologias religiosas, mas que sejam valorizados alguns conhecimentos não contemplados na formação acadêmica. É a valorização de vivências como fé, amor, acolhimento do outro, perceber-se no controle de suas ações, a melhora e o conhecimento de si que contribui para a formação do outro. Ele exerce a sua ação por uma sensibilidade na percepção de que “a “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria” (FREIRE, 2013: p. 42).

O educador social da Pastoral do Menor é um conhecedor do que está a sua volta, capaz de se sensibilizar pela dor do outro, mas em sintonia com a realidade do país e da sua comunidade. Assim como os ensinamentos da Igreja Católica apontam que:

a sociedade brasileira caminha para o reconhecimento dos biomas como elementos norteadores para a compreensão da vida no planeta em toda a sua diversidade e potencialidade. Espera-se, portanto, que o agente de pastoral esteja ciente da riqueza que a diversidade do nosso país apresenta (CNBB, 2008: p. 101).

Esse agente de pastoral, que nesse trabalho tratamos como educador social, deve estar em constante formação, aperfeiçoando os conhecimentos dos Direitos Humanos e ter consciência de que a educação como processo permanente não é homogênea e vai se alterando de acordo com o contexto social no qual o indivíduo está inserido.

O educador Social é consciente de que as pessoas se diferenciam nas sociedades pelos aspectos culturais, costumes, valores, concepções de mundo e ações políticas. Entende, ainda, que o indivíduo é educado a partir dos interesses coletivos já convencionados antes de seu nascimento. Nesse sentido, o processo educativo varia também de acordo com a sua idade e com o lugar que ocupa na sociedade.

Brandão (1983), de uma forma muito explícita, nos ajuda a esclarecer o que entendemos ao caracterizar a educação como algo permanente e extremamente heterogêneo. Seus argumentos são de que:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 1983: p. 07).

Assim, no início da vida como criança, recebemos os primeiros cuidados para em seguida sermos instruídos pelas primeiras lições de vida da família, depois passamos a expandir os laços de relacionamento e o convívio com outros grupos mais complexos. Um destes grupos é a escola. Considerada enquanto prática e processo social, ela se torna instrumento de formação para o educador social. Portanto, intencionalmente ou não, ocorre em meio aos sujeitos no contato com o outro.

O caráter social da educação fica bem explicitado em Bernard Charlot (2003). Ele considera a educação a partir de dois âmbitos: interno e externo. No interno, porque para haver o ato de educar é necessário o nosso querer e o estar disposto. É necessário o desejo,

mas, principalmente, é preciso que nos reconheçamos como “seres inacabados” sempre dispostos a aprender. Mas não é só isso. A educação ocorre numa via de mão dupla, onde o interior está em sintonia com o exterior, local onde estão as relações sociais e com elas o conhecimento, objeto do aprender, do educar-se. Confirmamos seu pensamento quando ele diz:

Educar é educar-se. Mas é impossível educar-se, se não se é educado por outros homens. A educação é, ao mesmo tempo, uma dinâmica interna (de um ser inacabado), e uma ação exercida do exterior (porque a humanidade é exterior ao homem). Essa relação interna/externa é que define a educação, com todas as conseqüências que isso traz do ponto de vista pedagógico... (CHARLOT, 2003: p 32).

Educar e ensinar tornam-se uma ação complexa não porque assim os homens desejam ou por se tratar de grupos que não têm mais jeito, como no caso do adolescente infrator. Sua natureza é puramente humana, subtende um processo consciente que se dá principalmente nas relações que são travadas pessoal e interpessoal. A vida em sua dinâmica segue num processo em que “ensinar inexistente sem aprender e vice-versa, e foi *aprendendo* socialmente que historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar” (FREIRE, 2011A: p. 26).

É necessário aprender para e pelas várias circunstâncias da vida, aprimorando a cada dia as relações e se reconhecendo neste processo. Essa é uma difícil tarefa para o educador social pela genialidade de sua missão realizada na contramão do que geralmente acredita a sociedade. Enquanto ele tem fé e esperança, acredita na melhora e resgate do adolescente, porém a sociedade se antecipa a condená-lo.

Por isso, o educador social pela pedagogia da presença que transforma e educa insere em sua prática educativa ensinamentos do senso comum, ultrapassados pelas novas formas de conhecimentos científicos e tecnológicos. O importante é que o educador social e o adolescente, em sua busca de sentido para a vida, procurem o essencial, que é:

Aprender para viver com os outros homens com quem o mundo é compartilhado. Aprender para apropriar-se do mundo, de uma parte desse mundo, e para participar da construção de um mundo pré-existente. Aprender em uma história que é, ao mesmo tempo, profundamente minha, no que tem de única, mas que me escapa por toda a parte. Nascer, aprender, é entrar em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentido, onde se diz quem eu sou, quem é o mundo, quem são os outros (CHARLOT, 2000: p. 53).

Na busca pela aprendizagem e do aprender a conviver o educador social necessita de uma pedagogia que atenda aos problemas sociais próprios de sua missão. Desse modo, “a pedagogia é um saber que se tornou (e se torna), como dissemos, cada vez mais central: social política e culturalmente” (CAMBI, 1999: p. 642).

Aliado ao contexto cultural da história da pedagogia, ver o outro com confiança configura-se como uma missão humana absorvida pela fé no outro, pois “pela pedagogia passam os diversos problemas da convivência social e da projeção política, como também os da comunidade e da renovação cultural” (Ibidem: p. 642). Educador social e adolescente se complementam por suas realidades sociais formativas nas diversas esferas de conhecimentos. A esse respeito, Morin observa que “é preciso incluir entre as finalidades precedentes a busca da plenitude e da completude do indivíduo, que se efetiva através da música, da poesia, da mística e das artes em geral” (MORIN *et al*, 2003: pp. 105-106).

Todo ensinamento sem família que acolhe, sem amor, sem vida plena, sem perspectiva de formação futura para o mundo do trabalho, sem escola, sem cultura não oferece entusiasmo e alegria ao adolescente. Por isso, a presença da família, do educador, do governo a garantir os direitos básicos do ser humano, a fé, o cuidar, o amor e a acolhida se transformam em esperança e regate da dignidade do adolescente.

2.1 Pedagogia da presença: fé, cuidado, amor, ação e acolhida

Um tema com aspecto novo, porém muito antigo, é “a pedagogia da presença”, utilizada pelos diversos educadores que tiveram a intenção de desenvolver uma ação formativa com seres humanos, principalmente aqueles que aspiram maiores cuidados e atenção por parte da sociedade. Nesse sentido, o trabalho com a pedagogia da presença na Pastoral do Menor se torna significativo. Toma uma dimensão de necessidade conjunta, pois os envolvidos acabam por perceber que estão em processo de construção e reconstrução de suas identidades pessoais. Por este ângulo, a dimensão do educar não dissocia a presença, mesmo no século XXI, em que se desenvolveu com muito afinco o mundo da educação em redes, a educação à distância ou a tentativa de dissociar o profissional humano no intercâmbio educação-educador-educando.

Alguns métodos podem se mostrar inoperantes, algumas ações extraordinárias podem não se mostrar decisivas a resolver todos os problemas de um grupo ou de uma sociedade na área de educação, mas temos de nos render ao fato de que sem uma presença humana articuladora, consciente, ágil no estudo e com percepção do trabalho em conjunto pode

umentar a ineficiência. “Nenhuma lei, nenhum método ou técnica, nenhum recurso logístico, nenhum dispositivo político-institucional pode substituir o frescor e o imediatismo da presença solidária, aberta e construtiva do educador diante do educando” (COSTA, 2001: p. 23). Ambos se complementam, construindo uma teia de relações que vai acrescentando novos seres nessas relações.

A educação conciliadora que se torna presença nos conduz ao aperfeiçoamento do estar com o outro, conviver, o ombro amigo e o afrouxar das amarras que impedem a percepção do outro como um ser em processo. Neste caso, o educador social da Pastoral do Menor quer ser uma presença constante na vida do adolescente, transmitindo a certeza de que educar vai além dos padrões sociais de educação formal. Daí a ciência de que o educador social não caminha sozinho na interlocução diária. Necessita-se de uma presença constante de todos os envolvidos, tornando-os partícipes da ação conciliadora no “Programa Liberdade Assistida”.

No entendimento do que vem a ser a pedagogia da presença, Costa (2001) aponta na abordagem das transformações científicas, na atualidade, que:

A pedagogia moderna, em todas as suas modalidades, começa por uma abertura e integração dos dados que lhe chegam mediante a psicologia, a sociologia, a antropologia, a psicologia social, as ciências médicas e o direito. Já passou o tempo em que se podia negar a importância de uma boa cultura científica para atuar neste domínio (COSTA, 2001: p. 39).

As ciências sociais legitimam a pedagogia da presença com uma abordagem subscrita por um conhecimento da fé, da acolhida, do cuidar, do amar essencial a todo ser humano e em especial àqueles em fase de formação educacional para uma consciência crítica e intelectual.

Outro ponto da pedagogia da presença é a pedagogia da fé que se dá como "tarefa essencial dos cristãos, da Igreja, é a educação permanente, progressiva, ordenada da fé" (DOCUMENTO DE PUEBLA, 1979: p. 247). Nesse contexto, é importante salientar que um dos elementos de educação não formal que envolve o marco da situação da fé se revela no contexto de formação doutrinal. Nesse caso, o principal papel desta doutrinação é formar o educador social e o adolescente pela promoção do sentido novo da existência, que alimenta a fraternidade, a liberdade autônoma, a justiça libertadora e a valorização de uma paz dinâmica.

O educador social da Pastoral do Menor valoriza a síntese entre cultura e fé, fé e vida, mediante a integração das várias disciplinas. Além disso, apresenta-se como responsável por contribuir com a formação integral do adolescente, mediante a assimilação da cultura juvenil nacional, expressa nos direitos conquistados nestas últimas décadas no Brasil. O resultado

disso é a elaboração do desenvolvimento das interfaces destes conhecimentos que se dá interdisciplinarmente.

A pedagogia da fé representa a assimilação a partir da inserção de valores evangélicos, pois realiza a síntese entre fé e vida. Neste sentido, "a fé é uma posse antecipada do que se espera, um meio de demonstrar as realidades que não se veem" (He 11:1, 1985: p. 2254). A pedagogia da fé é o que dá a certeza e confiança ao educador social que está de fato prestes a realizar suas ações concretas, com audácia e esperança.

Os preceitos da pedagogia da fé nos ensinam que "toda educação, com efeito, no momento não parece motivo de alegria, mas de tristeza. Depois, no entanto, produz naqueles que assim foram exercitados um fruto de paz e de justiça" (Hb 12:11, 1985: p. 2256). Portanto, a fé emana da experiência vivida por cada ser humano e deve ser incentivada e ensinada ao adolescente como impulsionamento da vida.

Os desafios da educação com adolescente infrator não eximem o sentimento de esperança no educador social, pois "sempre existe uma minoria de educadores, animados pela fé na necessidade de reformar o pensamento e em regenerar o ensino. São educadores que possuem um forte senso de sua missão" (MORIN *et al*, 2003: p. 98) por alimentar a fé na transformação da sociedade para melhor, pela educação pessoal do adolescente e a transformação de sua humanidade.

O educador social da Pastoral do Menor vê a importância de sua missão disseminada originalmente na cidade de São Paulo e estendida a todo o Brasil como um marco fundado sob a educação da fé no ser humano, a dedicação aos pobres, na figura de crianças e adolescentes, oriundos de lares desajustados, necessitados de um diálogo aberto e familiar.

No entanto, a pedagogia da fé traz alguns desafios: o desinteresse pelos elementos que favoreçam a promoção da vida, articulados a partir do impulso à evangelização dos partícipes da Pastoral do Menor e o enfrentamento das perdas de valores que formam adolescentes com uma natureza desumana, brutal, submissos à cultura de morte, que requer tomada de decisões que fogem da ótica dos que governam o país.

O reconhecimento e a formação do educador social apresenta como figura de destaque a educação religiosa cristã com formação para a fé. Neste sentido, a pedagogia da fé tem como real finalidade não uma fé piegas, mas uma capacidade de crer nos projetos que transformam a vida do educador e a vida do adolescente atendido na Pastoral do Menor.

Contudo, nas ocasiões em que o educador social atua, desenvolve-se uma pedagogia da fé cujas palavras dirigidas ao adolescente enfatizam a necessidade de acreditar em suas

mudanças de vida, a partir da acolhida sincera dos compromissos com a efetiva realização das ações propostas, tendo em conta os sonhos desses adolescentes.

A fé alimenta, no decorrer da história, todos os cristãos que unidos por esta mesma fé impulsionam sua existência para com audácia e esperança se lançar para o além. O mesmo deve se dar na vida do educador social e do adolescente atendido pela Pastoral do Menor que, unidos pela fé, em parcerias comunitárias, realizam os bons sonhos capazes de ocasionar mudanças para si e para a comunidade em geral.

A pedagogia da fé é geradora de uma nova forma de ver a vida, sensibilizando a sociedade, que faz ressurgir, por uma política social capitalista, milhares de vidas com descontrole dos seus ideais. Por isso, a fé impulsiona a razão de ser e a religião, antes de aprisionar, forma para o sentimento de humanidade.

A pedagogia da fé prega o amor levando o educador social a incentivar principalmente os pais a conhecer e amar os seus filhos, para que esses cresçam com sua ajuda, nas dimensões afetivas, espiritual e intelectual.

Para que a pedagogia da fé seja uma dimensão de articulação da pedagogia da presença, faz-se necessária a sensibilização de todos os envolvidos para que acreditem em suas ações, confiem na transformação social a partir da formação humana, creiam no adolescente e não desvalorizem as condições que os levam a uma razão, a uma fé e a uma religião.

A pedagogia da fé, neste caso, impulsiona não só a Religião Católica Apostólica Romana, mas todas as religiões. Na Arquidiocese de Natal/RN, essa forma de pensar a pedagogia da fé nos ajuda na percepção de que há, na atualidade, abandono e descompromisso com educação formal e não formal. Antes, tínhamos a crença de que a educação mudaria o país, mas as políticas governamentais têm diluído essa crença. Sem fé, o educador social acaba por desacreditar nos resultados de suas ações e passa a crer menos no ser humano e nos projetos educativos.

Trabalhar com adolescente em Liberdade Assistida sem a dimensão da pedagogia da fé pode acarretar grande risco ao educador social, pois este passa a acreditar mais em sua formação técnica e científica especializada, endeusando mais as ciências que as pequenas potencialidades humanas, expressas nas crenças e conhecimentos do senso comum.

A pedagogia da fé não segue os preceitos de que as coisas ficam fáceis pela crença ou fé de cada um, mas ensina que as realizações são possíveis. Tudo se dá por desencadeamentos de esperança e por uma necessidade urgente dos sonhos utópicos. Neste sentido, os sonhos de

cada educador social e de cada adolescente são importantes como condição possível de sonhar os seus projetos de vida e de melhora pessoal.

Para ser presença, é necessário o cuidado, por isso a pedagogia da presença em sua abrangência não se exime da pedagogia do cuidar. Esta se baseia na concepção básica de que é necessário cuidar para que em seu fim os resultados rendam bons frutos. O produto inicial e final do cuidado é uma especificidade humana, mas também de toda a natureza. O cuidado dos animais para com seus filhotes, a emergência do cuidar do planeta e da vida, “cuidar do meio ambiente, proteger a casa de todos os seres vivos, de modo que a vida possa se desenvolver plenamente”²¹ (LOZADA, 2009: p. 23).

A comunidade em geral é responsável por observar e cuidar para que os inconvenientes não aconteçam colocando a vida em perigo. É importante conhecer e entender o comportamento do sujeito social e suas necessidades, pois agem com medo de se aproximar e partilhar a vida. As respostas pelo “silêncio, a solidão, a agressividade, a amizade, que são também utilizados como forma de resistência” (GRACIANI, 2009: p. 231) devem ser compreendidas na releitura do inconsciente coletivo dos adolescentes.

No trabalho com o adolescente infrator, a função do educador social se estabelece no cuidado que, em seu princípio, é preventivo estendendo-se a realidade familiar, comunitária, em intercâmbio na busca de respostas às múltiplas necessidades sociais.

É comum ao ser humano cuidar dos pequenos afazeres da vida estabelecendo regras e limites a cada necessidade. Ao educador social cabe também multiplicar as ações de educação libertadora que estabeleça uma cultura da solidariedade, uma consciência social e uma promoção humana.

Na pedagogia do cuidar está a rejeição a todo tipo de violência e preconceito social, que elimina o desenvolvimento da vida. Os sujeitos prioritários da Pastoral do Menor necessitam de

uma formação que, na prática, faça crescer a consciência através da reflexão sobre as ações desenvolvidas; que avance na teoria, na explicação da realidade, na compreensão das estruturas sociopolíticas, na crítica à economia capitalista de mercado e à sua ideologia (CNBB, 2008: p. 73).

Nas ações desenvolvidas intercalam-se uma pedagogia do cuidar para uma conscientização da realidade econômica e política do país. O cuidado com o que é divulgado, os reais significados da formação, as respostas aos projetos sociais, o cuidar bem do

²¹ O autor faz alusão ao documento da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe que ocorreu em Aparecida/BR, de 13 a 31 de maio de 2007.

financeiro, as verdades aprimoradas nos relatórios e o incentivo às ações morais e éticas assegurarão a seriedade do trabalho do educador social.

A pedagogia do cuidar está em todas as ações do educador social, do planejamento à execução, tudo deve ser devidamente cronometrado, com a necessária organização dos resultados. No entanto, “o cuidado não pode restringir-se ao momento do planejamento. Há um “antes”, que se realiza na atenção e compreensão crítica da realidade, que pode misturar-se com as visitas, os diálogos, a presença simpática que revela o desejo de parceria” (Ibidem: p. 103).

A presença pela pedagogia do cuidar na vida do adolescente inspira confiança e aproximação. Por isso, o educador social estende esta relação de confiança à família. Nesta relação, é necessário cuidar da família para que esta esteja preparada para cuidar do adolescente.

O Estado cuida do adolescente, por certo tempo, através da medida socioeducativa, mas é importante que a família seja instruída para esta finalidade e responsabilidade. O educador social verá, assim, sua ação educativa para além do trabalho com a medida socioeducativa, através da continuidade do trabalho com os adolescentes egressos.

Na presença que cuida está a pedagogia do amor. Embora não se conceba o AMOR como uma palavra científica, durante muito tempo foi renegada pela academia, pois não constitui objeto da ciência. Esta palavra pode ser no máximo percebida nas entrelinhas interpretativas da psicologia, mas nunca vista como uma forma pedagógica de ser. Neste caso, é importante aprofundar essa dimensão demonstrando aos envolvidos no projeto de inclusão social da Pastoral do Menor que familiares, adolescentes, educadores sociais e comunidade em geral precisam descobrir essa forma pedagógica de ser. Demonstramos o amor como uma forma educativa de ensinar e aprender, pois é amando a nós mesmos ou aqueles que são colocados em nossas vidas que atingimos com maior profundidade a admissão do viver.

Os adolescentes em sua grande maioria se tornam violentos, rebeldes, pois não foram levados a se aproximar de uma dimensão que lhes dê maior sentido à vida. “[...] os adolescentes não vão para a rua e para as drogas só porque são pobres: eles saem de casa e se perdem quando não vivem uma realidade de família nem de amor” (CHIERA, 2008: p. 34).

A partir da pedagogia do amor fica assegurado aos adolescentes o direito ao respeito e ao amor. Neste caso, é preciso ser outorgada a tutela da família, com promoção dos direitos humanos e maior empenho pela educação tendo em vista o Art. 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (ECA, 2012: p. 31).

A partir da garantia de direitos, o adolescente terá plena condição de crescer em uma sociedade justa, solidária, com cultura de resgate da vida, valorizando todas as dimensões de formação do ser.

Os agentes da Pastoral do Menor têm plena consciência de que não podemos dissociar o amor nos processos de formação educativa, pois sem isso não se pode vencer o problema da dependência de drogas, os desajustes, a violência e a delinquência.

Deve haver uma correta educação quanto à sexualidade, com a presença paterna e amigável dos pais (pois esses às vezes não se comportam com capacidade de impor limites e de serem respeitados pelos filhos - são amigos, companheiros, mantenedores financeiros, mas não expiram confiança e respeito). Muitos pais são tristes, vencidos, pois não conseguem manter uma relação de amor com os filhos.

O educador social acaba por realizar esse elo entre pai e adolescente, trazendo sua alegria de educador e a sincera preocupação com todos os problemas que afligem pais e filhos, levando-os à descoberta da cultura do amor e da acolhida no seio familiar. Por isso, o imaginário religioso cristão é muito importante no processo dialógico e formativo do educador social e na vida dos pais e do adolescente.

O educador social deve ter sensibilidade e abertura aos conhecimentos interdisciplinares, principalmente aqueles, cujas fronteiras valorizam temas como: fé, esperança, caridade, acolhida, amor e uma presença conciliadora. Tudo em relação a diálogo e acolhida, pois de acordo com Freire (2013: p. 110) “não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a *pronúncia* do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda”. Por isso, a pedagogia do amor se expressa no diálogo, pois “se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo” (FREIRE, 2013: p. 111).

A pedagogia do amor é o que atribui, conforme Morin, a síntese entre a fé que leva a crer no amor incondicional e na estética como prática educativa que alimenta a presença. É por isso que “onde não há amor, não há mais do que problemas de carreira, de dinheiro para o docente, e de aborrecimento para aluno” (*et al*, 2013: p. 99). Por isso, “a missão supõe,

evidentemente, fé na cultura e fé nas possibilidades do espírito humano. A missão é, portanto, elevada e difícil, porque supõe, simultaneamente, arte, fé e amor” (MORIN *et al*, 2003: p. 99). Esta síntese se apresenta no terceiro capítulo apontando a essência de nossa pesquisa pela metodologia da pesquisa-ação, etnometodologia e por um olhar da Arteterapia.

A pedagogia da presença se faz na ação. Assim, a pedagogia da ação requer uma presença que se articula nas relações formativas, preventivas e de urgências. As relações de urgências são aquelas ligadas ao corte de direitos básicos como fome, local para alimentação, dormida ou pequenas urgências de saúde ou risco e ameaças à vida que desrespeitam os atendidos pela Pastoral do Menor. Esta se oferece para ser porta voz, ajudando-os a acessar os seus direitos ao fornecer ou orientar na busca de ambientes próprios.

As relações preventivas vão desde a orientação às famílias, articulando laços de compreensão dos problemas que acometem os filhos, à responsabilidade, para que os filhos confiem e partilhem suas angústias e conflitos. Para que essas relações se fortaleçam, é importante prevenir principalmente com formação, daí a importância de reforço escolar, lazer, esportes, atividades culturais com a integração entre adolescentes e educadores.

As relações formativas de educação não formal da Pastoral do Menor articulam-se com todos os seguimentos da sociedade que desenvolve atividades de educação formal. É indiscutível que “fazer-se presente na vida do educando é o dado fundamental da ação educativa dirigida ao adolescente em situação de dificuldade pessoal e social. A presença é o conceito central, o instrumento-chave e o objetivo maior desta pedagogia” (COSTA, 2001: p. 18).

A principal função da pedagogia da ação está na socialização e na integração do adolescente a sua comunidade, a partir da frequência à escola, nos cursos de línguas, informática, formação profissional e integração no mundo do trabalho. A finalidade da pedagogia da ação educativa é devolver o adolescente melhor para a sociedade.

Neste sentido, a presença-ação requer a pedagogia da acolhida. Por isso, o acolhimento do adolescente acontece com a decisão da Vara da Infância e da Juventude que, ao julgar e proferir a medida socioeducativa, encaminha o adolescente à entidade. Há sempre um educador social da Pastoral do Menor para realizar o primeiro contato com o adolescente e sua família, orientando-os e indicando os locais dos contatos iniciais com esta entidade social.

A acolhida representa os primeiros passos para uma presença definitiva do adolescente. Neste processo inicial pode ocorrer ou não uma empatia gerando uma proximidade tranquila e acolhedora com ambos os envolvidos no processo. Estar presente na audiência do adolescente

já se torna uma marca indicativa de satisfação dos familiares que percebem a importância de estar em sintonia com a Pastoral do Menor.

Participar das atividades socioeducativas com enfoque interdisciplinar em Arteterapia é importante para o exercício da pedagogia da acolhida. As atividades pedagógicas e lúdicas auxiliam o adolescente a perceber-se como sujeito respeitado, acolhido e amado, acima de tudo.

A Igreja Católica tem uma vasta experiência com a acolhida dos fiéis, cabendo ao educador social da Pastoral do Menor usufruir dessa forma de ser de cada cristão. Há também muitos ambientes de acolhida aos adolescentes, embora as condições de preparar, celebrar e viver sua vocação missionária ainda apresentem limites formativos de aceitação da poesia, da música, do teatro, das danças e de outras manifestações de artes que valorizem as expressões e experiências do adolescente.

A pedagogia da acolhida é a essência natural da pedagogia da presença, pois é com este anúncio que a Pastoral do Menor surge no Brasil. É na convocatória pessoal que a valorização da vida social do ser humano lembra o preceito evangélico: “quem acolhe o menor a mim acolhe” (BÍBLIA, 1985: Mc 9,37 p. 1912; Mt 18,5 p. 1872; Lc 9,48 p. 1948; Jo 13,20 p. 2021) fazendo alusão à Campanha da Fraternidade de 1987 (tema tratado no primeiro capítulo deste trabalho). O ato de acolher é essencial tanto para o educador social quanto para o adolescente, pois ambos devem se sentir acolhidos na sua ação na Pastoral do Menor.

Ao acolher o outro nos momentos de dificuldade e de angústia com os desencontros da vida, o educador social oferece ombro amigo e estende a mão para o adolescente, não devendo negar-se a assumir este compromisso de acolher o adolescente e seus familiares. A acolhida tem início na Vara da Infância e da Juventude, com o recebimento do adolescente até o final do cumprimento da medida socioeducativa, quando ele faz o desligamento da participação nas atividades da Pastoral do Menor.

Alguns adolescentes continuam a participar das ações no cotidiano da Pastoral do Menor, pois acabam por criar laços afetivos e se identificam com a essência e finalidade do trabalho pastoral e evangelizador da Igreja Católica. Isso acontece devido à acolhida que gera agrado e entusiasmo, principalmente pelas atividades culturais, esportivas, educativas, artísticas e arteterapêuticas.

O adolescente, ao chegar à Pastoral do Menor, sente-se inicialmente aberto à participação das atividades no grupo. O grupo tem de acolher também os novos membros que estão chegando para realizar sua medida socioeducativa.

No trabalho com os 64 adolescentes, percebeu-se sempre um ambiente de acolhida e alegria, mesmo com as dificuldades pessoais de cada um, pois cada adolescente chega à Pastoral do Menor com uma história de vida com desencontros. A família, inconformada com o delito do filho(a), acaba por entrar em conflito. O educador social tem a missão de aproximar o adolescente da família, da comunidade, da escola e integrá-lo na sociedade de forma que ele se sinta envolvido com a sua história social. Por isso, o processo de acolhida deve acontecer não só na Pastoral, mas em todos os segmentos da vida do adolescente.

2.1.1 Presença na vida do adolescente

Os adolescentes, em sua maioria, atendidos pela Pastoral do Menor reclamam da ausência dos pais ou dos familiares. Esta ausência é própria de qualquer ser humano que no vazio da presença se sente solitário e acaba por alimentar um vazio existencial. O adolescente, assim como qualquer ser humano, necessita da “presença de alguém que ame. Essa presença-amor é como adubo que fertiliza o solo, no qual os valores brotam e se desenvolvem espontaneamente” (CHIERA, 2008: p. 83).

A presença se torna uma missão, às vezes contraditória, pois a correria social impede o estar junto, sem presas, sem alardes da necessidade do fazer. O mundo capitalista nos cobra ação com resultados concretos, tarefas predefinidas com a fiscalização de chefes, associando resultados a ganhos. No entanto, “fazer-se presença construtiva na vida de um adolescente em dificuldade pessoal e social é, pois, a primeira e a mais primordial das tarefas de um educador que aspire assumir um papel realmente emancipador na existência de seus educandos” (COSTA, 2001: p. 27).

O educador social tem muito a aprender com a pedagogia da presença, valorizando o bem maior que são os seres humanos colocados em seu caminho. O trabalho social deve valorizar a totalidade do ser desses sujeitos e partícipes. A partir desta valorização é importante

descobrir neste adolescente, aptidões e capacidades que apenas um balanço criterioso e sensível permitirá despertar e desenvolver. Só assim, ele encontrará o caminho para si mesmo e para os outros. E este é o sentido e o objetivo maior da presença construtiva e emancipadora do educador na vida do educando (Ibidem: p. 40).

O adolescente é destinatário e elemento dinâmico nas práticas educativas do educador social. Sua condição de adolescente em vulnerabilidade pode ser vista como forma de

condenação ou neuroses pelas famílias e educadores. No entanto, a partir de uma integração pela pedagogia da presença podemos vê-lo com entusiasmo que transforma e enriquece na disponibilidade para aprender. Neste processo não cabe só ensinar, mas torna-se fundamental aprender, e principalmente conviver juntos nas sucessões de experiências que aprofundam o norte e dão valor à vida.

2.1.2 Resultados operantes da pedagogia da presença

Neste caso, devemos levar em conta aquele velho chavão de que a 'presença é tudo' constituindo-se em um argumento estético comportamental do sujeito. Ao estar no meio dos adolescentes, o educador social ganha a sua confiança e legitimidade na missão. Citamos o caso do educador Antônio Menezes (in memória) que foi chamado diversas vezes pela família do adolescente Genésio para resolver pequenas questões de desentendimento. Por várias vezes, só em chegar e se posicionar diante do adolescente, ele já se silenciava e obedecia aos pais.

Estranho como os pais, que deveriam ter a confiança dos filhos, com sua presença marcante (verificar depoimentos no terceiro capítulo) tornam-se inimigos com suas ações, mesmo que bem intencionadas. No caso, do educador citado, os pais chegaram a afirmar que não compreendiam como Genésio confiava tanto no educador.

O educador social atua num clima de envolvimento e estímulos, sem produzir antigos padrões: reclamações, murmúrios, conselhos exagerados, imposição e controle centralizado. É com a presença que em muitos momentos silencia e cria espaços para que os adolescentes tomem decisões baseados nas necessidades de cada um.

A pedagogia da presença absorve o entendimento de que a identidade do educador social se torna marcante por priorizar mais o ser que o fazer na essência da educação social. Já a educação social são todas as abordagens formativas com enfoque social, capaz de gerar competências e habilidades para o convívio humano das novas gerações relacionadas com as mudanças urbanas da sociedade contemporânea.

As transformações e desafios da sociedade contemporânea necessitam de respostas mais efetivas, e incrivelmente pode ser nestes turbilhões de mudanças sociais que acabamos por desconhecer o valor da presença, pois somos acostumados a agir de imediato, com a necessidade de respostas prontas.

A Pastoral do Menor acredita no adolescente como transformador da sociedade, por isso assume o compromisso de ser presença e de ajudá-lo a reconhecer seu papel e seu valor.

Em uma sociedade que busca a todo custo impor disciplina e limites ao adolescente infrator, a pedagogia da presença se revela como uma verdadeira arte do encontro. É importante salientar que o processo de adaptação no cumprimento da medida socioeducativa não ocorre para todos os adolescentes de modo tranquilo, pois há regressão e desvios, resistências e conflitos, que colocam constantemente a necessidade de se apontar os limites no andamento das definições de papéis a serem assumidos por cada um dos envolvidos no processo educativo.

Por isso, no Programa Liberdade Assistida não cabe punições e castigos. A medida socioeducativa da Liberdade Assistida já representa essas duas estâncias negativas instituídas pelo juizado. Ao chegar ao Programa, o adolescente vem com uma ideia errônea de que foi punido, quando na verdade ele recebeu uma nova chance de compor sua condição de liberdade.

O educador social tem a convicção de que precisa conquistar a confiança do adolescente, sustentado por atitudes pacientes e construtivas de diálogo e persuasão, a fim de evitar chantagens emocionais de toda forma. Por isso, a Pastoral do Menor guia-se por uma formação metodológica formulada por atitudes e valores humano-cristãos.

Através da pedagogia da presença, o educador social estabelece motivações que são as reais finalidades para legitimar e consolidar os limites para as ações que envolvem a formação autônoma do adolescente.

O trabalho do educador social em sua finalidade também deve promover valores ao adolescente: seriedade na medida a ser cumprida, honestidade com os profissionais, austeridade e autonomia, envolvimento nos trabalhos em grupo, prudência no falar, respeito mútuo aos colegas, higiene, ordem, respeito à opinião dos colegas e aprender a expor o ponto de vista pessoal, a fim de encontrar soluções conjuntas. O importante é promover a percepção da realidade, para que o adolescente conheça-se, aceite-se e comprometa-se nas mudanças de vida.

Cabe ao educador social aprimorar valores como o respeito às formas religiosas de cada adolescente, formar para as exigências da vida contemporânea, aceitar as limitações impostas pelo trabalho, quase sempre visto com desconfiança pela comunidade local, respeito à cultura local do adolescente e da comunidade e prudência na convivência. É importante também desenvoltura no trabalho em equipe, prezando pelo valor da sua formação e de cada indivíduo envolvido.

Na organização dos trabalhos deve ser tudo programado em equipe com sensibilidade e controle. Os métodos devem estimular a convivência e o trabalho conjunto, com superação das dificuldades. Fomentar as boas maneiras para solucionar as dificuldades através do diálogo, ao eliminar a opressão, imposição ou violência. Só assim, cria-se um clima de confiança e compreensão, cuja correspondência é a sinceridade e honestidade.

Tendo de optar, dentro de uma visão cristã, pelo crescimento humano, ao direcionar a vida do adolescente pela educação, é papel também do educador social criar um ambiente de liberdade e caridade que manifesta-se na comunicação cordial e aberta. Por isso, visa à promoção das formações profissional, social, educativa, cultural, esportiva e, sobretudo, artísticas, que valoriza os dotes estéticos de cada adolescente.

A ação disciplinar do educador social discorre de maneira a sobressair o respeito e a atenção dada a cada situação do adolescente. Porém, a eficácia está no exercício da paciência em compreender que algumas situações requerem tempo e perseverança, levando-nos, aqui, a perceber que a educação do adolescente atendido pela Pastoral do Menor foge de estereótipo de educação que não valoriza a totalidade humana, ao podar seus desejos e sonhos.

A presença do educador social deve ser marcada pelo respeito e pela sinceridade. O diálogo com as famílias e adolescentes deve ser consciente para que não haja enganos, levando os atendidos a acreditar em assistencialismo e promessas infundadas.

A eficácia da pedagogia da presença depende da unidade da equipe de trabalho, que precisa encontrar uma forma de trabalhar em torno do Programa Liberdade Assistida, com acréscimo de elementos pedagógicos comuns em parceria com a promoção dos valores evangélicos.

Para que os princípios formativos direcionem o adolescente a perceber a necessidade de viver a opção de uma vida com empenho e querência, a presença de um educador, a orientar de modo explícito e sistemático as definições do Programa, deve construir o projeto de permanência deste na pastoral e o orientar a permanecer interligado a sua comunidade de origem.

O projeto de permanência, porém, é completamente diferenciado por não tratar simplesmente de uma adesão da inteligência ou unicamente de uma doutrinação religiosa, mas sim de uma adesão a uma vida plena de amor e esperança. Por isso, o educador social acompanha o adolescente na escola, auxiliando nas dificuldades da equipe de professores e verificando que a escola adequada ao adolescente em Liberdade Assistida é aquela que o leve

a realmente estudar e a se preparar para o mundo do trabalho, não valorizando seus fracassos, mas apontando metas e incentivos para uma projeção futura.

Pela pedagogia da presença, é dever da Pastoral do Menor na ação de todos os seus educadores sociais assumir o respeito à liberdade nas opções e convicções religiosas do adolescente. Esse é um valor evangélico necessário a cada educador, que não deixa de propor e introduzir em seu projeto de ação ensinamentos que ajude o adolescente e seus familiares a viver humanamente, com justiça e por preceitos cristãos.

O educador social preza, principalmente, pela realização das oficinas das artes artesanais, além de música, esporte, dança, teatro e artes plásticas. É necessário, no momento contemporâneo, que um educador social em sua formação desenvolva uma identidade equilibrada, com comportamento autêntico, coerente no fazer e no agir, com sensibilidade e atenção às novas e velhas mudanças sociais que interfiram diretamente na forma de ser e agir do adolescente. Em sua formação ainda devem estar claros elementos sócio afetivos, espirituais e intelectuais, pois educar necessita de tranquilidade, de estabelecer limites, de esforço, de paciência, de responsabilidade e de disciplina. Educar não é tarefa fácil, pois se dá muitas vezes, mesmo com os conflitos e complexidades.

As constantes transformações econômico-sociais e as rápidas mudanças com o surgimento das novas tecnologias representam desafios de adaptação no campo educacional, por se tratar de uma realidade natural, enquanto isso, a Pastoral do Menor desenvolve as adequações necessárias.

As adequações ocorrem em âmbito local, regional e nacional, com articulação em rede, com a finalidade de fortalecer as ações, com a qualificação das lideranças e educadores sociais, e a sustentabilidade da Pastoral do Menor sendo presente nas diversas dioceses do país.

Ao atuar em rede, acontece a proximidade de experiências fundamentais no campo social, principalmente pelas ações da Pastoral do Menor que se processa de forma complexa e diversa, pois abrange crianças, adolescentes e famílias, geralmente em exclusão social, principalmente nas áreas de educação, saúde e assistência social.

O educador social acredita no adolescente como transformador da sociedade, por isso assume o compromisso de ser presença e de ajudá-lo a reconhecer seu papel e valor na sociedade, pois as transformações e desafios da sociedade contemporânea necessitam de respostas mais efetivas, e incrivelmente pode ser nestes turbilhões de mudanças sociais, que acabamos por desconhecer o valor da presença, pois somos acostumados a agir de imediato.

A maior eficácia das ações é ensinar o adolescente a assumir o seu erro, levando-o a perceber que o êxito do cumprimento da medida socioeducativa está no desejo sincero de reconstituir o que fora prejudicado com o delito cometido. Porém, conhecer a identidade do adolescente infrator e promover a sua inclusão e sua integração na sociedade de origem representam a finalidade integradora da ação do educador social.

2.2 Identidade do Adolescente em Liberdade Assistida

A palavra adolescente vem do latim “*adolescere*” e significa crescer, desenvolver-se²². É, neste sentido, uma etapa de vislumbrem, com facilidade de acumular comportamentos que se confirmam na aceitação ou não dos adultos. Nesta fase é importante a presença dos pais e educadores, acompanhando o comportamento e formação do adolescente, pois nem sempre as políticas de direitos eliminam as críticas e os conflitos sociais, alimentando o mito de que o adolescente é um ser por natureza violento, quando na verdade ele está simplesmente passando por um estágio de mudanças, sendo natural ir de encontro com respostas negativas às ordens dos adultos. Verifica-se, assim, a identidade do adolescente em Liberdade Assistida marcadamente constituída por conflitos de alcances sociais, não cabendo julgamentos e desconfiança, mas que está presente com um projeto de educação inclusiva auxiliado pelos Meios de Comunicação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, em seu Artigo 2, define que a adolescência abrange a todos com 12 a 18 anos de idade incompletos²³. Esta definição é a mesma assumida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Neste caso, a adolescência é apresentada como “fase específica do desenvolvimento humano caracterizado por mudanças e transformações múltiplas e fundamentais para que o ser humano possa atingir a maturidade e se inserir na sociedade no papel de adulto” (FREITAS, 2005: p. 29). No entanto, considera-se que “é muito mais que uma etapa de transição, contemplando uma população que apresenta especificidades, das quais decorrem uma riqueza e potencial únicos” (Ibidem: p. 29). A definição da adolescência pode ser levada em conta na sua condição de diversidades e desigualdades, chegando a divergir na idade de uma sociedade para outra e nos aspectos referentes aos espaços naturais, culturais e sociais. De acordo com Philippe Ariès,

²² Verificado em: <http://www.dicionarioetimologico.com.br/adolescente/>. Acesso em 19 de agosto de 2015.

²³ A Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia das Nações Unidas (Carta Magna para as crianças de todo o mundo), em 20 de novembro de 1989, define em seu Art. 1 que “Para efeitos da presente convenção considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes” (ECA, 2012, p. 159). Não há neste documento uma diferença que separa, inicialmente, os estágios: criança, adolescente e jovem. De modo que em algumas leituras da bibliografia citada podem apresentar divergências de idades.

por volta do século XVI nas atividades escolares “o adolescente era afastado do adulto e confundido com a criança, com a qual partilhava as humilhações do castigo corporal, o castigo da plebe” (ARIÈS, 1986: p. 181). Assim, a adolescência não era vista como uma etapa definida da vida, e o adolescente poderia ser tratado como uma criança grande ou como um pequeno adulto. Esse estágio de definição só alcança o seu auge no século XX com a cultura de padronização de direitos que passa a tratar as etapas da vida visibilizando o crescimento humano em etapas: criança, adolescente, jovem, adulto e velho.

A definição de adolescência pode divergir em algumas literaturas, como no caso de Marilda Emmanuel Novaes Lipp (2010: p. 13) ao definir que “para a maioria dos jovens, a adolescência começa entre os 10 e os 14 anos e continua até os 19 ou 20 anos, mas hoje se fala muito em adolescência tardia, que é aquela que se estende até os 25 anos”. Embora seja apontada como uma etapa intermediária do desenvolvimento humano, entre a infância e a fase adulta, com transformações significativas: na altura, no peso, alterando força física, mental e autonomia pessoal, carregada de conflitos, quase sempre é acompanhada de manifestações agressivas e desafiadoras. Tais atitudes podem ser geradas pela falta de limites dos pais ou dos adultos.

De acordo com Contardo Calligaris (2009: p. 19), o início da adolescência “é facilmente observável, por se tratar de mudança fisiológica produzida pela puberdade”. Trata-se ainda segundo este mesmo autor, “em outras palavras, de uma transformação substancial do corpo do jovem, que adquire as funções e os atributos do corpo adulto” (CALLIGARIS, 2009: p. 19).

A adolescência se define como uma fase da vida que, além de apresentar suas próprias características peculiares, intercala-se entre duas outras, a da criança e a do adulto. Neste sentido, o adolescente é aquele que está deixando, aos poucos, os traços de criança e se prepara, pelo confronto ou aceitação, para entrar definitivamente no mundo adulto. Esta confusão entre a idade infantil, sem levar em consideração a adolescência, que esbarra diretamente na fase adulta é comum na sociedade brasileira. Conforme Anthony Giddens:

Nas sociedades ocidentais, os adolescentes não são nem um nem outro: eles tentam seguir os modos adultos, mas são tratados pela lei como crianças. Podem querer trabalhar, mas são obrigados a permanecer na escola. Os adolescentes no Ocidente vivem entre a infância e a idade adulta, crescendo em uma sociedade sujeita a mudanças constantes (GIDDENS, 2012: p. 220).

Neste caso, a integração do adolescente em atividades formativas articula as bases de formação da personalidade deste adolescente em vista do desenvolvimento de competências para enfrentar os desafios da maturidade, própria de cada ser humano.

A síntese das etapas de identidade do adolescente estabelece-se, assim, entre a incerteza pessoal ligada às questões de sexualidade, a mudança corporal, a aceitação de autoridade e capacidade de obediência. Neste caso, esta etapa pode ser marcada por traços de desobediência e transgressão das regras, incorrendo em pequenos delitos.

É comum nesta fase da vida que o adolescente manifeste um comportamento violento ligado ao desconhecimento de sua realidade, por isso, há, com frequência, adversidade na identidade pessoal, sexual e desentendimento com autoridades (conforme **Tabela 01**).

	ADOLESCÊNCIA	CARACTERÍSTICAS DAS CRISES		
		Crise sexual	Crise de identidade	Crise de autoridade
1ª etapa	Puberal	<ul style="list-style-type: none"> • Introversão libidinal • Auto-erotismo • Amizade íntima • Hipoinvestimento do ego corporal 	<ul style="list-style-type: none"> • Confusão • Regressão • Ambivalência • Dessimbiotização 	<ul style="list-style-type: none"> • Isolamento • Desobediência • Evitação • Desidealização
2ª etapa	Nuclear	<ul style="list-style-type: none"> • Superinvestimento especular narcisista • Namoros compartilhados 	<ul style="list-style-type: none"> • Onipotência grupal • <i>Self</i> compartilhada • Moda 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização em gangues • Rebelião • Ruptura normativa: antiadulto
	Juvenil	<ul style="list-style-type: none"> • Heterossexualidade • Escolha de parceiro sexual 	<ul style="list-style-type: none"> • Individualidade • Intimidade • Independência 	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação • Reconciliação com os pais

Tabela 01: Apresentada pelo autor sobre o título de “Crises e etapas da adolescência”. **Fonte:** (CARVAJAL, 2003: p. 69)

O autor Guillermo Carvajal (2003) acrescenta que as etapas e as crises são comuns e ocorrem na vida de qualquer ser humano que entra nesta fase de desenvolvimento, e por isso:

A adolescência deve ser abordada do ponto de vista de suas condutas e de suas manifestações. Trata-se, em última instância, de um grupo de fenômenos que eclode num momento da vida e que tem um processo e um desenvolvimento até desaparecer (teoricamente pelo menos), para dar lugar a comportamentos, condutas e fenômenos característicos da idade adulta (CARVAJAL, 2003: p. 67).

O adolescente precisa almejar pessoalmente ou por imposição familiar e social a independência, o trabalho e a intimidade corporal pessoal e intrapessoal. Porém, Ross Campbell aponta para o fato de que:

Os adolescentes são crianças em transição. Eles não são jovens adultos. Suas necessidades, inclusive as emocionais, são infantis. Um dos erros mais comuns dos pais, professores e outros com relação aos adolescentes, é considerá-los como pequenos adultos. Muitas pessoas responsáveis por adolescentes negligenciam suas necessidades infantis de sentir amor e aceitação, de serem cuidados e de saber que alguém gosta realmente deles (CAMPBELL, 2005: p. 13).

Trata-se de uma negligência que transcorre das necessidades do mundo dos adultos em legitimar e equilibrar aquilo que o adolescente deve ou não assumir como comportamento aceito na cultura social. Pois, o comportamento de um adulto pode não ser considerado e aceito por parte da sociedade se praticado por um adolescente. Por isso, compete àqueles que trabalham com a educação e ressocialização compreender que o comportamento do adolescente deve ser interpretado dentro da lógica da sua própria realidade. “Para defender-se, o adolescente cria barreiras diante do mundo adulto, evitando comunicar-se com este e formando, dessa maneira, uma linguagem e uma subcultura peculiares, que o excluem desse mundo” (GRIFFA; MORENO, 2001: p. 10).

O comportamento adequado ao adolescente pode ser negligenciado pelos caprichos dos adultos que veem na forma própria de educar uma condição de controle, solicitando que o mesmo repita padrões de comportamento já predeterminados. No entanto, Lipp (2010: p. 15) aponta que “é normal que adolescentes flutuem entre comportamentos adultos e infantis, entre agir com responsabilidade e de modo irresponsável, entre afrontar a autoridade dos pais em um momento e depender deles em outros”. Esse padrão de comportamento pode ocorrer também como protesto contra membros da sociedade ou afetando diretamente os ambientes sociais.

Antes de qualquer definição que esteja amparada pelos direitos das crianças e adolescentes brasileiros, priorizamos aqui o fato de que, como tal, sendo cidadãos de direito têm suas identidades marcadamente justificadas por uma formação histórico-cultural própria deste país. Neste sentido, a Pastoral do Menor se guia pelas concepções da lógica da Pastoral Social, que acredita que “para desvendar o rosto das “multidões cansadas e abatidas” é necessário buscar as causas da pobreza e da exclusão social” (CNBB, 2003: p. 12).

A Pastoral do Menor constitui-se em uma “educação não formal”²⁴ que auxilia na construção de novas formas de ver a realidade, já que o adolescente em Liberdade Assistida é

²⁴ A educação não formal se desenvolve usualmente fora do ambiente escolar, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusão social. As ações desenvolvidas são analisadas destacando-se os sujeitos que atuam como educadores nos projetos - aqui denominados Educadores Sociais (GOHN, 2010).

tratado como um ser humano com sua identidade arranhada, marcada por um desvio social. “O **desvio social** centra-se no problema de condutas: alcoolismo, drogadição, violência e várias outras formas de escapismos sociais são apresentados como **juvenis**” (GRACIANI, 2009: p. 107).

O adolescente ao praticar crimes violentos e delitos contra a propriedade deixa a população insegura. Com os programas sociais e as políticas públicas em favor deste público, cria-se uma esfera social direcionada às questões da delinquência juvenil. Neste caso, pode se encontrar muitas teorias em favor dos adolescentes infratores; porém, o modo como a população vê esse público não se contextualiza mais como uma visão de coitadinhos, pobres, limitados, mas como aqueles dignos de penas que não sejam brandas conforme seus delitos.

Os adolescentes buscam, a todo custo, corresponder a sua necessidade de consumo mesmo que para isso seja necessário praticar pequenos delitos como roubos ou assaltos. Para a população resta acompanhar, assustada, as ocorrências narradas pelas mídias. Tais narrativas criam uma sensação de insegurança, não restrita mais à zona central da cidade, mas, alastrando-se também pelas periferias. Não obstante, o certo é que a paranoia de segurança e insegurança atingiu as áreas periféricas da cidade, que apresentam mais claramente as diferenças culturais e sociais, processando-se em diferentes identidades.

A identidade desta população tem sido apresentada com o *slogan* de “suburbanos ou periféricos”. Com este tratamento, foram esquecidos no raciocínio do Governo Federal, que na tentativa de mudar o discurso social, tem suprimindo do contexto político palavras negativas como: pobres ou excluídos, para retratá-los como minorias. Tentando alterar essas identidades, o Governo Federal tem, neste caso, investido em programas²⁵ com a finalidade de eliminar a miséria do país.

Assim, o Brasil vem criando uma ordem social que se pauta por um sentimento de pertença mundial, almejando alcançar uma economia de primeiro mundo. “Esta memória lhe possibilita, por um lado, estabelecer uma ponte entre o presente e o passado, o que o legitima na história de um Brasil sem rupturas e violência” (ORTIZ, 2006: p. 124). Neste sentido, Zygmunt Bauman nos adverte que: “Todo tipo de ordem social produz determinadas fantasias dos perigos que lhe ameaçam a identidade. Cada sociedade, porém, gera fantasias elaboradas segundo sua própria medida – segundo a medida do tipo de ordem social que se esforça em ser” (BAUMAN, 1998: p. 52).

²⁵ Citamos aqui como exemplo o Programa Bolsa Família, criado no Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, que é a principal ação do governo federal para redução da miséria. Atende atualmente mais de 13 milhões de famílias com renda per capita inferior a R\$ 140 por mês ou que tenham em sua composição gestantes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

Nesta configuração da identidade social brasileira, segue-se a da reconfiguração da identidade do adolescente e sua participação na sociedade, implicando gastos econômicos por gerar custos para o serviço público no que se aplica a saúde, a justiça e a educação especial.

Em geral, os adolescentes infratores vivem dentro de um sistema de cuidados que têm gerado certa desconfiança, já que os atos praticados por esses adolescentes afetam diretamente toda a população. Esta não acredita que haja eficiência nas medidas socioeducativas impostas aos mesmos. Estas formas de intervenção apenas contornam, ajudando e mantendo a comunidade, por certo tempo, a salvo da delinquência desses adolescentes.

A Organização das Nações Unidas²⁶ define que “delinquente juvenil é a criança ou jovem que seja acusado, ou seja, considerado culpado por ter cometido um delito” (BRASIL, 2009: p. 55). Tal afirmação tem plena precedência dentro das leis do Estatuto da Criança e do Adolescente, que define normas para as medidas socioeducativas à criança e ao adolescente,²⁷ tratando esses sujeitos, antes de tudo, como portadores de direitos, não como delinquentes, mas infratores ou sujeitos em dívida com a sociedade, tendo como finalidade não criminalizar a ação praticada pelo adolescente. Neste caso, não podemos tratar o adolescente como criminoso, mas como sujeito com desajuste de conduta que, ao praticar certos atos, é considerado infrator dentro das normas jurídicas que regem o direito da criança e do adolescente.

Nos estudos em vista da sociedade americana, a delinquência é apresentada como subcultura, apontando um padrão de comportamento que demonstra ser aceito pelos adultos por constituir uma realidade que se repete, ou pelo menos se repetia na sociedade americana. Nos dizeres de Cohen (1968: pp. 133-146), o ajustamento de conduta referente aos problemas de *status* negados às crianças, aos adolescentes e aos adultos recai sobre uma forma de percepção social. Neste caso, o indivíduo de um *status* baixo não significa necessariamente um delinquente em potencial, mesmo estando em uma classe vulnerável. Essa visão tem demonstrado que no Brasil já não podemos generalizar a condição de infração do adolescente como uma realidade daquele unicamente em situação de exclusão e pobreza.

²⁶ A ONU surgiu em 1945, com a finalidade de substituir a Liga das Nações, após a Segunda Guerra Mundial, para inibir a guerra, intermediar o diálogo entre países e facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial.

²⁷ O Estatuto da Criança e do Adolescente define para todo efeito no Art. 5º que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais” (ECA, 2012: p. 32).

No tocante aos direitos do adolescente, a Constituição Federal Brasileira já delega à família, à sociedade e ao Estado assegurar, “com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988: art. 227). Em sua finalidade, a Constituição prevê que o responsável cuide e zele por suas crianças e adolescentes.

Em via de regras, a família que não obedece a esta solicitação da Constituição, deve ser convidada a entender o processo e a finalidade das políticas de proteção integral a esses sujeitos de direito, principalmente quando se omitirem ou agirem com violência e abuso de autoridade contra o adolescente.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme o Artigo 103, “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (ECA, 2012: p. 85). Porém, o estatuto não define nas entrelinhas o que de fato são os atos infracionais, cabendo ao juiz da Vara da Infância e da Juventude consultar os laudos e, com base em suas interpretações, aferir a medida socioeducativa e sempre com o intuito da preservação do direito da formação pessoal do adolescente. Assim, são aplicadas as seguintes medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação em estabelecimento educacional, (ECA, 2012: p. 87) tudo, conforme a gravidade do ato infracional e com finalidade pedagógica.

Na compreensão do que seria o adolescente infrator, temos então de levar em conta a perspectiva dos adultos, que acabam por definir as punições, os crimes e os castigos. Esta mentalidade nos leva a acreditar que o mesmo ato praticado pelo adolescente, se praticado pelo adulto, não se constitui em infração. Neste sentido, a definição do adolescente como infrator segue pela lógica dos adultos que estabelece limites às condições culturais, e os padrões de controle na sociedade brasileira.

Os adultos acabam por delegar à criança e ao adolescente uma cultura de sempre obedecer, não infringir as regras, seguir sem questionar a autoridade dos mais velhos. De acordo com Saffioti “nas relações entre adultos e crianças, os adultos são os primeiros que ditam as regras. Desta sorte, segundo esta pedagogia da violência que domina a sociedade brasileira, crianças que não obedecem ao adulto, não apenas podem, mas devem ser espancadas” (SAFFIOTI, 2007: p. 20).

Ao seguir a autoridade dos adultos, o adolescente confunde, muitas vezes, o sentido de sua responsabilidade, assumindo comportamentos não tolerados, cujos frutos finais são quase sempre a punição dos adultos pela imposição da força por acreditar ser este o seu dever. Há uma suposta necessidade de punir ou aprisionar o adolescente como forma de educá-lo. De acordo com Teixeira (2004: p. 105), “a prisão torna possível, ou melhor, favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as cumplicidades futuras. E nesses clubes, é feita a educação do jovem delinquente que está em sua primeira condenação”. Nesta mesma proporção, pode ocorrer a omissão da família, gerando adolescentes inseguros e confusos: potenciais infratores. Neste caso, com a negligência da família, o adolescente fica à deriva da comunidade e daqueles que os recrutam para a indústria do crime.

O quadro da delinquência, que constatamos nos dias atuais na cidade de Natal/RN, não se define apenas pela insuficiência de renda, pois a pobreza não é um fenômeno puramente econômico. Ela se caracteriza pela falta de acesso às riquezas socialmente produzidas e também pela falta de acesso à educação, a uma condição de vida saudável, à participação nos espaços de decisões coletivas e aos direitos sociais e humanos fundamentais a todas as pessoas.

A percepção que se tem sobre o adolescente infrator na realidade da cidade nordestina não se diverge da realidade social do país. Tal afirmação procede pelos contrastes sociais que se fazem presentes na realidade social brasileira. Não é difícil constatar as condições que legitimam a falta de acesso a esses direitos: a ausência de uma política governamental para o melhor atendimento da realidade familiar no Brasil, principalmente das menos favorecidas, projeto educacional voltado para a realidade do adolescente em situação de risco social iminente, resgate das melhores condições de vida com trabalho digno aos chefes de famílias, atenção nas diversas frentes de atendimento social, ajudando o adolescente a resgatar a sua dignidade e controle da vida pessoal a partir da entreaajuda na resolução dos conflitos familiares, do combate ao analfabetismo, das drogas e da violência.

2.2.1 O adolescente infrator e o novo contexto urbano

O filósofo Platão já analisa, em sua obra filosófica “A República”, a questão de como o homem atua na cidade, tornando-se assim, como principal finalidade responder à interrogativa: como o homem deve viver na cidade? A cidade é, assim, o espaço onde se situa o cidadão. Esta pode ser constituída como meio ambiente natural ou artificial. Ambos são

constituídos por seres humanos que buscam preencher as suas necessidades pessoais, capazes de lutar para sobreviver e efetivar suas carências através do trabalho, assumindo a realidade como “simulacro” (BAUDRILLARD, 1991). “Através dessa simulação, os produtos do trabalho humano se tornam mercadorias, coisas sociais” (MARX, 1975: p.81), ganhando nova forma e novo valor no espaço da cidade. No entanto, o novo contexto urbano é formulado pelas consequências da violência que golpeia o comportamento da vítima com indiferença e crueldade.

Na cidade de Natal, despontam comunidades com grandes irregularidades sociais como no caso dos bairros de Mãe Luíza, Passo da Pátria e toda a Zona Norte da cidade, com fluxos de violência e delinquência juvenil. Estas são regiões ambientais cercadas pelo medo, que acabam por criar um muro imaginário de exclusão social, qualificado pelas péssimas condições de vida e falta de garantia de oportunidades de trabalho, educação e formação digna.

A existência de distanciamento, em se tratando de oportunidades, tem relação com os adolescentes que vieram da zona rural diferente dos da zona urbana. No que concerne às oportunidades, estas podem ser identificadas por meio das melhores condições de educação, a proximidade da família e os projetos sociais de promoção juvenil. A ausência da família e do Estado traz um conflito maior aos adolescentes que acabam encontrando na realidade da cidade maiores possibilidades para atingir o seu comportamento delinquente.

As famílias, tendo nos seus responsáveis a finalidade de trabalhar e garantir o provimento, acabam por deixar os filhos livres e sujeitos a todo tipo de conflitos sociais. As análises (apresentadas no terceiro capítulo) não são fechadas nem definitivas; são baseadas em elementos de estudos que garantem, de alguma forma, que possamos perceber a realidade do adolescente infrator brasileiro neste *locus*.

Na efervescência das transformações econômicas no campo industrial, o surgimento urbano no Brasil ocorreu de forma acelerada e, em particular, de forma desordenada por volta do século XX. Mesmo as cidades, ditas planejadas, também desenvolveram traços peculiares que se confirmam pela falta de uma política agrária levando a população rural a pleitear uma vaga de trabalho nas grandes cidades. Na ausência de qualidade de vida no campo, o homem se vê motivado a recorrer ao êxodo rural, que resulta na grande leva de transeuntes que causam o inchaço na cidade. Assim, é deflagrada a transformação da população rural em urbana.

A cidade torna-se um ambiente necessário, mesmo com suas divergências e conflitos sociais. Conforme Coulanges (2004: p. 138), "a cidade era uma confederação" onde em torno da pequena mais próspera comunidade formada desenvolveram-se vários grupos associados e estágios ou ritos de passagem tendo por ponto integrador a religião comum. Neste caso, as consequências ocorrem, com forte interferência, tanto nos aspectos físicos quanto sociais e econômicos. Sem horizonte, esta população que troca zona rural pela zona urbana acaba por se instalar na periferia, em condições, normalmente precárias, em ambientes sem saneamento básico, gerando os cortiços, as favelas, as moradias irregulares, as áreas suburbanas e as constantes interferências do Estado. Neste sentido, aumentam a violência e o sentimento de insegurança na população.

2.2.2 Da delinquência à estética da insegurança

No Brasil, os meios de comunicação têm apresentado constantemente, do Norte ao Sul do país, as mais variadas cenas e acontecimentos que envolvem adolescentes em atos de violência, roubos e todo tipo de mazelas: sejam os meninos do tráfico no Rio de Janeiro, as rebeliões e fugas na Fundação Casa da cidade de São Paulo ou a alarmante estatística dos adolescentes envolvidos nos mais diversos acontecimentos do mundo das drogas no Rio Grande do Norte. Percebemos que atualmente a violência tem aumentado em todo o país.

Isto gera medo, sentimentos de revolta e insegurança, que aprisionam a população a uma forma de pensar a realidade, antecipando suas mágoas: a estética da insegurança que não nos permite reagir às injustiças causadas pelo adolescente infrator; a ação mais coerente neste caso gira em torno "das imagens mais comuns usadas para descrever sentimentos de insegurança e formas de lidar com eles foi a das portas fechadas" (CALDEIRA, 2000: p. 292).

A participação do adolescente na medida socioeducativa aponta, pela partilha dialógica do próprio adolescente (conforme terceiro capítulo), que os atos de violência não se resumem às inconseqüências dos adultos que são responsáveis por lhes garantir segurança, como no caso da família. As amizades podem ser influentes no comportamento do adolescente, causando um comportamento inadequado à sociedade e àqueles de sua convivência.

Os atos de violências, porém, apresentam-se como revolta do adolescente inconformado com as questões sociais. Porém, é próprio desta fase as adequações, que nem sempre podem agradar os adultos que entendem o comportamento do adolescente como desagravo e desrespeito.

As interpretações em relação à realidade brasileira demonstram que as tentativas do Governo Federal, na criação e formulação de Políticas Públicas para a Juventude, não resolvem com apaziguados resultados, já que as estruturas estéticas de conflitos e violência ainda persistem na cultura juvenil.

A realidade estética das cidades é, neste sentido, um ideal e uma condição cultuada por gerar, sem parcimônia, um padrão de comportamento da população como forma de proteção, inclusive do adolescente delinquente.

A delinquência faz ressurgir na população a insegurança, que se esvai em quatro tipos de estéticas que, a nosso ver, poderão ser definidas da seguinte forma: dos muros, do crime, da violência e da esperança.

2.2.3 A estética dos muros

Ao pesquisar sobre a cidade de Natal, percebemos que a vida humana é tanto mais suportável quanto agradável, por ser assombrada por uma alternativa uniforme, onde Natal representa as condições de trabalho, em que uma ideia fixa ou supostamente enganosa abstrai as melhores condições de vida em relação às pequenas cidades do interior.

Este potencial afastaria o adolescente de qualquer mazela apresentada na sociedade moderna. Por isso, a cidade de Natal é apontada como uma capital com suas belas paisagens, com proximidade familiar, com facilidade de locomoção, que, conseqüentemente, distanciaria o adolescente dos conflitos sociais. Porém, nada disso se confirma, já que o entrelaçamento social acaba por colocar os adolescentes em cenários diferentes de sua realidade. Os do subúrbio vão ao centro e os do centro ao subúrbio, seja pelo tráfico de drogas, roubos, encontros de grupos incomuns ou por simples diversão. Por isso, os de lá estão aqui, e os daqui estão lá!

Examinando mais de perto tanto o cenário brasileiro, como a cidade de Natal/RN, onde os representantes ou chefes de família são encarregados dos deveres familiares, da manutenção financeira, do cotidiano doméstico, do sustento dos filhos, preocupando-se, necessariamente com o trabalho que os faz perder tempo para se locomover na cidade. Em princípio não há nada determinado em termos de espaço para estes sobreviventes da cidade, comprometendo também a realidade do adolescente tanto pela ausência dos pais como a deriva da sua existência aos cuidados de terceiros.

O processo de urbanização que acontece nas grandes cidades brasileiras acaba gerando alguns reflexos na problemática social como a pobreza e a falta de emprego, juntamente com

a implantação das políticas de industrialização nas cidades brasileiras. Em nome do progresso, devemos nos submeter a duras consequências. Essa foi a herança da suposta política do progresso atribuída à Revolução Industrial, demarcada por uma manipulação da mão de obra, delegando aos seres humanos a tendência a se submeterem como produtores. Sem isso, nada mais tem valor na realidade social, pois o homem passa a se desvalorizar na condição de não produtor no mundo do trabalho.

As cidades vão acumulando os “restos humanos”, sobejos renegados pela política irregular do mundo do trabalho. Neste panorâmico cenário de Natal/RN, o que o trabalho não absorve, o crime contrata. A cidade transforma-se em um espaço de melhoria de vida, mas ao mesmo tempo torna-se um ambiente de medo e insegurança. Assim,

o par dialético insegurança/segurança está relacionado ao medo e à ideia de segurança que pode diminuir a sensação de medo. A insegurança deve aqui ser entendida como manifestação do temor e do medo de que algo pode ocorrer, enquanto segurança significa uma forma de contornar o medo (RODRIGUES, 2013: p. 150).

Este processo de exclusão que gera insegurança está mais presente nas regiões Sul e Sudeste, áreas que, tradicionalmente, concentram as atenções governamentais e econômicas do país. Neste sentido, o êxodo da população nordestina para estas regiões é uma constante, como forma de melhoria de vida. A desterritorialização desta população causa insegurança e ansiedade nos rumos da vida. Conseqüentemente, a população fica sobre o jugo da segurança/insegurança das incertezas do mundo do trabalho e das escolhas feitas como necessidade de sobrevivência da família.

A inclusão da região Nordeste no planejamento governamental, em vista da melhoria das condições de emprego, aconteceu em um ritmo mais lento, movido basicamente pela implantação de políticas de apoio às médias e grandes indústrias, ação comandada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)²⁸. O investimento nesta região atingiu desde as capitais até as cidades circunvizinhas, implicando, assim, nas demandas sociais que, de certa maneira, estão ligadas às instabilidades entre o crescimento econômico e os investimentos em infraestrutura destes centros.

²⁸ A SUDENE, criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Sua instituição envolveu a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. Esse conjunto, equivalente a 18,4% do território nacional, abrigava, em 1980, cerca de 35 milhões de habitantes, o que correspondia a 30% da população brasileira. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>. Acesso em 23/06/2014.

O inchaço da cidade de Natal vai, assim, acumulando uma população fruto do êxodo rural e das políticas governamentais inacabadas. Esta ação gera um alto índice de desemprego, escondendo as mais diversas formas de exclusão e marginalidade nas favelas.

Desprovidos das condições de manutenção das necessidades básicas, partem para a violência e para os crimes. Uma parcela da criminalidade é atribuída aos adolescentes, que são apontados como violentos e inconsequentes em suas ações, gerando medo e insegurança à população.

Parte da população encontra-se insegura buscando tentativas de proteger-se do medo: “um medo dos semelhantes contra os quais se colocam muros, portões, grades de ferro, câmaras de vigilância, gravações, serviços de segurança privada e muitas outras formas que parece separar os **bons** dos **maus**” (RODRIGUES, 2013: p. 151). Surge, neste caso, uma indústria de proteção à população, mas nem isso é suficiente, pois esta mesma indústria foi aos poucos se adaptando em favor do crime.

Os muros construídos como forma de proteção atribuem à população uma falsa sensação de segurança, que não sendo o bastante, necessita de outros instrumentos de análise e visibilidade do comportamento da população. Assim, “embora próximos em diferentes espaços que compõem mudanças na cidade e áreas metropolitanas; separados por muros e tecnologias de segurança” (CALDEIRA, 2000: p. 211).

A indústria de segurança não se resume à proteção integral dentro de casa. Além dos muros que protegem as pessoas é preciso proteger os bens básicos como os automóveis, motos e aquilo que os ladrões puderem afanar. Por isso, Baumam (2009) aponta:

Os mecanismos de tranca para automóveis, os sistemas de segurança, a popularização dos *gated and secure communities*²⁹ para pessoas de todas as idades e faixas de renda; e a vigilância crescente dos locais públicos, para não falar dos contínuos alertas de perigo por parte dos meios de comunicação (BAUMAN, 2009: p. 40).

Estas “comunidades seguras” passam a ser valorizadas e representam os maiores interesses de consumo da indústria imobiliária. Estas já são construídas com estruturas de segurança que segue certificação de garantia onde, “cercas, barras e muros são essenciais na cidade de hoje não só por razões de segurança e segregação, mas também por razões estéticas e de *status*” (CALDEIRA, 2000: p. 294).

²⁹ Comunidades fechadas e seguras.

Portanto, as casas relativamente belas se confundem com fortalezas, que alimentam o imaginário dos excluídos, que, insatisfeitos, querem explorar e conquistar esses territórios enigmáticos, apropriando-se de uma forma violenta de ser para adentrar nos recintos dos bairros luxuosos.

2.2.4 A estética do crime

A criminalidade pode estar associada a uma série de comportamentos da sociedade atual. Na realidade da cidade de Natal, os meios de comunicação ainda continuam a trabalhar os derivados que se confrontam mais como uma apologia do crime, enunciando valores que ultrapassam os padrões éticos e se confirmando como arcabouço estético. Os homicídios e latrocínios praticados pelo adolescente ocorrem muitas vezes com a participação dos adultos.

A Pastoral do Menor de 2004 a 2010 identificou que o adolescente que chega ao Programa Liberdade Assistida e está envolvido no crime é, geralmente, de baixa renda, com pouca escolaridade e em uma situação de exclusão e desrespeito aos seus direitos básicos; sem alternativas, acaba cometendo pequenos delitos para manter seus desejos de consumo. No entanto, há a participação de adolescentes de classe média em pequenos delitos, envolvidos com gangues e recrutados para o trabalho no tráfico de drogas.

Essa realidade presente na cidade de Natal se confirma também em todo o Brasil, aonde o jogo do mercado de trabalho vai se reconfigurando às necessidades dos ricos e à desproporção de exclusão dos pobres como mão de obra barata. Bauman (1998: p. 49-61) nos adverte que, com as constantes mudanças no cenário mundial, a interferência do mercado capitalista dita regra de controle frente à necessidade de consumo e à produção. Estas regras do mercado de trabalho, em determinados momentos, alimentam a mão de obra e a competitividade por profissionais qualificados.

A baixa qualificação e a falta de escolaridade atingem principalmente os moradores de comunidades carentes, gerando uma leva de desocupados. Esses recorrem aos programas do Governo Federal, reivindicando seus direitos, garantidos pela Constituição.

Na luta por direitos, confirma-se o vazio das massas que pouco se especializaram para se manter no mercado de trabalho. Para essas massas, ainda se sobressaem as conquistas fáceis, mesmo que para isso estas sejam imputadas à força ou por ações criminosas. Neste sentido, são demarcadas as identidades excluídas, controladas por um mercado que dita comportamentos e personalidades.

De acordo com Bauman (1998), na pós-modernidade, com as constantes formas de concorrência, entra em jogo a subserviência de um capitalismo em seu jocoso poder de controle que se mantém em cena a partir de um mercado consumidor que prioriza identidades, na busca de sensações que desembocam nas mais variadas experiências: moral, ética, e as ordens remanescentes que outorgam ao ser humano o direito de ser revolucionário. Surgem as classes dos novos impuros que são aqueles que desrespeitam as leis, os miseráveis, os desocupados e os sem comandos. Neste caso, “a pureza se enobrece na modernidade ao controlar e condenar as classes perigosas” (BAUMAN, 1998: p. 26).

O adolescente infrator é visto potencialmente como um sujeito perigoso, inconsequente e revoltado. Contudo, David Matza (1968: p. 81-106), ao analisar “As tradições ocultas da juventude”, observa que a revolta da juventude na sociedade moderna em comparação à sociedade primitiva se reafirma com as constantes mudanças. Os pais não acompanham estas prováveis mudanças, cristalizando a forma de ensinar que aprenderam na infância, e também não acompanham o crescimento e formação do filho, pois estão envoltos por uma cultura da cidade onde têm de acordar cedo para se deslocar ao trabalho e voltar tarde da noite a sua residência, deixando em segundo plano o cuidar de sua prole.

A ausência dos pais pela necessidade de ter de trabalhar traz diversas consequências que marcam a formação do adolescente. Sem a vigilância dos pais, ele busca interagir com o ambiente que só desconstrói a sua identidade, ficando marcado pela violência e crimes dos guetos.

Na atenção dada aos adolescentes e familiares, a Pastoral do Menor verifica o predomínio da criminalidade não mais como um conceito fechado, pois os atos de delinquência não se concentram unicamente nos guetos e favelas, atingiu todas as regiões da cidade de Natal.

Embora Michel Misse aponte que a “relação entre pobreza, miséria e pauperização com certos tipos de criminalidade é antiga no imaginário social” (MISSE, 2011: p. 5), essa relação vem mudando tanto no que diz respeito ao ser humano quanto na forma como as cidades vêm se organizando em seu replanejamento. Junto com as mudanças vêm novas formas de criminalidade e delinquência.

Conforme relatamos anteriormente, não se trata de definir os que têm bons recursos ou condições adequadas de educação como potenciais delinquentes, mas vislumbrar que a reconfiguração da organização e estruturação das cidades – no caso de Natal e cidades vizinhas – acabam por aproximar a população da criminalidade, dos furtos e atos de violência

e no dizer de Caldeira (2000: p. 232), “como o medo e o crime aumentaram, os preconceitos articulados na fala do crime não só ajudaram a exacerbar a separação de diferentes grupos sociais, mas também a aumentar as tensões e suspeitas entre eles”.

O adolescente infrator é tratado, neste caso, com desconfiança. A fragilidade das leis brasileiras no tocante aos direitos do adolescente coloca em cheque os julgamentos que a comunidade expurga a esse público. Longe de ser um consenso, o Estatuto da Criança e do Adolescente não garante à comunidade segurança, tão pouco tem resolvido a diminuição da criminalidade e o distanciamento do adolescente do mundo do crime, mas tem dimensão importante do resgate de direitos a estes.

2.2.5 A estética da violência

Quando falamos em “estética da violência” temos de levar em conta a que tipo de violência nos referimos. Longe de ser uma ação ou comportamento que causa dano ou desconforto a alguém, é antes de tudo uma forma cultural transmitida quase sempre pelos adultos. Assim, a violência apresenta pluralidade de definições. Em alguns momentos se apresenta de forma velada, quase sempre disfarçada de adjetivos que falseiam a realidade. Neste ínterim, conforme Shilling (2004: p. 37):

podemos estar pensando na violência do vento, da tempestade, do mar, de uma paixão, na violência da guerra ou do crime. A violência, neste primeiro momento, está associada a uma força que em si não é nem boa nem má: é uma força que foi além dos limites e que escapou das prisões, é uma força que provocou uma ruptura em um mundo considerado “estável e regular” (SHILLING, 2004: p. 37).

Podemos definir essa estética da violência em todos os segmentos de defesa e segurança da criança e do adolescente na esfera social: em primeiro lugar, ao apontarmos todas as reformas das leis como forma de estética. Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude representam formas de estética da segurança a este público. Em segundo lugar, na organização das Varas da Infância e do Adolescente, presentes em todo o país, em que os prédios representam uma forma salutar desse padrão de beleza, porém, não se adequam à realidade desse público infanto-juvenil. Em terceiro lugar, ao percebermos que as entidades de direito que atendem este público nas medidas socioeducativas têm uma forma estética e envolvente para atrair o adolescente. Por fim, os atos de violência em todas as suas instâncias e diversidades, desde a violência moral, verbal, física, sexual, psicológica e as formas de negligência social e familiar que, em sua maioria,

afetam diretamente a criança e o adolescente, revertem-se mais tarde nos comportamentos infracionais.

Na busca de definição do que vem a ser violência, acabamos por perceber que na sociedade brasileira estamos habituados a aceitar com muita facilidade os comportamentos violentos e desrespeitosos, tanto dos adultos como das crianças, adolescentes e jovens. Este tipo de “violência quebra os discursos que estavam prontos, arranjados, arrumados: instaura um questionamento profundo daquilo que era considerado como nossa normalidade” (SHILLING, 2004: p. 31).

Então, identificamos os atos infracionais ou delinquentes dos adolescentes, cujas tomadas de decisões, para reverter essas ações negativas, quase sempre são vistas com desconfiança pela população por não confiar na reforma desses adolescentes. “Esta tarefa é difícil na sociedade da insegurança: com o espaço público e a política tornados insignificantes, pareceria que a miséria e a dor são questões individuais e privadas” (IBIDEM: p. 28). Pouco importa a miséria e a dor causada ao outro. Os gritos de tortura e desespero não nos incomodam quando a dor é no outro. Neste contexto, os adolescentes crescem sem medo das consequências dos seus atos, pois “a consideração importante a ser feita em relação à agressão de adolescentes da classe baixa é que ela é aprendida numa forma de aprovação e recompensa social do comportamento de sua cultura” (DAVIS, 1968: p. 43).

Embora o comportamento violento e a delinquência do adolescente sejam reprovados pelos adultos, acabam sendo valorizados, mesmo como subcultura. As formas de “delinquências” são apresentadas, de acordo com Cohen (1968: 133-146), como subcultura. O autor levanta argumentos para justificar que nem sempre o ajustamento de conduta referente aos problemas de *status* negados a crianças e adolescentes recai sobre uma forma de percepção social. Neste sentido, o *status* é uma posição que classifica de alguma forma o sujeito em uma dada condição social aos olhos dos outros. No entanto, sendo a participação social em alguns grupos fundamental para uma qualificação, pode representar uma falsa ideia de ascensão social. O mesmo ocorre com a subcultura delinvente como *status* de poder quando impõe o medo e insegurança à população.

A Pastoral do Menor, ao atuar no trabalho com o adolescente infrator, busca o alcance das políticas de direitos da criança e do adolescente, pois almeja preservar os mesmos de não serem recrutados como mãos de obra do crime. A existência de uma indústria de recrutamento para o crime faz do adolescente presa fácil, ao prometer-lhe melhoria e dinheiro para suprir suas necessidades básicas e precária condição de vida.

É por assim dizer que a inconformidade da sociedade presencia dia após dia, o aumento da violência com a participação de adolescentes, frustrados e renegados em seus direitos. Os adultos, que os deveriam proteger, acabam por articular formas de legitimar a participação destes na “indústria do crime”³⁰. Neste caso, no Brasil há uma verdadeira indústria do crime que também se dissemina desde os projetos apresentados por algumas empresas até as ações aparelhadas pela lei brasileira.

A sociedade brasileira, ao se firmar nas políticas governamentais atuais, passa necessariamente por uma formação da ordem num aspecto fantasioso, com perigos que ameaçam sua identidade a partir da corrupção que afeta políticos renomados, gerando uma forma negativa de percepção social que por sua vez gera insegurança à população. Esta mesma sociedade encontra no desempenho de seus membros a solução para a busca competitiva para avançar, controlando as suas condutas disciplinadas num esforço coletivo. Longe de se fechar em respostas concretas, as consequências afetam também a população de adolescentes.

2.2.6 A estética da esperança

É natural que pensemos no adolescente como potencial e futuro do país. Para isso, precisamos dar asas as nossas esperanças, confiando nos projetos articulados, no sentido de melhorar a qualidade pela formação de nossos adolescentes brasileiros, criando oportunidades ao adolescente e a construção de sua identidade pessoal e social. Neste caso, a medida socioeducativa de Liberdade Assistida representa esperança aos adolescentes atendidos pela Pastoral do Menor. Conforme Mário Volpi (2015: p. 30), esta “constitui-se numa medida coercitiva quando se verifica a necessidade de acompanhamento da vida social do adolescente (escola, trabalho e família)”. Por isso, o adolescente é orientado a vivenciar suas experiências de vida na própria comunidade e a medida socioeducativa de Liberdade Assistida sugere esperança de resgate de sentido para a vivência de uma vida mais integrada à realidade social.

A principal finalidade é a integração educativa do adolescente, com “acompanhamento personalizado, garantindo-se os aspectos de: proteção, inserção comunitária, cotidiano, manutenção de vínculos familiares, frequência à escola, e inserção no mercado de trabalho e/ou cursos profissionalizantes e formativos” (IBIDEM: p. 30).

³⁰ Nos estudos apresentados por Bauman (1998), fica perceptivo que nos Estados Unidos os presídios vivem e geram a legitimação de uma indústria do crime, havendo a necessidade de formação de mão de obra do carcereiro ao advogado. O mesmo ocorre no Brasil com o aumento da população presidiária e das casas de acolhida de menores.

O importante é a manutenção para que o sentimento de esperança esteja inserido na realidade de todos os partícipes deste trabalho de inclusão social: educador social, o adolescente, os familiares, e a comunidade em geral, que devem depositar confiança e esperança no adolescente, acreditando que ele pode mudar o rumo da vida.

A estética da esperança representa um convite a abandonar o sentimento de antigas práticas que já não trazem resultados plausíveis de educar o adolescente. É importante, nos dizeres de Nietzsche (2008), que:

Não pensemos mais em punir, em recriminar e em querer tornar melhor! Raramente chegamos a mudar alguém individualmente; e se chegarmos a isso, talvez sem perceber teremos feito outra coisa ainda. _ Nós também teríamos sido modificados pelo outro! Procuremos antes que nossa influência sobre tudo isso que está para vir se contraponha à sua e leve a melhor! Não lutemos em combate direto! _ O que é toda punição, toda recriminação, toda vontade de tornar melhor. Elevemo-nos, [...] Olhemos para outro lado! (NIETZSCHE, 2008: p. 221).

Para atingir esses objetivos, o adolescente e a família necessitam conhecer a importância de utilizar as garantias existentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto da Juventude, na Constituição Federal e demais leis que lhes asseguram o direito de cobrar respeito por tudo que é público, bens e serviços. Neste sentido, se faz necessária uma vivência da estética da esperança, pautada por uma educação de valores humanos e éticos, pois muitas vezes somos levados aos sentimentos de insegurança, de incerteza e de desesperança. Neste sentido, conforme Freire:

a esperança faz parte da natureza humana. Seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, primeiro, o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca e, segundo, se buscasse sem esperança (FREIRE, 2011A: p. 70).

O educador social é esperançoso da natureza humana, e como tal, um “esteticista da esperança” ao levar o adolescente, a família e a comunidade a fugir das incertezas e inseguranças sociais pela orientação das ideias, apontando soluções para as inseguranças geradas pelos delitos cometidos pelo adolescente. Da mesma forma, conforme Morin (2003):

A incerteza, porém, requisita a esperança. A incerteza requer complexificar nossa itinerância com uma dialógica entre desesperança e esperança. A desesperança nasce da consciência sobre as carências do *Homo sapiens/demens* e das manifestações históricas do ruído e do furor que, tantas

vezes, fizeram tábula rasa da razão e do amor (MORIN *et al*, 2003: p. 110-111).

Se o adolescente é orientado a uma educação desconstrutora de valores, acaba por representar esse papel na realidade social.

Com uma sociedade injusta, cujo modelo em curso faz crescer os benefícios do progresso técnico e científico, é necessária, no âmbito escolar, uma educação que aprimore o debate reflexivo, orientando o adolescente a abandonar os sentimentos de desesperança. Que este encontre autoconfiança, autodeterminação, capacidade de iniciativa, perseverança e altruísmo, entendendo que “não é a esperança o que faz viver, é o viver que cria a esperança que permite viver” (Ibidem: p. 111).

A estética da esperança requer uma educação transformadora que represente a realidade do adolescente. Por isso, o debate deve ir além, visando uma escola que potencialize espaços com mecanismos de escuta e participação, já que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (FREIRE, 2013: p. 81). Busca esperançosa também para aqueles que trabalham com projetos de educação e inclusão social.

A escola deve desenvolver ações educativas junto às pessoas excluídas, com reflexão sobre a realidade social do país, identificando com elas a causa dos seus problemas e o encaminhamento das soluções, através de uma relação dialógica que os encaminhe para o exercício da cidadania, sem esquecer suas necessidades do momento presente.

Na educação do adolescente precisamos levá-lo a compreensão e exercício de sua autonomia, cujo processo nos leva ao entendimento de que “ensinar e aprender são assim momentos de um processo maior – o de conhecer, que implica reconhecer” (FREIRE, 2011B: p. 65). Assim, ele será capaz de avaliar e decidir, baseado nas suas crenças, valores e interesses, na busca da construção de sua identidade pessoal e social.

Para que o adolescente vivencie seu protagonismo se faz urgente educar-se para a vivência de valores: respeito ao outro, conduta moral, que em sua finalidade têm o papel relevante no aperfeiçoamento das relações humanas. Papel que tanto pode ser voltado para a transformação da sociedade, buscando alcançar o bem de todos, como ser direcionado à integração das pessoas à realidade vigente, tida como inexoravelmente atrelada a leis naturais, guiadas por princípios éticos, mesmo em uma sociedade desigual e injusta.

Portanto, não só o adolescente e a família se apresentam esperançosos, como a própria instituição Pastoral do Menor, através dos seus membros, devota interesse em encontrar a

medida certa de acompanhar esse adolescente. É importante que na esperança estes resgatem a “vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada” (FREIRE, 2013: p. 40). Na busca por transformação da qualidade de vida, o processo de restauração da humanidade perdida e o desenvolvimento formativo e educacional do adolescente são acompanhados no dia a dia da comunidade em que ele mora.

C A P Í T U L O I I I

PRÁTICAS DA ARTETERAPIA COM ADOLESCENTES EM LIBERDADE ASSISTIDA

“A arte tem como objetivo interpretar não somente a vida real, a vida vivida, senão também a vida sonhada e pensada, aquela que não é e ainda poderia ser”.

Fernando Azevedo

3 Práticas da Arteterapia com adolescentes em Liberdade Assistida

“A arte é o único domínio em que a onipotência das ideias se manteve até nossos dias. Só na arte ainda acontece que um homem, atormentado por desejos, realize algo que se assemelhe a uma satisfação; e, graças à ilusão artística, este jogo produz os mesmos efeitos afetivos, como se fosse algo real. É com razão que se fala da magia da arte e que o artista é comparado a um mágico”.

Sigmund Freud

Para compreendermos como a Arteterapia pode auxiliar no processo de percepção da identidade do adolescente em Liberdade Assistida, atendido pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN, nos anos de 2004 a 2010, adotamos a abordagem da pesquisa bibliográfica, a pesquisa-ação e a etnometodologia. Este enfoque foi necessário, pois conforme Michel Thiollent “a realização de uma pesquisa-ação é facilitada nas organizações de cultura democrática, quando já existe o reconhecimento e a participação de todos os grupos” (THIOLLENT, 1997: p. 24).

Esse autor aponta que esse modelo de pesquisa se volta para o entendimento dos fenômenos no contexto que relaciona as condições do pesquisador com o objeto da pesquisa, correlacionados ao contexto do qual faz parte. A pesquisa-ação apresenta o homem concebido como sujeito de ação em que produto e produtor de sua realidade social se modificam. O mesmo ocorre em forma de partilha com resultados muitas vezes definidos pela ótica do pesquisador, pois “possui caráter participativo, pelo fato de promover ampla interação entre pesquisadores e membros representativos da situação investigada” (THIOLLENT, 1997: p. 21). Vista desta forma, verifica-se uma forte ligação de interpretação entre a pesquisa-ação e a pesquisa etnometodológica. Elas se interligam pelo objeto social: ambas valorizam os dados empíricos colhidos das ações cotidianas dos sujeitos em suas participações sociais; ambas não se contrapõem aos conhecimentos do senso comum e partem das reflexões do pesquisador sobre a melhora ou não do grupo pesquisado.

O cotidiano do adolescente atendido pela Pastoral do Menor se revela em um mundo que aparentemente não teria respaldo ou respostas científicas por constituir dados comuns repetitivos da realidade social. Nesse caso, o fator preponderante dos objetos pesquisados ganha sentido quando cruzados com os muitos fatores de ligação da realidade social. Por isso,

a relação da pesquisa-ação com a etnometodologia valoriza elementos comuns do cotidiano que denota a prática das vivências simples do grupo. A etnometodologia torna-se importante por ser um “ramo das ciências sociais que busca estudar exatamente aquilo que as outras teorias sociais parecem fazer desaparecer: as pessoas singulares em suas ações cotidianas, e os modos pelos quais elas, em interação, fazem sentido no mundo” (WASTSON e GASTALDO, 2015: p. 8).

A interlocução entre adolescente e educador social mantém uma relação que dá coexistência aos fatos da vida. Acabam por assumir os elementos simples da realidade como os desejos, os sonhos e os sentimentos. Elementos que ultrapassam os dados concretos do cotidiano. A etnometodologia ajuda a compreender a existência real do grupo e “de que maneira cada grupo e cada membro apreende e dá sentido à realidade e por quais processos intersubjetivos a mediação da linguagem entre os grupos e seus lugares constrói a realidade social que afirmam” (COULON, 1995: p. 90).

O recorte da pesquisa na Arquidiocese de Natal/RN oferece resultados de adolescentes de comunidades-bairros com pontos comuns, facilita estabelecer a relação com fenômenos gerais, pois “os pontos de vista das pessoas, as maneiras como elas, coletivamente, produzem saberes sociológicos e teorias sociais na prática, isto é, os entendimentos dessas pessoas sobre o que seja a sociedade e como ela se manifesta na vida cotidiana” (WASTSON e GASTALDO, 2015: p. 8).

A pesquisa-ação é um “recurso particularmente adaptado para analisar o desenvolvimento social nas empresas e as mudanças (modernização, inovação, crises, transições, inclusive em sua dimensão cultural)” (THIOLLENT, 1997: p. 94) e cujos resultados não se contrapõem à pesquisa etnometodológica. A Pastoral do Menor também apresenta elementos estruturais semelhantes a uma empresa, com finalidades bem definidas no campo da educação informal.

Como as práticas de educação e Arteterapia valorizam diferentes linguagens, a voz dos participantes pesquisador-pesquisando se juntam ao discurso participativo tornando a pesquisa-ação eficiente em uma perspectiva comunicativa, pois “requer condições mínimas de democracia. [...] isto remete a uma discussão preliminar sobre a viabilidade e as condições de realização de uma experiência comunicativa” (THIOLLENT, 1997: p. 130).

A pesquisa-ação ajuda a identificar os problemas, remete à necessidade (ou não) de mudanças já que os dados colhidos e verificados dão significados às percepções dos participantes.

Reconhecendo a dinâmica, a finalidade e a importância da instituição Pastoral do Menor, relacionamos no primeiro capítulo a sua origem, com base nos conceitos históricos que a define. Os apontamentos direcionam para as reais finalidades da ação desta instituição na sociedade brasileira. Isso se dá devido ao compromisso do educador social e de agentes que a compõem com o seguinte recorte de objeto: “adolescentes do Programa Liberdade Assistida”. A perspectiva teórica e a elucidação dos dados investigativos definem a sua atuação de proporção educativa e a sua finalidade de aspectos sociais.

3.1 A construção do *Corpus* da pesquisa

Ensejamos descrever o trabalho de campo que define os sujeitos ao apresentar os procedimentos metodológicos para a construção e análise do *corpus* em consonância com a pesquisa-ação e as práticas de educação em Arteterapia.

As práticas de educação em Arteterapia foram executadas e aprimoradas pelo pesquisador. Os dados foram amparados pela bibliografia vigente da sociedade brasileira que trata sobre a Arteterapia, complementados pelas interpretações dos elementos etnometodológicos do adolescente e do educador social. A pesquisa apresenta os resultados intermediados pelas condicionantes subjetivas do pesquisador, que se confirma como partilha de experiências educacionais.

O adolescente, no cumprimento da medida socioeducativa da Liberdade Assistida, realumia sua vida pelas técnicas e desenvolvimento de atividades artísticas, percebendo-se como sujeito e participante de sua própria formação. Dessa forma, assumimos a abordagem da pesquisa-ação com enfoque sócio histórico das bases do pedagogo Paulo Freire, levando-nos a situar o adolescente como protagonista de sua própria criação histórica. Ele é agente de sua condição de sujeito social, pois na busca da “experiência histórica, política, cultural e social dos homens e das mulheres jamais pode se dar “virgem” do conflito entre as forças que obstaculizam a busca da *assunção* de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela *assunção*” (FREIRE, 2011A: p. 42).

Ao pesquisar sobre grupos, determinada identidade cultural ou educacional de ser da humanidade, o pesquisador detém-se em dados que o levam a confrontar os elementos teóricos e práticos, contribuindo com o discurso científico. Neste âmbito de aprofundamento e desenvolvimento dos estudos, há trocas de experiências, na qual educador e adolescente aprendem, confrontam-se e planejam as estratégias de ação e articulação das tramas históricas da vida de cada um.

Nesse sentido, este terceiro capítulo está interligado aos dois anteriores, pois se constitui a partir dos argumentos informais das atividades da Pastoral do Menor, formulado pelas práticas de educação do educador social e pela ação participativa do adolescente, na busca dos anseios e interpretação da realidade conjunta que dá ressignificado à realidade social de ambos.

O conjunto das experiências e atuação da Pastoral do Menor a legitima como uma instituição que assume a educação informal como uma importante contribuição para a sociedade potiguar, dando voz a um grupo esquecido em seus direitos.

A Diocese de Natal/RN é detentora de experiências significativas de educação que aprimoraram as ações das Pastorais Sociais ao longo dos anos. Aqui cabe lembrar a Campanha: “de pé no chão também se aprende³¹” na comunidade de Angicos/RN, com o intuito de pioneirismo da Pedagogia Paulo Freire. Este pioneirismo segue a abordagem das ações das Comunidades Eclesiais de Bases³², articulando as ações pelo método Ver, Julgar, Agir e reformulando com o quarto passo: Celebrar.

Nas interações sociais entre educador e adolescente não se abandonam as mediações semióticas, tendo em vista que as duas formas de ser dos sujeitos da ação se complementam. Os encontros presenciais associam o interior de cada um: ver, julgar e agir frente à realidade de ambos. Nesses encontros, a estética do ser individual é aprimorada numa linguagem cultural através dos julgamentos de si e do outro e da intermediação das ações. Por isso, Bakhtin (2011) nos apresenta, de forma lúcida, que o encontro de duas estâncias culturais não prioriza a eliminação de uma sob a outra:

Colocamos para a cultura do outro novas questões que ela mesma não se colocava; nela procuramos respostas a essas questões, e a cultura do outro nos responde, revelando-nos seus novos aspectos, novas profundidades do sentido. Sem levantar nossas questões, não podemos compreender nada do outro de modo criativo (é claro, desde que se trate de questões sérias, autênticas). Nesse encontro dialógico de duas culturas elas não se fundem nem se confundem; cada uma mantém a sua unidade e a sua integridade aberta, mas elas se enriquecem mutuamente (Bakhtin, 2011: p. 366).

³¹ Importante ação que se utiliza do método do pedagogo Paulo Freire, levando analfabetos a importantes resultados de alfabetização. A partir de uma palavra geradora o indivíduo apreende o mundo em cuja essência: “primeiro ele vê o mundo e depois ele fala sobre o mundo”.

³² A primeira comunidade surgiu na cidade de Nísia Floresta/RN, no povoado de Timbó, com a participação popular formulada na simplicidade de cada um dos envolvidos.

O mesmo processo do crescimento pessoal e cultural de si se dá com uma visão sociológica, pois o ser humano não vive isolado na sociedade. Ele precisa de outros para completar a sua busca por satisfação e felicidade. Nessa busca, as conexões de aprendizagem vão definindo o estado das coisas e do ser de cada indivíduo. A subjetividade é afetada pelos comportamentos dos outros e então vamos aprendendo a conviver nas relações, pois conforme Bakhtin:

Tudo o que me diz respeito, a começar pelo meu nome, chega do mundo exterior à minha consciência pela boca dos outros (da minha mãe, etc.), com a sua entonação, em sua tonalidade valorativo-emocional. A princípio eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo (BAKHTIN, 2011: p. 373-374).

Nos dizeres de Bakhtin, nada melhor que levar o adolescente ao entendimento das questões morais e éticas, conforme convivência social que requer o respeito aos direitos do outro. É uma forma de aprender que a vida se entrelaça na realidade existencial do outro. A vida humana, em sua natureza, está envolta por uma teia de relações que aprimora as concepções estéticas, éticas, políticas, culturais e educacionais. Um dos motivos, conforme Freire (2013) é que:

Do ponto de vista do investigador importa, na análise que faz no processo da investigação, detectar o ponto de partida dos homens no seu modo de visualizar a objetividade, verificando se, durante o processo, se observou ou não alguma transformação no seu modo de perceber a realidade (FREIRE, 2013: p. 138).

Nessa linha de pensamento, os sujeitos, em sua natureza histórica, confrontam-se na vivência do cotidiano, partilhando experiências ora na liberdade tranquila e pacífica, ora no confronto e desencontro. Suas objetividades se dão no encontro e desencontro com o outro. Nas relações vão se constituindo, transformando e refazendo as suas tramas existenciais.

3.2 Sujeitos

As respostas da pesquisa em questão contam com a participação de adolescentes do Programa Liberdade Assistida, da Pastoral do Menor, com recorte na Arquidiocese de Natal/RN, como apontado na primeira parte deste trabalho. A escolha da referida entidade foi devido à relação e à identificação que o pesquisador teve (nos anos de 2004 a 2010) com os

princípios educativos, estéticos, éticos e políticos norteadores desta Pastoral. A inserção legitimou as respostas para esta pesquisa do mestrado na Universidade de Santo Amaro - UNISA, com o consentimento da coordenação, de modo formal e informal.

Utilizamos desenhos e fotos, que também foram autorizados pela entidade com a solicitação do escurecimento e descaracterização visual destes para preservar os sujeitos contidos nas imagens. O mesmo foi solicitado na utilização dos nomes dos adolescentes, por nomes fictícios, que não correspondem aos nomes contidos nos relatórios.

Em nome do sigilo das identidades pessoais dos adolescentes, utilizamos na pesquisa nomes fictícios para identificá-los, porém, para garantir o processo ético, levamos em conta que é simplesmente um elemento fictício, não identificado de fato nos relatórios e fichas originais.

Tendo em vista que esta pesquisa objetiva a percepção do conjunto: a instituição Pastoral do Menor, o educador social e o adolescente em Liberdade Assistida, foram utilizadas, como resposta final, as atividades em Arteterapia como forma comunicacional, a fim de construir uma identidade cultural e social do adolescente.

A Arteterapia pode auxiliar tanto o educador social como facilitar as práticas educativas com a arte-partilha, ao proporcionar ao adolescente aprimorar o contato com o grupo e partilhar suas histórias de vida. Por isso, esta pesquisa objetiva compreender como o trabalho, com a prática educativa da Arteterapia, pode auxiliar e ajudar o adolescente em Liberdade Assistida da Pastoral do Menor da cidade Natal a perceber com mais clareza a sua identidade pessoal.

A pesquisa nos ajuda a demonstrar que as mudanças podem ocorrer a partir do momento que o adolescente começa a entender e perceber seus conflitos, ou dar passos para a resolução dos problemas que se apresentam em sua vida diariamente.

Concomitantemente, as análises surgem das abordagens em Arteterapia como elemento de entendimento dialógico de nossa pesquisa, já que na mesma ocasião realizamos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, nos anos de 2006 a 2009, um estudo em Arteterapia; o que justifica a ocorrência deste tema como pesquisa interdisciplinar em nosso trabalho monográfico.

Os adolescentes analisados diretamente nesta pesquisa possuem um vínculo mínimo com o programa Liberdade Assistida da Pastoral do Menor, em que frequentam quinzenalmente as atividades específicas do quadro de atendimento do Programa. Neste sentido, a participação e a assiduidade nas atividades desenvolvidas na Pastoral, dependendo

do delito do adolescente, levam de dois meses a um ano e meio de participação, podendo ser retardadas por mais alguns meses, dependendo das respostas pessoais de cada adolescente.

Alguns adolescentes chegam ao Programa com o intuito de cumprir a medida em seis meses, mas esse tempo acaba sendo prorrogado dependendo dos resultados e de relatórios apresentados ao Juizado da Vara da Infância e Juventude, que julga as procedências e resultados.

O Estatuto da Criança e do Adolescente define estes em fase de desenvolvimento e crescimento, com necessidade de cuidados especiais, estando, pois dentro da idade de 12 a 18 anos incompletos, em momento peculiar de formação social e educacional. Os adolescentes verificados na pesquisa (60 adolescentes do sexo masculino e 4 do sexo feminino) também estão nestes quadro e limite de idade. De acordo com a análise dos relatórios enviados à Vara da Infância, alguns adolescentes, conforme o tempo de medida, têm de dois a três relatórios, outros têm um único relatório pelo pequeno espaço de tempo que permaneceram no atendimento do Programa Liberdade Assistida da Pastoral do Menor.

A pesquisa constitui, portanto, relatos de casos baseados nas histórias de vida dos adolescentes e confirmados na voz do pesquisador. Ele ao se utilizar da tripla metodologia: bibliográfica, pesquisa-ação e etnometodologia, pode assumir a dimensão do elemento pesquisado ou assumir a visão do conjunto pesquisador-pesquisando, conectando suas experiências diretas nas ações empreitadas no andamento da pesquisa.

As intervenções pela prática de educação em Arteterapia foram realizadas necessariamente nos anos de 2004 a 2007. Nos anos de 2007 a 2008, os elementos de formação pelas práticas educativas em Arteterapia com abordagem da pesquisa-ação com esses adolescentes, foram processados para o relatório final da pesquisa em Arteterapia, como aluno da iniciação científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Naquele momento, realizávamos a graduação em filosofia.

No Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, reescrevemos a pesquisa, como analisamos profundamente os dados no que se refere à pesquisa-ação das práticas em educação e Arteterapia com adolescente em Liberdade Assistida. Para tal fim, a pesquisa foi autorizada pelos coordenadores da Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal naqueles anos e hoje novamente autorizada para o mestrado (conforme **Apêndices 04 e 05**) formalmente. Porém, estamos simplesmente utilizando as bases de dados já existentes para processar as informações dessa pesquisa, pois não apresentamos nenhum elemento que seja necessário

recorrer à intervenção direta no decorrer desta pesquisa, já que não expõem nem colocam em risco os sujeitos envolvidos.

Os dados apresentados sobre os adolescentes estão de acordo com aquilo que foi solicitado pela coordenação da Pastoral, bem como a utilização de nomes fictícios para não expor os adolescentes. O mesmo acontece com as fotografias que foram alteradas com escurecimento para não expor totalmente a identidade dos adolescentes. Todo material aqui utilizado foi cuidadosamente autorizado pelos devidos responsáveis.

A escolha dos relatórios e do material de artes relacionados aqui neste trabalho foram feitos de forma aleatória, não identificando a autoria de trechos ou desenhos e fotos. Os dados empíricos, com base na pesquisa-ação e na pesquisa etnometodológica ajudaram a perceber elementos comuns do cotidiano do adolescente, como argumentos importantes para os resultados finais da pesquisa. Por isso, fazemos alusão qualitativa e quantitativa aos resultados, tendo em vista que a finalidade da pesquisa é responder aos resultados dos sujeitos abordados.

Vale salientar que, no momento de execução das atividades junto aos adolescentes do Programa, parte dos Adolescentes (no total de 35 do sexo masculino) já atingiu a maioridade. No restante do grupo, as idades oscilavam entre 12 a 18 anos incompletos. No entanto, não levamos em conta a importância da quantidade, tendo em vista que a única intenção dos elementos pesquisados é verificar os trabalhos de artes trazendo para o *corpus* da pesquisa o resultado da análise do discurso de alguns adolescentes e finalizar com as considerações dos dados verificados.

De acordo com os dados nacionais (conforme **Tabela 2** – Liberdade Assistida) que identificam o campo total de atuação da Pastoral do Menor na medida socioeducativa de Liberdade Assistida, no qual 1.272 adolescentes foram atendidos, sendo 1.002 masculinos e 270 femininos. Foram envolvidos 109 educadores masculinos e 107 educadores femininos, totalizando 216 educadores. Destes educadores, 126 eram contratados e 90 atuaram como voluntários.

Os adolescentes, cada um com sua problemática pessoal, apontam suas necessidades e partilham suas histórias de como chegaram ao Programa: pequenos delitos como o envolvimento com tráfico de drogas, furtos e roubos (conforme **Tabela 03**) e descumprimento da participação no Programa. E devido à reincidência e por entrar no regime de regressão, é necessário, de acordo com o Juiz da Vara da Infância e da Juventude, cumprir mais alguns meses de atividade na instituição.

QUADRO SÍNTESE DO ATENDIMENTO POR ÁREAS DE AÇÃO											
Área de Ação 1	Programas Desenvolvidos	Faixa etária	Atendidos			Educadores			Contratado	Voluntário	Faixa etária
			Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total			
Criança e Adolescente	1-Abordagem criança de rua		748	714	1.462	71	79	150	62	92	
Criança e Adolescente	2-Apoio socioeducativo - Contratumo		19.618	18.044	37.662	1.098	3.804	4.902	3.006	1.896	
Criança e Adolescente	3-Aprendizagem e qualificação profissional		3.563	2.578	6.141	620	766	1.386	1.123	263	
Criança e Adolescente	4-Protagonismo de adolescentes		2.141	1.865	4.006	188	285	473	223	250	
Criança e Adolescente	5-Serviço de Acolhimento (especificar)		364	1.379	1.743	106	420	526	389	137	
Criança e Adolescente	6-Outros (especificar)		50	30	80	11	11	22	22	0	
Total Área 1			26.484	24.610	51.094	2.094	5.365	7.459	4.825	2.638	
Área de Ação 2	1-Assistência aos Centros Socioeducativos		123	65	188	26	29	55	5	50	
Adolescente infrator	2-Assistência aos adolescentes em cadeias		0	0	0	0	0	0	0	0	
Adolescente infrator	3-Prestação de Serviços à Comunidade		744	257	1.001	48	51	99	43	55	
Adolescente infrator	4-Liberdade Assistida		1.002	270	1.272	109	107	216	126	90	
Adolescente infrator	5-Internação		152	0	152	27	42	69	68	1	
Total Área 2			1.623	392	2.015	210	229	439	242	196	
Total do atendimento			23.752	23.365	53.109	2.304	5.594	7.898			
Área de Ação 3	1-Visitas às Famílias		2.992	19.505	22.497	521	2.164	2.685			
Família	2-Reuniões		1.569	13.000	14.569	522	2.148	2.670			
Família	3-Formação		571	9.000	9.571	496	2.028	2.524			
Família	4-Outros		4.250	4.200	8.450	526	1.831	2.357			
Total Área 3			9.382	45.705	55.087	2.065	8.171	10.236	5.067	2.834	

Tabela 02- Atendimento geral da Pastoral do Menor no Brasil. **Fonte:** CNBB. **Revista Memória da VII Assembleia Nacional da Pastoral do Menor.** Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2011: p. 27.

De acordo com a tabela seguinte, percebe-se que mesmo em um pequeno grupo atendido pela Pastoral do Menor em Natal, detectamos nos relatórios o envolvimento dos adolescentes em todos os tipos de atos infracionais apontados em nível nacional.

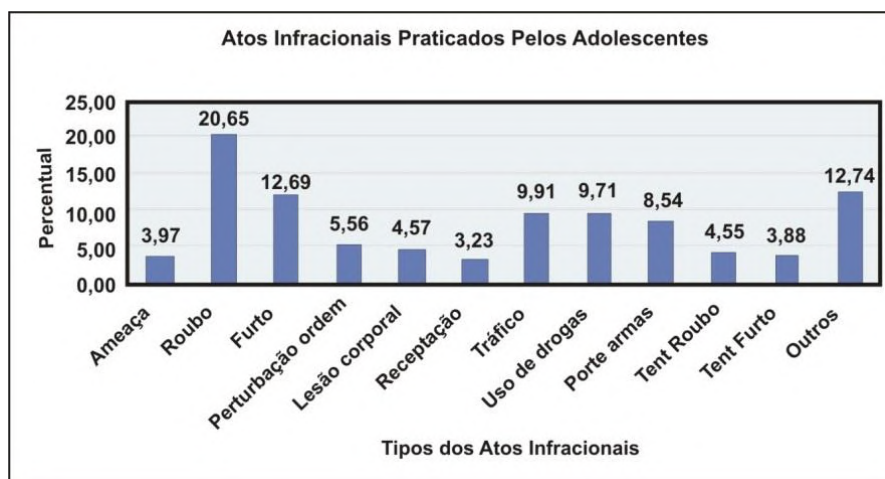


Tabela 03: Atos infracionais no Brasil definidos pelos trabalhos da Pastoral do Menor no trabalho com as medidas socioeducativas. **Fonte:** Gráfico 7 – Tipos de Atos Infracionais (CNBB, 2010B: p. 41).

Nos anos que escrevemos a pesquisa (2014-2015), lamentavelmente, os resultados estatísticos sobre a violência continuaram a imperar na cidade de Natal, referendando que os sujeitos pesquisados, crianças e adolescentes, alguns em idade para assumir um trabalho, mas que não foi feita uma preparação educativa para assumir essa responsabilidade social, continuam em uma sociedade com muitos conflitos e violência, com poucos exemplos e pouca esperança na melhoria das condições de vida.

Os adolescentes pesquisados vivem em uma cidade que, mesmo com ares provincianos, é extremamente violenta: com uma estatística semelhante à de cidades grandes (conforme **Tabela 04**), isso demonstra que o crime está disseminado em todas as regiões da cidade. Os adolescentes enviados pelo Juizado da Vara da Infância e da Juventude são em maioria oriundos principalmente dos bairros Felipe Camarão, Bom Pastor, Quintas, Rocas e Lagoa Nova. No entanto, os pequenos delitos estão presentes em todas as regiões da cidade.

Alguns adolescentes também estão envolvidos com consumo de drogas e quase sempre chegam para participar das atividades da Pastoral com certa alteração de sentidos. Em determinados momentos, mostram-se agressivos e, em outros momentos, arredios recusando-se a participar das atividades.

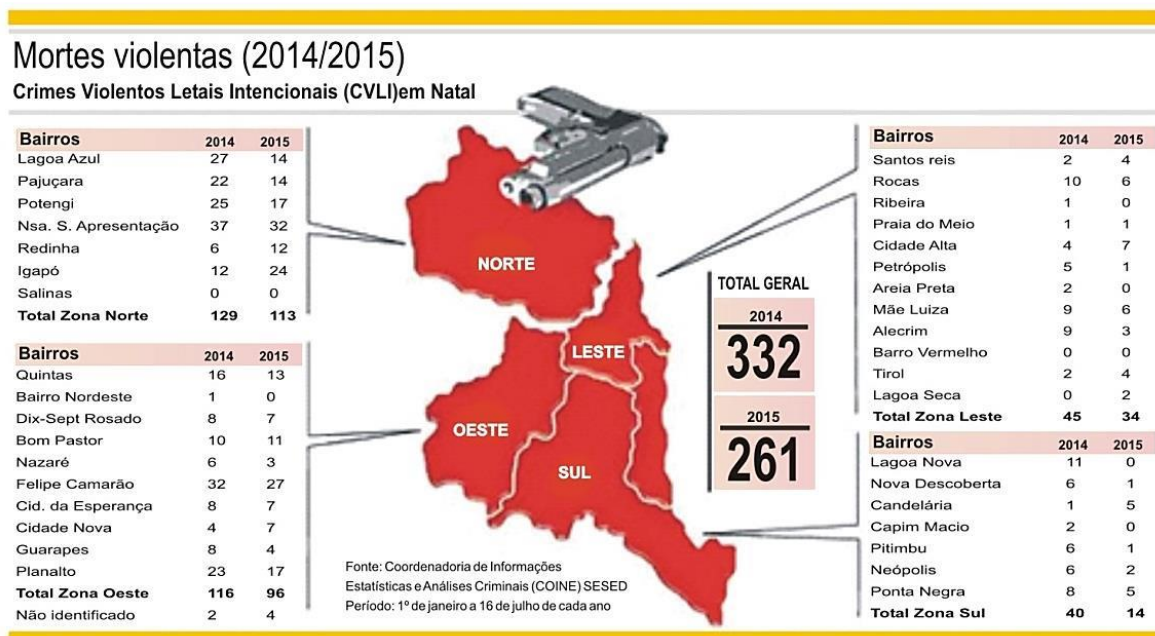


Tabela 04: Demonstrativo da violência na cidade de Natal/RN. **Fonte:** Tribuna do Norte. RN registra 18 mortes violentas no fim de semana. Natal: 2015-07-21. <http://tribunadonorte.com.br/noticia/rn-registra-18-mortes-violentas-no-fim-de-semana/319653>. Acesso em 25 de setembro de 2015.

A pesquisa não excluiu nenhum dos participantes do Programa Liberdade Assistida atendidos pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN, pois levou em conta a análise

pelas práticas de educação e Arteterapia que pode ser aplicada ao ser humano em qualquer idade ou em qualquer fase da vida. O simples fato de o adolescente se recusar a realizar a atividade solicitada já demonstra aos arteterapeuta, educador social, psicólogos, assistente social e outros envolvidos a necessidade de atenção e definição de caminhos para o projeto pessoal do adolescente.

Tendo como base o que já foi abordado no segundo capítulo, sobre a pedagogia da presença, cabe ao educador social, nesses momentos, acolher o adolescente, ser paciente e direcioná-lo de acordo com seu projeto pessoal, orientando-o a permanecer nas atividades. O importante nesse momento é que não seja criada nenhuma forma de constrangimento ou insegurança tanto para o educador social como para os adolescentes presentes. Nesse caso, é extremamente importante que mesmo na complexidade da medida socioeducativa, o planejamento contemple a construção de um projeto pessoal, construído para cada adolescente, apontando as datas a serem observadas e seguidas conforme as necessidades da Pastoral e Juizado da Vara da Criança e da Juventude.

Cabe ressaltar que alguns desses adolescentes são oriundos de lares em crise, com particularidades que correspondem à realidade da sociedade contemporânea: situações que vão desde lares desfeitos pela violência, pelo desentendimento dos pais ou pelos conflitos sociais da mãe, levando algumas famílias a terem à frente o matriarcado ou o patriarcado exclusivo. Alguns desses adolescentes se sentem inconformados e preferem permanecer na rua. Por isso, recorrem ao crime, praticando pequenos delitos para se manter em suas necessidades básicas.

Porém, essa realidade apresenta diferentes variantes do ponto de vista do adolescente, da família, da sociedade, do Juizado da Vara da Criança e da Juventude e da Pastoral do Menor, na busca por interpretação, ajuda e compreensão do fenômeno da delinquência do adolescente natalense.

3.3 Materiais e procedimentos utilizados

O âmbito deste estudo busca interligar subsídios teórico-práticos relativos ao emprego da modalidade expressiva da Arteterapia como apoio no aprimoramento das propostas da Pastoral do Menor, por meio do auxílio de seus educadores sociais no trabalho de intervenção com adolescente em Liberdade Assistida, com o intuito de responder a hipótese de que as intervenções em Arteterapia levam o adolescente a perceber com mais clareza a sua identidade pessoal. Por isso, a Arteterapia colabora no processo de inclusão social e tem

qualidade interdisciplinar com influência no tratamento com os elementos do processo ensino-aprendizagem, dando ao adolescente em Liberdade Assistida a possibilidade de trabalhar sua resiliência, aprofundar a percepção de sua história de vida e socializar sua participação na sociedade.

1 IDENTIFICAÇÃO		
1.1	Nome da unidade	Pastoral do Menor – Arquidiocese de Natal/RN
1.2	Município	Natal
1.3	Estado	RN
1.4	Data do início do Projeto	Março/2004
2 ATENDIMENTO		
2.1	Nº de adolescentes atendidos (desde o início do programa).	64
2.2	Nº de orientadores	23
2.3	Nº de famílias atendidas	192
2.4	Índice de reincidência	04
3 ATIVIDADES		
	QUANTAS	QUAIS
3.1	Encaminhamentos realizados em benefício de:	Escola
	- Adolescentes	34
	- Famílias	40
		40
3.2	Atividades realizadas com	Esportivas
	- Adolescentes	12
	- Famílias	39
		55
		32
		46
		4.200
3.3	ATIVIDADES REALIZADAS COM:	Encontro com as famílias
	- Orientadores, comunidade	104
SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS		Visitas domiciliares
	- Conselho de direito	48
	- Conselho Tutelar	12
		Visitas institucionais
		Orientadores
		Comunidade
		Seminários, cursos
		Reuniões, outros
	153	

Tabela 05: Ações realizadas pela Pastoral do Menor na Arquidiocese de Natal/RN. **Fonte:** Relatório fornecido pela Pastoral do Menor/RN: “Roteiro para coleta de dados das Unidades que executaram o Programa de Medidas Socioeducativas – Liberdade Assistida – PAMEN 2004 – 2007”.

A metodologia de análise de dados segue o critério estatístico qualitativo, pois visa o apontamento da qualidade do trabalho da Pastoral do Menor, o desempenho do educador social e a eficiência das práticas educativas de Arteterapia no trabalho com adolescentes em Liberdade Assistida. Foram feitas as releituras interpretativas de dados existentes (conforme **Tabela 05**) e que em parte foram criados pelo próprio pesquisador nos anos de referência da pesquisa quando era educador social desta Pastoral.

Somam-se a essas iniciativas algumas oficinas que não correspondem necessariamente ao interesse de nossa pesquisa, por isso não foram classificadas nos gráficos de definições de atividades em Arteterapia.

Práticas educativas em Arteterapia	FACTUAIS	CONCEITUAIS	PROCEDIMENTAIS
Técnica de Pintura	Como prática Arteterapêutica auxilia na fluidez das emoções e sentimentos; Afetividade; Depressão; Fragilidade.	Aquarela; Acrílica; Guache; Óleo; Nanquim	Pintura com direcionamento e expressão livre, pintura em diferentes matérias: papéis diversos, cartolinas, jornais, telas, objetos, imagem de gesso... Pintura em parede.
Técnica de Desenho	Expressar os fatos da vida e o que revela a realidade; Refletir sobre os delitos e conflitos existenciais.	Uso de giz de cera; Grafite; Multicolorido Vários lápis de cor amarrados com elástico ou fita.	Desenhar fatos da vida, relatar história de vida, acontecimentos, problemas, violência social, uso de drogas.
Técnica de Argila	Uso da argila na Arteterapia; Criação interior; Autoestima; Auto-expressão; Recursos terapêuticos; Aproximação natureza-homem; O Bíblico: "Pois tu és pó, e ao pó retornarás." (Gênesis 3:19)	Tipos diferentes de argila: molhada ou mole demais; Sem plasticidade; Para secar: No tempo, Cozida em forno caseiro; Com uso de forno com alta potência. Modelagem e pintura em Argila	Para a atividade: argila, tinta guache ou plástica (diversas cores), pincéis, barbantes, palitos de soverte, plástico ou jornal para forrar a mesa e pote com água. 1. Utilizar texto ou música para concentração e procedimentos; Umedecer a argila para ser modelada; 2. Usar o passo a passo: amassar, verificar a ligadura, forrar o local, manter a argila dentro do plástico, retirando, aos poucos, pedaços para a modelagem; 3. Convidar os adolescentes a sentir a consistência da argila; 4. Modelar ou esculpir umedecendo a mão; 5. Deixe secar a sombra; 6. Pintar a peça criada depois de seca. Sempre guardar as sobras em plástico bem fechado e em lugar fresco.
Técnica Música	Escutar a voz interior; A musicoterapia como resultado arteterapêutico;	Conhecimento dos sons; Movimentos sonoros; Diferentes instrumentos; Música em coral; Natureza sonora.	Utilizar os exercícios sugeridos na obra de SCHAFFER (2009).
Expressão Corporal/ Teatro	Movimentos do corpo, leveza, peso que ajuda a perceber os sentimentos; Memorizar; Verificar realidade e fantasia; Aprimorar os sentimentos; Amabilidade de si.	Peças de teatro Oficinas de dança	Com o desenvolvimento de danças e teatro, conscientizar os adolescentes de sua realidade pessoal e social.

Tabela 06: Redistribuição das oficinas – Ações realizadas pela Pastoral do Menor na Arquidiocese de Natal/RN. **Fonte:** Levantamentos das oficinas (atividades de artes) ministradas – “Relatório fornecido pela Pastoral do Menor/RN: Roteiro para coleta de dados das Unidades que executaram o Programa de Medidas Socioeducativas – Liberdade Assistida – PAMEN 2004 – 2007”.

As atividades de Arteterapia analisadas aqui se enquadram dentro das atividades das Oficinas realizadas com adolescentes (**Tabela 05**) que estão distribuídas na **Tabela 06**. O Programa valorizou as práticas de artes com o “desenvolvimento de diferentes modalidades de oficinas como dança, serigrafia, hip hop, computação, música, esporte, artes plásticas, arte e cultura e outras, a critério da equipe e de acordo com a realidade de cada região” (CNBB, 2010B: p. 47).

Sendo a Arteterapia definida como campo de conhecimento que designa a utilização de recursos artísticos em contextos terapêuticos, apontamos os grupos potenciais das artes: pintura, desenho, utilização da argila, música e expressão corporal como formas de trabalhar com o adolescente, resgatando significados e sentidos da vida.

Em uma abordagem mais ampla, as práticas de educação em Arteterapia têm o potencial de cura das enfermidades sentimentais e psicológicas quando bem acompanhadas pelo quadro de profissionais designados para esta função. Dessa forma, o adolescente pode construir uma relação de empatia com os profissionais, como forma facilitadora e consciente das necessidades de mudanças de sua vida pessoal e social.

3.4 A Arteterapia como ferramenta de trabalho

A Arteterapia é uma ferramenta educacional que tem mostrado bons resultados no processo de reeducação de adolescentes que cometeram infrações e delitos, além disso, proporciona uma atmosfera de bem-estar, resgata a autoestima e possibilita a inclusão social desses jovens.

Esta pesquisa se norteou pela pesquisa-ação, com uma “abordagem em espiral”, (BARBIER, 2002: p.117) que envolve atividades, sempre acompanhadas de reflexões autocríticas e avaliações dos resultados. A partir de relatórios preenchidos sistematicamente pelos educadores sociais da Pastoral do Menor no período acima citado, pudemos elaborar o presente texto, tendo como procedimento metodológico a análise a partir da “escuta sensível do vivido” (Idem: p. 123). Para isso, consideraram-se as descrições dos participantes do projeto, contando, a partir dessas experiências, com sua consequente mudança comportamental. Estas práticas possibilitaram a ampliação do leque de respostas ante as situações-problema propostas, visando desenvolver as habilidades motoras e motivar o prazer do adolescente pela experimentação das diferentes modalidades de atividades em artes nesse campo de conhecimento.

Ao buscar elementos que propiciem melhor qualidade da atuação profissional do educador social, a utilização das práticas em Arteterapia apresenta a criatividade artística “como caminho que nos ajuda a transmutar as sensações e os sentimentos, que trazem consigo o prazer de se desafiar na conquista do novo” (CIORNAI, 2005: p. 134).

Essas práticas estão inseridas no âmbito da pedagogia da presença, que levam em conta a formação total do adolescente, em sua condição social, familiar, educacional, cultural, política e religiosa, em uma conciliação com as condições éticas, expressas a partir das diretivas de direitos e deveres vigentes no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao propormos a aplicação dos recursos da Arteterapia como meios de resposta e instrumentos da inclusão social, notamos que se a arte tem o poder de aferir novas formas de aprimorar atitudes e sentimentos, conseqüentemente, o desenvolvimento de atividades artísticas pode levar estes sujeitos a uma melhor compreensão do mundo onde estão inseridos.

Nesse caso, os adolescentes responderam às propostas de forma bastante elucidativa, revelando seus traços, desencontros ou desequilíbrios. Transferindo seus conflitos para personagens em jogos teatrais, por meio de seus desenhos, pinturas, letras criadas para canções improvisadas e na modelação da argila.

O educador social aponta que as atividades arteterapêuticas têm ajudado os adolescentes a perceber as frustrações e decepções que os levaram a se envolver com a delinquência. Estas respostas demonstraram que parte dos adolescentes gosta de desenhar situações diversas de violência, representadas pelas armas: facas, revólveres, instrumentos de tortura e muito sangue. Outros desenharam cigarros, folhas de maconha, seringas ou os demais artefatos presentes no mundo das drogas. Há, também, aqueles que pintam casas bonitas ou ambientes que são apresentados nas explicações como a representação de desejos do que eles gostariam de um dia alcançar para si e seus familiares.

A identidade desses adolescentes não foge ao encanto com aquilo que, no decorrer da história da humanidade, tem sido tão valorizado no mundo das artes: as tragédias³³. Embora eles vivam uma tragédia a sua maneira, “à brasileira”, não fogem do prejulgamento de que o trágico é atraente, encanta, embora faça sofrer, desorienta e desterritorializa, levando-os a transitar por mundos nunca desejados na sede de conquistar posições hierárquicas superiores.

³³ Cada uma das peças de enredo dramático e final funesto, originadas do antigo teatro grego. Acontecimento catastrófico, funesto; DESGRAÇA (AULETE, 2011: p. 1350). Fonte: AULETE, C. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

Nesses desencontros, “o primeiro e mais decisivo passo para vencer as dificuldades pessoais é a reconciliação do jovem consigo mesmo e com os outros. Esta é uma condição necessária da mudança de sua forma de inserção na sociedade” (COSTA, 2001: p. 21).

O que esse adolescente infrator quer, na verdade, é afirmar sua identidade, embora de forma errônea, assumindo a contramão da realidade, já que foi deixado à margem de seus direitos de criança e adolescente. A negação de seus direitos como cidadão se revela em seus atos de violência, roubos e crimes, “omissões e transgressões, que violentam a sua integridade e desviam o curso de sua evolução pessoal e social, exprimem-se nas mais diversas formas de conduta divergentes ou mesmo antagônicas à moralidade e à legalidade da sociedade que o marginalizou” (COSTA, 2001: p. 21).

As narrativas pessoais de cada adolescente acabam por nortear a necessidade de uma prática socializadora e, ajudam no aprimoramento do comportamento social, levando os sujeitos envolvidos à compreensão de sua realidade social e ao resgate de seus direitos pelas conquistas da garantia estabelecida nas leis vigentes no país. Esta percepção é esclarecida em passos lentos, mas significativos, com as práticas de educação em Arteterapia.

Quando falamos de educação do adolescente infrator temos em mente uma problemática maior: a presença dele no Programa, tendo em vista que a grande maioria desses adolescentes tem dificuldade em permanecer no quadro de discentes da escola formal, evadindo-se por conta de uma série de problemas como a não aceitação dos padrões sociais de comportamento, desrespeito às orientações dos adultos, comportamento de vandalismo, agressividade e transgressão a toda forma de regras.

Na maioria das instituições, o processo de reeducação destes adolescentes segue por uma ótica perceptivelmente estranha à realidade dos mesmos. São buscadas formas “eficientes de domesticá-los” a partir da visão deturpada da educação como controle social. Esquecem-se de seus sentimentos e do aspecto de maior importância para eles: a autonomia que os torne capazes de decidir seu próprio futuro.

O educador social necessita estar preparado profissional e tecnicamente. Ter estrutura emocional para enfrentar as adversidades sociais ao interagir com o adolescente. Por isso, Ciornai acredita que, para serem eficientes, os educadores precisam desenvolver “a capacidade de se expressar pelas linguagens plástica, musical e corporal, empregando a dramatização, o contar histórias, o construir poesias e o preparo de materiais, explorando potencialidades pessoais, propiciando o autoconhecimento e o crescimento pessoal” (CIORNAI, 2005: p. 66).

O educador social deve estar preparado para dar respostas estimuladoras e atuar com sua presença e convivência entre os adolescentes, pois “a pedagogia do educador social é, de certa forma, uma contrapedagogia que busca instaurar uma nova cultura: a cultura da solidariedade que possa neutralizar a banalização da vida à qual as elites brasileiras se acostumaram” (GRACIANI, 2009: p. 13).

É importante salientar que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, no Capítulo IV (que rege sobre o “Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”) já deixa em aberto a condição de desenvolvimento protegido através da arte quando, no Artigo 54 V, prega que esses têm direito de “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (ECA, 2012: p. 60).

Para garantir esses direitos, tanto os adolescentes como seus familiares têm de passar por um processo de reeducação e autoconfiança, já que estão desacreditados pelo sistema. Isto gera outra problemática que é saber em que nível de intervenção é possível atuar junto a essas famílias. Assim, a situação social da família é outro desafio: são pessoas que, na sua maioria, vivem em situação de extrema miséria, que não conseguem garantir o sustento básico do lar e que “sonham com trabalho”. Esse ambiente não oferece perspectivas de vida digna aos adolescentes.

Isso gera um círculo vicioso: os adolescentes viciados em drogas têm dificuldade de se livrar dessa situação e a família, por outro lado, não tem a mínima condição financeira para encaminhá-los a uma casa de acolhida e recuperação. Além disso, muitas vezes, as famílias que conseguem fazer esse tipo de encaminhamento veem seus filhos voltarem para o mesmo ambiente hostil em que se viciaram.

Esse é um problema de difícil solução e que interfere negativamente na educação. Nessas condições, o educador social deve ser um facilitador na busca de novas formas de equilíbrio entre sua ação de educar e a inserção dos adolescentes em um ambiente social mais sadio.

Os adolescentes chegam à Pastoral do Menor com a expectativa de encontrar espaço no mercado de trabalho. No entanto, sabe-se que o quadro econômico e social do país, em particular da cidade de Natal, não é favorável à geração de renda para pessoas que têm baixo nível de escolaridade. Esta situação problemática é aumentada no público alvo aqui analisado, por conta do preconceito de serem adolescentes com problemas com a justiça.

Na experiência pedagógica, com a visão da Arteterapia, é muito importante e necessário que os envolvidos no processo de educação aprendam a falar no momento certo, saibam

escutar e ensinar a compreensão ética, pois somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele. A busca de uma “necessária promoção da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética, ao lado sempre da estética. Decência e boniteza de mãos dadas” (FREIRE, 2011A: p. 34). No dizer de Paulo Freire, está a essência de todo o trabalho: o valor estético que torna os seres humanos capazes de vivenciarem o que há de mais belo; o encanto pela vida que se faz arte e memória.

Apesar das dificuldades acima citadas, a Pastoral do Menor de Natal, com seu trabalho, tem mostrado resultados bastante significativos. Nesse caso, a alegria está em poder entregar ao Judiciário o relatório de algum adolescente que conseguiu cumprir as metas do trabalho, está reintegrado à sociedade e vivendo um bom desempenho escolar e familiar. “Acreditávamos ser esta a condição mínima para restituir-lhes a dignidade, o alcance da sua cidadania, a recuperação dos vínculos familiares e comunitários, a recuperação da autoestima e a reconstrução de um novo projeto de vida” (CNBB, 2010B: p. 12). O intuito é não ver o adolescente como um ser impotente, com ações rígidas, pois “o mundo não é um laboratório de anatomia nem os homens são cadáveres que devam ser estudados passivamente” (FREIRE, 2013: p. 180).

Esta ação tem a peculiaridade de socializar o adolescente dentro de sua própria comunidade, enriquecendo e potencializando os valores humanos e sociais existentes no seu ambiente, fortalecendo-o enquanto cidadão de direito. Assim, a Pastoral do Menor de Natal se colocou como referência na aplicação de tal medida pela autoridade judiciária, bem como na manifestação de participação da sociedade na promoção da cidadania destes adolescentes.

O primeiro procedimento utilizado na eficiência das práticas educativas em Arteterapia é o da dialogicidade, conforme pedagogia freireana, que dá voz ao adolescente a partir da partilha, na qual educador social e adolescente aprendem juntos, auxiliados pela pedagogia da presença, a valorar a arte como instrumento de percepção da realidade desse adolescente. Desse modo, conforme Katia Helena Pereira (2012):

A obra de arte nem sempre privilegiou o belo ou a figuração, ou ainda, as formas reconhecíveis ou agradáveis, ela também procurou registrar angústia de seu tempo, a revolta, a dramaticidade, a sacralidade. As diferenças aparecem quando a arte é impulsionada por novas demandas do sujeito no ou pelo grupo social: situações de guerra, questionamentos sobre a vida em sociedade, revelações de caráter mágico ou caminhos poéticos os mais variados (PEREIRA, 2012: p. 130).

Diríamos que a arte, ao perfazer todo o percurso da vida humana em todas as etapas da vida, condiciona ao ser humano um padrão de beleza padronizado socialmente. A arte revela

as injustiças, aponta as histórias e sua trajetória, dá voz aos sentimentos humanos, atribuindo leveza e alegria. Apresenta, também, a sua eficiência por uma análise arteterapêutica a partir do momento que direciona as angústias humanas. Por isso, torna os dados da pesquisa de forma exequível e precisa, pois, conforme Barbosa:

Arte não é apenas básico, mas fundamental na educação de um país que se desenvolve. Arte não é enfeite. Arte é cognição, é profissão, é uma forma diferente da palavra para interpretar o mundo, a realidade, o imaginário e é conteúdo. Como conteúdo, arte representa o melhor trabalho do ser humano (BARBOSA, 1991: p.4).

Acredita-se que a Arteterapia tem como intuito auxiliar o adolescente em seu processo natural de desenvolvimento e por isso, analisamos alguns trabalhos realizados pelos adolescentes, considerando o desenvolvimento de avanços ou retrocessos no cumprimento da medida socioeducativa.

As atividades visam à formação, integrando os adolescentes ao seu ambiente escolar por ser no processo de ensino e aprendizagem que esse trabalho social ganha respaldo. Observa-se ainda a necessidade de um trabalho educativo sobre os valores humanos tais como amor, respeito, responsabilidade, honestidade, ética, entre outros que oriente para uma boa convivência no ambiente escolar, familiar e social, pelas vias da pedagogia da presença.

Busca-se nas intervenções com a Arteterapia que o adolescente possa questionar, pelo fazer artístico, a sua própria realidade, dando possibilidade de reflexão ao educador social no seu processo de construção de ensino-aprendizagem. É uma educação com arte, que tem eixos significativos, que encontra sentido de edificação, integração e organização da identidade pessoal desse adolescente na atualidade.

As práticas de educação pela Arteterapia têm papel de inclusão social, pois ao se expressar o adolescente apreende sua realidade e articula-a com o mundo a sua volta. A Arteterapia acaba por fomentar a instrumentalização e a necessidade de expressar a existência e as emoções humanas mais profundas através dos elementos formativos, visando uma melhor integração dos envolvidos com o sentimento de bem-estar e integração com o meio social.

Com o intuito de responder se a Arteterapia pode estabelecer elos com a realidade vivenciada, expressivas mudanças podem ser observadas no comportamento dos adolescentes, motivadas pelas atividades de Arteterapia e pelo trabalho do educador social, pois os adolescentes são inquietos e desobedientes, muitos, totalmente sem limites e responsabilidades, outros, hiperativos. Por isso, os resultados ajudam também o educador

social a refletir sobre sua prática educativa, aprimorando a sua capacidade profissional para um melhor exercício de suas funções como educador.

Na atuação do trabalho social, o educador social pode conhecer e aprofundar questões em torno da problemática em Arteterapia e psicoterapia, tentando compreender que os princípios da Arteterapia estão voltados para um novo educar-se, para um novo sentido da vida. O mesmo pode ocorrer com o adolescente, a partir do momento que os problemas e crises sociais afetam seu comportamento e aprendizado, levando-o a reagir com agressividade e atos delinquentes.

O educador social em sua atuação convive com vários problemas sociais que se referem a crianças, adolescentes e familiares. São lares desfeitos por casais mal preparados que não conseguem o respeito e o controle da educação dos filhos. Quando separados, deixam os filhos à deriva do descontrole social, tornando-os presas fáceis do tráfico de drogas e de toda forma de violência e atrocidades.

Ao falarmos das práticas educativas em Arteterapia com o adolescente infrator, lembramo-nos dos argumentos de Iraci Saviani (2005):

a Arteterapia tem condições de atuar como nutriente para esse mundo invisível da imaginação, dos sentimentos, das ideias, das fantasias, dos desejos, facilitando sua expressão de forma criativa por meio da arte, tornando-os conscientes. A conscientização desse mundo interior possibilitará a transformação no mundo físico, visível (SAVIANI, 2005: p. 159).

Tal lembrança só reforça a importância de que a arte pode ativar as mais remotas questões que se processam na mente do adolescente, contribuindo para sua retomada de conhecimento da realidade, apontando tanto para o educador social como para si, os próprios acontecimentos, que podem ser referenciados e melhorados no decorrer do processo de acompanhamento e de participação na Pastoral do Menor.

O interesse pelas atividades artísticas neste caso está relativamente ligado a todas as instâncias sociais, contribuindo para que os diversos setores que trabalham com crianças, adolescentes e jovens aprimorem em suas práticas as atividades em artes. Uma das atividades artísticas empregadas com os adolescentes é a forma autobiográfica, ajudando-o pela percepção de seus valores a entender seu próprio processo de existência e, neste caso, conforme Bakhtin (2011: p. 140), estes “valores biográficos são valores comuns na vida e na arte, isto é, podem determinar os atos práticos como objetivos das duas; são as formas e os valores da estética da vida”. É se percebendo a cada passo dado que participamos da nossa

própria história de vida, narrando os fatos que nos libertam ou aprisionam. Nas relações, passamos a coexistir com o outro, e de narradores nos tornamos personagens. Seria este o real sentido a ser dado ao adolescente: reconstruir sua própria história de vida, encontrando sentido e os integrando a sua existência no mundo. “A contemplação estética e o ato ético não podem abstrair a singularidade concreta do lugar que o sujeito desse ato e da contemplação artística ocupa na existência” (BAKHTIN, 2011: p. 22). É que na verdade o sujeito é muito mais que o simples ato isolado que causa medo e o desconecta do mundo que vive.

3.5 Descrição das práticas de educação em Arteterapia

Levando-se em conta o horizonte da pesquisa com 64 adolescentes, utilizaram-se como fontes correspondentes as cinco modalidades de artes: desenho, pintura, técnica de argila, música e expressão corporal em dança/teatro. Por isso, foram escolhidos aleatoriamente alguns trabalhos de adolescentes para análise na seguinte ordem: 6 trabalhos de desenho, 6 trabalhos de pintura, 4 trabalhos de argila, 2 trabalhos de música e 2 trabalhos de expressão corporal em dança/teatro, totalizando 20 trabalhos. A coleta, por sua complexidade e tempo, foi selecionada de acordo com a frequência dos fenômenos nos arquivos pesquisados. Como aparecem mais trabalhos de artes com desenhos e pinturas, a amostra foi maior seguindo as mesmas probabilidades para as outras modalidades que apareceram com menos frequência, como no caso da modalidade de expressão corporal/teatro.

Os resultados expressos nas atividades de artes, pela análise da Arteterapia, trazem de fato respostas inovadoras para o entendimento do fenômeno adolescente em Liberdade Assistida. As análises deixam transparecer que os adolescentes estão mais dispostos a falar de si próprios a partir do momento que executam atividades de artes que retratam os passos de suas vidas. Os sentimentos afloram com mais facilidade e geram desenvoltura e envolvimento nas experiências do momento. Outras respostas são auxiliadas pelo levantamento dos diagnósticos das partilhas dos trabalhos realizados, embora que com critérios ainda não puramente arteterapêuticos, pois mantêm também respostas de vários colaboradores: coordenação, psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais e pesquisadores na área da Arteterapia.

As práticas aqui narradas apresentam diferentes afluentes de respostas, com passos para o entendimento interdisciplinar da Arteterapia. Este fenômeno ocorre por requerer uma gama de elementos conciliadores dos sentimentos pessoais de cada um dos envolvidos nas ações

educativas em Arteterapia: desenho, pintura, modelagem em argila, música e expressão corporal em dança/teatro.

3.5.1 Prática educativa em Arteterapia com a abordagem do desenho

A técnica do desenho é uma atividade prática, pois corresponde a uma forma barata de acessibilidade a qualquer idade. É uma técnica fácil de ser executada e favorece o uso de grande variedade de material como: lápis grafite, tintas de todas as marcas e tipos, carvão e lápis de cor, giz de cera, hidrocor, pastel seco, pastel a óleo e aquarela. O desenho pode ser explorado também em caixa de areia ou ambientes como lousas, pranchas de madeira ou telas. Além disso, há uma dimensão de técnicas que podem ser executadas com a abordagem do desenho.

É importante a percepção de que o simples fato de manusear alguns materiais já estampa o sorriso no rosto dos adolescentes, pois eles estão acostumados a pichar muros, fachadas e ambientes proibidos. Por isso, é importante demonstrar para eles os desafios e a importância dessa técnica como resposta arteterapêutica.

Não há limites de idade para a utilização da prática educativa do desenho. A utilização desta técnica torna-se eficiente como aprofundamento da ludicidade espontânea do adolescente, pois “o desenho permite expressar histórias pessoais com clareza, apenas utilizando a configuração linear da imagem” (PHILIPPINI, 2009: p. 49). Para que não haja bloqueios no imaginário de sua realidade é importante deixar o adolescente, no início da atividade, à vontade e se possível se utilizar de músicas que estimulem a execução, sem se prender muito ao tempo.

Sobre o uso do desenho na Arteterapia, Ana Cláudia Afonso Valladares aponta que “o desenho como modalidade da Arteterapia objetiva a forma, a precisão, o desenvolvimento da atenção, da concentração, da coordenação viso-motora e espacial. Também concretiza alguns pensamentos e exercita a memória” (VALLADARES, 2004: p. 12).

O desenho possibilita o apotamento de traços diversificados, socializando a imaginação com o sentimento de controle ou descontrole da existência. Para o adolescente é uma atividade fácil de ser executada, e por isso, Philippini acredita que:

A produção do desenho envolve um gesto de maior controle mesmo quando feito de maneira espontânea. Liga-se a uma necessidade organizativa e de objetivação. Para pacientes com traços rígidos, essa característica é tranquilizadora, onde se pode expressar criativamente de uma maneira segura, sem confrontar as suas defesas habituais. Além disso, o desenho

indica o desenvolvimento de uma composição figurativa, que suscita uma noção de concretização, sugerindo coesão, sentido e lógica (PHILIPPINI, 2009: p. 89).

É a revelação de si pelos traços, caracterizando as alegrias, dores, desencontros, servindo assim para ativar a identidade do criador. Neste processo de criação é natural a presença do conflito, já que o adolescente se vê pela ótica dos adultos.

O que foi definido como condição de ação e reação não parte muitas vezes de seu ponto de vista, estando já predefinido como deve agir no cotidiano. Podemos dizer que as emoções são confusas e difíceis de serem interpretadas nesta fase da vida, sendo necessário um especialista para traçar os diferentes ângulos do comportamento do adolescente.

O adolescente ao utilizar a técnica do desenho socializa sua existência com a realidade das necessidades pessoais. Neste caso, “o desenho está relacionado ao movimento e ao reconhecimento do objeto, tendo a função ordenadora” (VALLADARES, 2004: p. 12). É a identidade, mesmo negativada pelo delito cometido, expressa nos trabalhos de artes desenvolvidos a cada encontro, revertida em recortes dos acontecimentos da vida.

A prática educativa pela técnica arteterapêutica do desenho pode auxiliar nesta percepção do real e do vivido. Para Philippini, o desenho pode levar o observador a transitar pelos diferentes sentimentos do criador, porque no ato de desenhar está a revelação de si na proporção em que:

O gesto de execução do desenho imprime de maneira simbólica os sentimentos do criador: gestos tranquilos em traços suaves, gestos inseguros em traços intermitentes ou trêmulos, gestos agressivos em traços fortes, e assim por diante, de acordo com as emoções emergidas ao desenhar (PHILIPPINI, 2009: p. 90).

A composição do desenho envolve muitos tons de sentimentos, desejos, frustrações, mas alimenta também o encontro entre a alegria e a esperança de renovação na vida que se confirma geralmente com o cumprimento da medida socioeducativa.

De acordo com os desenhos que serão apresentados a seguir, poderemos identificar os sentimentos de agressividade e de alegria dos adolescentes impressos nos traços. Escolhemos alguns desenhos que retratam os sentimentos dos adolescentes e como percebem a sociedade em que vivem, a realidade familiar e seus sentimentos do momento.

Apresentamos, inicialmente, o desenho do adolescente Tiago (**Figura 3**). Ele sonha em melhorar de vida e seu desejo particular é ser chefe do tráfico ou coisa semelhante.

Percebemos que seus ideais transitam entre o real e o imaginário. Além disso, vive em um mundo de fantasia que compromete a percepção de sua realidade, alimentando a violência por se sentir injustiçado.

Em constante conflito com o pai, o adolescente acredita que é rejeitado por toda a família e por isso desenvolveu um comportamento violento e de embate com todos, tornando-se uma presença indesejável na família e na escola.

Quando os representantes maiores do adolescente foram chamados, reafirmaram a conduta do filho e ao mesmo tempo apontaram seus sentimentos de esperança para o resgate do filho ao respeito e à compreensão de tudo que ocorre no momento.

A coordenadora pedagógica ficou impressionada com a visita do educador social à escola de Tiago e afirmou não conhecer esse tipo de trabalho. Daí em diante, ela passou a fazer um trabalho especial com o jovem Tiago, com conversas, orientações e buscando incluí-lo nas atividades escolares. Porém, ele se mostrou reticente e continuou a maior parte do tempo fora da sala de aula. A coordenadora afirmou, também, que em outro dia o adolescente foi flagrado ao pular o muro da escola.

O adolescente Tiago passa a maior parte do tempo fora da sala de aula, fato que deixa a própria escola em situação difícil perante aos outros alunos, mas se ele não consegue ficar na sala de aula, a coordenação prefere mantê-lo dentro da escola, pois acredita que ele está mais protegido. As avaliações são de que o aluno é muito inteligente, porém tem um distúrbio de atenção e precisa ser levado a um profissional da área de saúde.

Na verdade, os dados apontam que antes de o adolescente conhecer o Programa da Pastoral do Menor era envolvido em uma série de conflitos violentos na comunidade em que mora e fora dela, sendo recolhido algumas vezes pela polícia nesses locais.



Figura 3: Desenho realizado pelo adolescente Tiago para responder como ele percebe a sociedade em que vive. As alegações são de que há muita violência e geralmente praticada com objetos cortantes – o adolescente narra um episódio que presenciou na comunidade em que o marido assassina a esposa com um machado.

Fonte: material cedido pela Pastoral do Menor - Pasta e Relatórios do adolescente Tiago.

A violência era a grande novidade na vida de Tiago antes de conhecer a Pastoral do Menor. Hoje, o adolescente desenvolve um trabalho profissional na comunidade, com pinturas de casa. Aprendeu a profissão em um dos projetos desenvolvidos no período em que cumpriu a medida socioeducativa. Não se pode dizer que tudo se transformou na vida de Tiago, pois sempre há recaídas e às vezes ele passa dias na rua consumindo drogas.

O que mudou em sua vida com as práticas educativas de Arteterapia pode ser averiguado na família e consigo mesmo. Antes de ir ao Programa, a família passava por uma verdadeira tortura, pois além de desaparecer por dias, sua volta pra casa era marcada por brigas, levando-o a desaparecer no dia seguinte. A família, então, aprendeu a estar presente, silenciar em alguns momentos e respeitar o adolescente.

O adolescente agora tem certa consciência de seus atos e até partilha com a família suas mágoas e dores. A esperança de que o tráfico de drogas traga melhores condições de vida não existe mais. A luta agora é para vencer o vício e, inclusive, solicitou à coordenadora da Pastoral uma vaga na clínica de tratamento antidrogas.

De acordo com Tiago, a atividade de desenho o ajuda a expressar os sentimentos e as mágoas que têm da família e dos colegas, deixando-o mais tranquilo e capaz de perceber sua realidade.

Desde março de 2006, o adolescente Tiago “mora no Jockey Club, bairro do município de Parnamirim, ao lado do parque de exposições Aristóфанes Fernandes. Ele tem poucos colegas ainda e o ciclo de amizades do jovem se restringe aos garotos da escola que fica próxima a sua casa” (Relatório pessoal).

O próximo desenho (**Figura 4**) é do adolescente Alex que demonstra sentimentos de violência e ódio. Quando perguntado, não sabe responder por quem nutre necessariamente esses sentimentos. Experimenta sentimentos de angústia que se consome em tristeza. Sofre com a violência do pai nos dias que este chega bêbado em casa. De acordo com o adolescente, todos os irmãos e a mãe já foram violentados pelo pai.

Através do desenho, Alex apresenta um personagem com ódio e uma faca como instrumento de proteção. Narra que gostaria de se sentir seguro em casa e, como não consegue, acaba se envolvendo com os amigos do bairro que o levam a participar de pequenos furtos na comunidade vizinha.

No momento, o adolescente Alex mora com seu pai e um irmão, e sente falta da mãe que não mora mais com eles. Os relatórios de Alex descrevem sua trajetória e melhoria depois que começou a participar das atividades na Pastoral do Menor. Neste caso, um dos relatórios

aponta que a avó, doméstica e costureira, também morava na mesma casa, mas recebeu recentemente um imóvel que comprou e agora se divide entre as duas residências. “É com ela que o adolescente Alex conversa mais. Num passado recente, o adolescente não falava com o seu pai, hoje em dia, conseguem conversar mais, e às vezes se desentende com o irmão e chegam a brigar”³⁴.



Figura 4: Na atividade em Arteterapia, com a técnica do desenho, foi solicitado que o adolescente expressasse como via a família e o que mais o aproximava e o afastava dela.

Fonte: material cedido pela Pastoral do Menor - Pasta e Relatórios do adolescente Alex.

De forma geral, as atividades com desenho (conforme **Figura 4**) são bem executadas pelo adolescente demonstrando que “a saúde do adolescente apresenta boas condições, a não ser um problema de insônia e de certa ansiedade. A avó já levou o adolescente a um psiquiatra, para terapia e requisição de exames na cabeça, mas ele não deu continuidades aos encontros” (Relatório Pessoal).

Pelas conversas pessoais, “outro fato importante a ser destacado nessa área é que o adolescente Alex afirma ser usuário esporádico de maconha” (Relatório Pessoal). Está mais envolvido com a preocupação em melhorar de vida, integrando-se aos cursos oferecidos por intermédio da Pastoral do Menor e quer ser visto com carinho pelos familiares.

O trabalho de artes seguinte é da adolescente Jane que demonstra clareza sobre a realidade social em que vive.

³⁴ Extraído do relatório pessoal do adolescente fornecido pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN. Foram eliminados nomes e dados que identificam o adolescente – no relatório original existe o nome do adolescente e dos familiares.



Figura 5: A adolescente Jane narra como vê a sociedade e como se sente diante do que percebe.

Fonte: material cedido pela Pastoral do Menor - Pasta e Relatórios da adolescente Jane.

Pela expressão do desenho, a adolescente define que antes de ser acusada de furto e ser levada presa pelo delito começou a se sentir isolada da família. Ela conta que o pai não tem sido presente em sua vida e que desejaria fugir para um lugar distante, além disso, está cansada das críticas e tem vergonha da família e de si própria.

As informações obtidas por meio dos familiares são de que depois que a adolescente Jane começou a participar das atividades de desenho, pela análise da Arteterapia (**Figura 5**) no programa da Pastoral do Menor, passou a se preocupar mais com a vida e com as questões que a tornam feliz. A adolescente afirma que participaria sempre de atividades que lhe trouxessem prazer e alegria. A irmã de Jane e a tia acreditam “que a adolescente tem melhorado muito o comportamento e que está frequentando semanalmente o psicólogo e mensalmente o psiquiatra” (Relatório fornecido pela Pastoral do Menor). Ela “vem melhorando na organização de seus pensamentos, conseqüentemente, propiciando uma melhora na comunicação familiar, escolar e social”. A adolescente afirma que optou por ser feliz buscando mais afeto, o contato com os amigos e com a família. As atividades têm-na ajudado a ser mais criativa e a perceber suas necessidades, angústias e seus desencontros, resgatando assim o que realmente é. Na Pastoral, a adolescente participa ativamente das atividades do programa e está num processo de contínua transformação.

O desenho seguinte, de acordo com a adolescente Mariny, apresenta o valor que ela encontra nas drogas: “tudo é mágico e prazeroso” e seus dias só têm sentido com o consumo de drogas. Já consumiu maconha, cocaína e agora está consumindo *crack*. Além disso, tem os amigos de rua que abastecem seus desejos de consumo de drogas.

Quando solicitada para narrar o trabalho que acabara de realizar (**Figura 6**), foi segredado para os educadores que estava bem, feliz e que acabara de consumir drogas antes de ir para as atividades da Pastoral.



Figura 6: Desenho da adolescente Mariny para responder como estava se sentindo no momento – a adolescente tinha consumido drogas antes de ir ao encontro da Pastoral.

Fonte: Arquivo da Pastoral do Menor – Arquidiocese de Natal/RN.

A adolescente Mariny foi encaminhada ao Programa por portar substâncias entorpecentes. Quando acionada pela polícia, tentou evadir-se do local, agindo com violência, livrando-se também dos pacotes de cocaína e maconha. No grupo, ela já é conhecida pelo jovem Luan, (**Figura 7**) seu amigo, pois este fica sempre na rua e acabou fazendo amizade com Mariny.

O adolescente Luan apresenta o endeusamento das drogas, em que ele define como muito importante em sua vida, pois o faz esquecer a tristeza que vive diariamente nas ruas.



Figura 7: Desenho do adolescente Luan para responder como estava se sentindo no momento – o adolescente também tinha consumido drogas antes de vir ao encontro da Pastoral.

Fonte: Arquivo da Pastoral do Menor – Arquidiocese de Natal/RN.

Nas atividades educativas de desenho com a análise arteterapêutica, Mariny desenha elementos do mundo das drogas, como seringas e folha de maconha, e apresenta confusão de ideias. Ela narra que trabalha ajudando seu tio que é traficante. Às vezes se comporta com agressividade com alguns colegas. Ao ser perguntada, afirma que os traços de violência são uma forma de proteção que aprendeu nas ruas com os outros colegas.

Luan demonstra pouco interesse pelas atividades sugeridas de desenho e pintura, mas tem interesse no curso que demanda a formação profissional, pois tem bom desempenho no curso de pintura de casas.

O Desenho a seguir (**Figura 8**), do adolescente Silvano, retrata traços de violência. Sua família resolveu mudar-se para o povoado Sítio Raposa, em Massangana, Distrito de Extremoz na grande Natal. Essa decisão de morar no interior foi na tentativa de tirar Silvano do meio em que vivia, com muitas influências das drogas, mas essa mudança de endereço não resolveu o problema, porque Silvano desde então não fica com a família, evadindo-se de casa e voltando para Natal, ficando nas ruas do bairro de Mãe Luíza, onde morava antes de mudar.

O sítio para onde a família se mudou é um lugar agradável, com uma casa espaçosa, com mais conforto, com escola próxima, ou seja, um lugar que seria ideal para Silvano se recuperar, mas infelizmente prefere continuar exposto ao perigo das ruas (informações extraídas de relatório pessoal).

Com relação à medida socioeducativa, Silvano comparece na maioria das vezes em que é chamado pelo Programa, porém nem sempre participa de forma satisfatória, chegando atrasado e tumultuando as reuniões com brigas com os colegas e desentendimento com os educadores.

A equipe da Pastoral do Menor assumiu várias medidas para ajudá-lo: visitas domiciliares, encaminhamentos para recuperação de dependentes químicos, acompanhamento psicológico, porém o adolescente não aceita os encaminhamentos. Apesar de todo o esforço, Silvano não corresponde às orientações feitas e continua repetindo os mesmos erros.

Nas ruas do bairro de Mãe Luíza, Silvano aumentou seu consumo de drogas fazendo uso principalmente de cola, está dormindo nas ruas, pratica pequenos furtos, vende drogas e causa brigas pelo bairro. Não está estudando e abandonou a Escola Municipal Dinarte Mariz onde cursava a 5ª série do ensino fundamental.

A mãe e o padrasto, como também o tio, já por várias vezes tentaram levar o adolescente para casa, mas quando a família aparece para buscá-lo, Silvano foge e se esconde, porque prefere ficar nas ruas.

Na medida em que aumenta o envolvimento de Silvano em ações conflituosas com a sociedade, vai ficando mais difícil para ele cumprir sua medida socioeducativa de Liberdade Assistida.

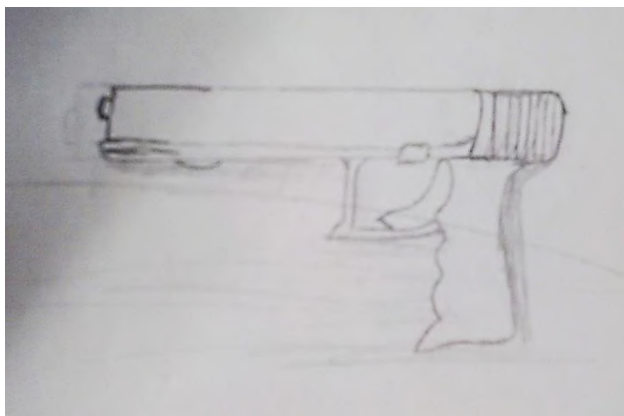


Figura 8: O adolescente apresenta no desenho traços de violência. É violento com os colegas e vem sujo e descalço para as atividades da Pastoral do Menor.

Fonte: Material fornecido pela Pastoral do Menor – trabalho de desenho de adolescente.

A medida foi iniciada no dia 20 de abril de 2005 e mantida em 06 de dezembro de 2006. A tranquilidade nas atividades não é constante, pois conforme o histórico do adolescente Silvano, embora os pais sendo presentes, as amizades acabaram desencaminhando-o e lançando-o na delinquência. Seu mau comportamento acabou refletindo em ações violentas e práticas de novos delitos, prejudicando-o na participação da medida socioeducativa.

Partes dos dados foram registradas com as conversas partilhadas no momento que os adolescentes estavam nas atividades de artes auxiliados pelas respostas da Arteterapia.

3.5.2 Prática educacional em Arteterapia com pintura

A pintura é utilizada como substrato de liberação da criatividade, com o grupo de adolescentes atendidos na Pastoral do Menor, pois “a pintura, como técnica utilizada em Arteterapia, permite exercitar novas maneiras de olhar a nós mesmos e a tudo o que nos rodeia” (CHRISTO, 2005: p. 17). O trabalho com a modalidade expressiva de pintura objetiva gerar no adolescente a capacidade de organizar o processo real de sua existência, estruturando sua forma de pensamento e dando significado a sua criação expressiva.

O material utilizado ajuda o adolescente a socializar sua vida com os colegas do grupo. Assim, “uma folha de papel e alguns gizes coloridos entre o terapeuta e o cliente ajudam a estabelecer comunicação com indivíduos com os quais o contato verbal é difícil” (CIORNAI, 2004: p. 77).

Sobre o uso da pintura na Arteterapia, Christo afirma que

A variedade de elementos presentes na técnica da pintura: as linhas, as formas, os volumes, a cor, a tonalidade, a luz, a sombra... pode funcionar como um grupo de amigos que nos estimula a desabafar, a aliviar as nossas tensões, a encontrar soluções diferentes, a ter coragem de tentar novas alternativas, a mudar o nosso olhar e, conseqüentemente, o nosso sentido (CHRISTO, 2005: p. 18).

As análises que são feitas a partir das conversas que são desenvolvidas entre os adolescentes antes do desenvolvimento da modalidade de pintura, “liberando a energia psíquica no seu fluir como ponte entre o inconsciente e o consciente” (CHRISTO, 2005: p. 17), demonstram que seus mundos são povoados por um imaginário de comportamentos violentos e pela falta de atenção de seus familiares.

As partilhas dos trabalhos em grupo e individualizados são um auxílio na organização das respostas das mudanças de comportamentos. Os projetos de melhoria de vida, que vão sendo planejados a passos lentos, são atribuídos às pequenas participações. Cada pintura aponta para a individualidade e a interioridade de cada envolvido.



Figura 9: Adolescentes finalizando seus trabalhos de pintura.

Fonte: arquivo pessoal do autor.

Os adolescentes Diego e Yan (**Figura 9** – com trabalhos em mãos), ao finalizar seus trabalhos de pintura, expressam suas alegrias. Cada um a seu modo revela o que pensa sobre o que acabara de criar. Assim, os traços realizados com a técnica de pintura se tornam “um meio eficaz para flexibilizar o nosso pensamento, guiando-nos ao encontro de opções mais criativas, trazendo à tona padrões viciosos de nossos sentimentos, retirando as vendas que cobrem nosso olhar para nós mesmos e para o mundo” (CHRISTO, 2005: p. 17).

Os adolescentes Romulo e Pablo foram convidados a expressar, pela modalidade da pintura, seus desejos e sonhos (conforme **Figura 10**). Os resultados apresentados pelos mesmos demonstram seu anseio por uma melhor condição de vida. Os adolescentes desenharam casas e ao serem interrogados pela psicóloga e pela assistente social, afirmaram que sonhavam com uma moradia melhor, que tivesse um jardim e um espaço para as brincadeiras. Ambos os adolescentes moram em uma comunidade simples, com falta de saneamento básico, com conflitos e violência constantes.



Figura 10: Adolescentes finalizando seus trabalhos de pintura.

Fonte: arquivo pessoal do autor

O adolescente Conrado (**Figura 11**) demonstra no relacionamento com os outros adolescentes do grupo certa agressividade. Com a equipe da pastoral também se mostrou arredio, com comportamento violento. A família compartilhou as dificuldades em compreender o filho, pois em casa tem assumido um comportamento de ameaça e conflito com os pais e vizinhos. As mesmas atitudes têm ocorrido na escola, e já foi convidado a se retirar devido ao seu comportamento oscilante entre agressão e violência. Trata-se de um adolescente de 15 anos que chegou à Pastoral do Menor sem interesse em ir à escola. Para continuar no programa, ele foi orientado a permanecer na escola. O mesmo revelou as dificuldades de se manter dentro da sala de aula, alegando que acha as aulas chatas, cansativas e que os professores se parecem com seus pais, pois reclamam o tempo todo do que ele faz.



Figura 11: Adolescente Conrado realizando atividades de arte com a modalidade de pintura.

Fonte: arquivo pessoal do autor

Com os trabalhos de Arteterapia, o adolescente desenvolveu uma maior tranquilidade, já não anda muito na sala de aula e já consegue ficar sentado na carteira por mais tempo. A família dele acredita que nessa instituição seu filho tem melhorado e já faz planos para o resgate das amizades perdidas em sua comunidade de origem. Conrado partilha com os colegas e com os educadores sociais os seus traços de pintura e ao mesmo tempo relata os acontecimentos da semana.



Figura 12: Trabalho realizado por adolescente com a finalidade de responder o que ele mais deseja pra sua vida.

Fonte: arquivo pessoal do autor

Outro caso é o de Gomes (**Figura 12**). Ele realiza uma pintura na qual aparecem figuras que se mesclam de maneira impressionante: seres humanos e natureza se intercalam – animais, plantas, céu azul, mar ou sol – e surgem justapostos em sua linguagem singular, que muitas vezes denuncia seus atos de prazer e violência, chamando a nossa atenção para a felicidade e crueldade do ser humano, em suas relações de poder com seus semelhantes e com a própria natureza.



Figura 13: Trabalho, de pintura coletiva, realizado por adolescentes com a finalidade de responder o que eles entendem por vida.

Fonte: arquivo pessoal do autor

Assim, esses adolescentes com seus trabalhos de pintura (**Figura 13**) vão aos poucos descobrindo seu ser interior a partir da identificação com o que produzem, demonstrando desejos e esperança de melhorar suas ações na conquista da inserção social. Neste caso, “a Arteterapia contribui para estimular a criatividade, porque se vale, em sua aplicação e método, de variadas formas e expressão, fazendo florescer as potencialidades criativas e latentes dos indivíduos” (GOLINELLI, 2002: p. 203).

3.5.3 Prática de educação em Arteterapia com argila

Nas intervenções com adolescente em Liberdade Assistida, as práticas de educação em Arteterapia com argila trazem uma facilidade na manipulação e na confecção de atividades direcionadas. Uma das atividades trabalhadas é a “Criação do Mundo”, na qual o adolescente vai sendo orientado a produzir em argila o passo-a-passo: criação dos animais, vegetais, o homem, trazendo para as atividades a leitura bíblica como modalidade do trabalho de sensibilização dos envolvidos. Conforme Chagas (1996), “a utilização da argila pelo homem para construção de objetos é uma de suas mais antigas manifestações, seja como ‘barro moldado seco ao sol’, seja como ‘barro cozido ao fogo’ (CHAGAS, 1996: p. 28).

Para ser modelada, a argila tem de ter plasticidade e consistência de liga, requer a secagem para eliminar a água, podendo ser colocada em local seco ou ainda ser submetida ao sol para o processo de evaporação. Pode ganhar consistência e resistência com o cozimento em fornos caseiros ou elétricos. “Por outro lado, uma argila muito dura requer água para amolecê-la. Ela estará em boas condições para a criação da peça caso não esteja grudando nas mãos” (PEREIRA, 2012: p. 101).

Figura 14: Na prática em Arteterapia com a técnica da modelagem em argila foi solicitado que o adolescente expressasse quais são os elementos da natureza que lhe motivam.



Fonte: Arquivo fotográfico da Pastoral do Menor – Natal/RN.

O adolescente Patrick em seus trabalhos de modelagem (**Figura 14**) esculpe na argila o que lhe chama à atenção na natureza: lua e estrela. Demonstra que o universo é grande, belo e cheio de alegria na existência das coisas. Os trabalhos de Patrick demonstram que “a argila é um material de fácil utilização, mas requer pequenos cuidados para não quebrar ou se desprender. Uma argila muito pegajosa tem excesso de água e precisa ser bem amassada” (PEREIRA, 2012: p. 101).

Patrick, ao manusear a argila, envolve-se em seus problemas sociais, partilha que mora próximo ao morro do bairro de Felipe Camarão, mas que lá as coisas não são tão belas segundo ele.

Na atividade seguinte (**Figuras 15**), o adolescente Humberto, que tem 17 anos de idade e está há seis meses na medida socioeducativa, recorda as experiências da vida. O educador social, então, solicita que Humberto modele com a argila as recordações de sua vida. E é retratando o momento da infância, com a modelagem de animais, que Humberto se lembra da fazenda de seus avós, no sertão do Rio Grande do Norte.

Para ele, as lembranças são aterradoras, comovem e trazem sofrimento por conta dos acontecimentos que vive no momento. Acredita que se morasse com os avós nada de ruim teria lhe acontecido (retrata a violência que sofre e cometeu).



Figura 15: O adolescente é orientado a manusear a argila criando o que lhe faz recordar os momentos bons já vivenciados por ele.

Fonte: Arquivo fotográfico da Pastoral do Menor – Natal/RN.

Humberto se vê tomado por uma gama de lembranças que o levou à medida socioeducativa da Liberdade Assistida. As esculturas de cavalos, bois, cachorros ou outros animais retratam as lembranças do sítio em que viveu momentos de alegria com os avós e os familiares na infância.



Figura 16: Atividade de arte com texto bíblico sobre a criação do homem. O adolescente é orientado a manusear a argila criando, pouco a pouco, o que está sendo contado na leitura da criação do homem. Este primeiro passo geralmente é bem executado pelo adolescente.

Em seguida, o adolescente é convidado a se produzir, levando em conta o fato das diferenças entre si e os seus semelhantes.

Fonte: Arquivo fotográfico da Pastoral do Menor – Natal/RN.

O desenvolvimento da atividade com a modelagem em argila o levou a se aproximar das lembranças, sendo esta técnica passível de resultados positivos para a percepção do eu interior.

A atividade seguinte (**Figura 16**) é do adolescente Josafá que está em um estágio em que atingiu seus objetivos. Está no último mês da medida socioeducativa e faz planos para o futuro.

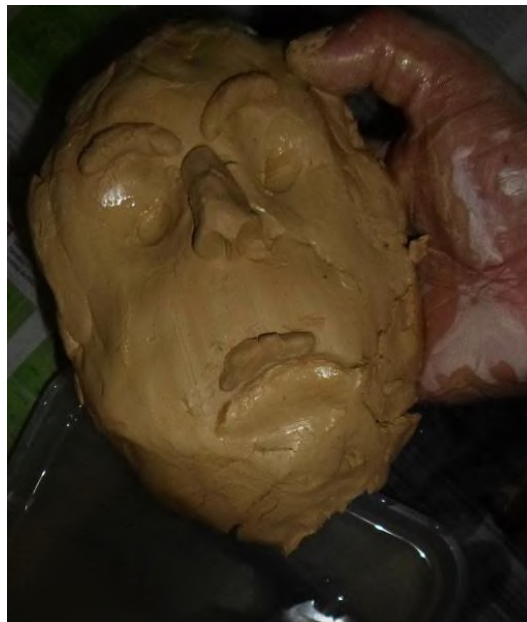
O adolescente Josafá é orientado a criar com a argila a imagem do homem e em seguida sua própria imagem.

Josafá mora no bairro de Ponta Negra, próximo do Morro do Careca, com contato com a natureza. Em suas narrativas, afirma que o lugar com bastante turistas, que sempre vão e vêm, o faz alimentar o desejo de roubá-los (motivo de estar na medida socioeducativa). Ele afirma que gosta de executar a atividade com o manuseio da argila, pois o aproxima da natureza.

A manipulação da argila para esta atividade leva o adolescente Belarmino a perceber seu rosto, sua beleza, retratando a si como se gosta (**Figura 17**). Embora não se encontrem respostas imediatas e concretas para a finalidade desta atividade, o simples fato de pensar em si para esculpir uma máscara representa um grande passo para a interiorização pessoal. Conforme a autora Chiesa (2004),

a modelagem facilita o contato direto com o material, com as sensações e, portanto, desencadeia rapidamente o conteúdo emocional. Dessa forma, contribui para a emergência das emoções que, por sua vez, são sentidas no corpo e se expressam através do movimento e das sensações (CHIESA, 2004: p. 54).

Figura 17: A atividade consiste na criação da máscara pessoal. O adolescente foi solicitado a produzir seu próprio rosto de acordo com a sua percepção.



Fonte: Arquivo fotográfico da Pastoral do Menor – Natal/RN.

O uso da argila para modelar facilita uma gama de atividades, pois mesmo antes dos trabalhos significativos com Arteterapia no Brasil, a argila já era usada no processo terapêutico. Sua utilização como ferramenta terapêutica traz a proximidade dos elementos da natureza facilitando o manuseio da água e da argila para serem manipuladas. Estes dois elementos têm significado simbólico bíblico: “Pois tu és pó e ao pó tornarás” (Gênesis 3,19), abstraindo a existência como sinônimo de coexistência criadora que articula a percepção e sensação.

3.5.4 A Arteterapia com a utilização da música

A partilha em Arteterapia com a modalidade da música ajuda o adolescente a exercitar a escuta, a criação e a socialização de sua participação com os colegas. A escuta é um exercício que deve ser aprimorado no adolescente, pois há uma grande dificuldade de concentração e atenção tanto na família como em vários seguimentos de participação: escola, pastoral e sociedade. A técnica da criação da música articula esses campos e ajuda o adolescente a uma maior concentração ao partilhar seus trabalhos com o grupo.

Estas três ações: escutar, criar e partilhar, na modalidade da música, requerem controle das habilidades psicomotoras, por enfatizar a inter-relação entre o grupo, confirmando-se em todas as práticas de educação em Arteterapia como campo interdisciplinar. Ou seja, a escuta aciona vários campos do conhecimento, socializando a necessidade de se estabelecer

conexões entre esses vários eixos de conhecimentos. Neste sentido, as atividades musicais são operacionalizadas por uma sequência interdisciplinar.

A descoberta dos elementos musicais a partir destes fatores arteterapêuticos dar-se-á, igualmente, por identificação oriunda das manifestações culturais de cada adolescente nas relações com a comunidade e principalmente nas vivências familiares.

Com o desenvolvimento do cântico, ocorre a preparação geral do corpo e de suas emoções para a otimização da voz como formação da capacidade de viver experiências práticas sensíveis do saber pensar, saber sentir, saber ouvir e saber produzir. A partir disso, criar formas melódicas e harmônicas, rítmicas, textuais, temáticas e timbres, contribuindo com o grupo dos adolescentes que participam destas atividades.

Na execução das práticas educativas da música por uma análise em Arteterapia os adolescentes sentem os diferentes sons. Neste sentido, “na medida em que operacionalizam estes círculos com a decodificação do material elaborado na etapa anterior, vão sendo gravadas as discussões que serão, na que se segue, analisadas pela equipe interdisciplinar” (FREIRE, 2013: p. 156).

As atividades de Arteterapia com música iniciaram-se com a decodificação do repertório de músicas dos adolescentes, para, a partir desse repertório, ampliar seu horizonte e construir uma educação do ouvir. O canto em grupo mostrou-se eficiente nesse processo, uma vez que é uma atividade natural para eles, considerando-se, ainda, que alguns tocam violão e estão participando de um “Grupo de Violão”.



Figura 18: Arte coletiva, meramente ilustrativa, feita com colagem de diferentes materiais para identificar qual a importância da música na vida dos adolescentes.

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Para estimular sua percepção foi solicitado que o grupo elencasse os sons desagradáveis do cotidiano na comunidade: latidos de cachorro do vizinho; música repetitiva do carro de

gás; gritos das vizinhas com os filhos; forró e funk; som alto de festas nos finais de semana; ruídos de motos e vizinhos ouvindo ou cantando alto músicas bregas.

O adolescente Plínio ao partilhar suas experiências de música com o grupo, afirma que agora gosta de ficar em casa exercitando as atividades de violão. O adolescente Valério dividiu com o grupo suas ideias sobre o que aprendeu com as atividades de música. Afirma que agora sua atenção se redobra em relação aos sons que o rodeiam na comunidade depois que começou a participar das atividades de música na Pastoral do Menor. Consequentemente, ao se levar os adolescentes a compreender e a se encaminhar para o desenvolvimento dos processos de percepção e imaginação a partir dos sons, possibilita-se a melhoria de sua expressão, de sua sensibilidade, levando-os a interferir positivamente no ambiente cultural de suas comunidades.

A prática do canto em conjunto propiciou um ambiente alegre e descontraído, e muitos narraram a participação das famílias em festas de final de semana ou em encontros comunitários diversos. Neste caso, conforme Heitor Villa-Lobos:

O canto coletivo, com seu poder de socialização, predispõe o indivíduo a perder no momento necessário a noção egoísta da individualidade excessiva, integrando-o na comunidade, valorizando no seu espírito a idéia da necessidade de renúncia e da disciplina ante os imperativos da coletividade social, favorecendo, em suma, essa noção de solidariedade humana, que requer da criatura uma participação anônima na construção das grandes nacionalidades (VILLA-LOBOS, 1987: pp. 87-88).

Tal definição imprime sentido ao significado da música no tratamento arteterapêutico e exige a percepção do comportamento egoísta, com a necessidade de ação sincrônica à solução da atividade do grupo. Por isso, o cântico em forma de coral leva o adolescente a sentir o conjunto do grupo e o sentido de um comportamento cooperativo.

O adolescente Plínio afirma que pela música aprendeu a ser mais paciente, tranquilo e a exercitar os seus gostos musicais. Desta forma, percebeu-se que a música é um elemento poderoso na inserção social, capaz de produzir no adolescente uma percepção nova de suas condições de vida e possíveis mudanças a partir de uma melhor integração no mundo em que vive.

3.5.5 Prática educativa de Arteterapia com expressão corporal em dança/teatro

A expressão corporal desencadeia o movimento do corpo pelas diferentes formas de movimentos. Com os adolescentes, as práticas de dança e teatro podem ser iniciadas a partir

de exercícios associados ao esporte, trazendo melhores resultados, pois acabam diminuindo a sensação de vergonha e inibição. Com o conhecimento do corpo vem a aprendizagem da vida, e Conforme Freire:

Quanto maior se foi tornando a solidariedade entre mente e mãos, tanto mais o suporte foi-se virando mundo e a vida, existência. O suporte veio fazendo-se mundo e a vida, existência, na proporção que o corpo humano vira corpo consciente, captador, apreendedor, transformador, criador de beleza e não “espaço” vazio a ser enchido por conteúdos (FREIRE, 2011A: p. 51).

A expressão corporal pelas modalidades de dança, jogos esportivos e teatrais auxilia o adolescente nas relações pessoais, aproximando o grupo de suas finalidades reais.



Figura 19: meramente ilustrativa para apresentar o grupo em expressão corporal. **Fonte:** Arquivo da Pastoral do Menor.



Figura 20: meramente ilustrativa para apresentar o grupo em expressão corporal. **Fonte:** Arquivo da Pastoral do Menor.

Pela expressão corporal, os adolescentes exercitam todo o corpo com atividades de esporte e, na sequência (**Figuras 19 e 20**), com danças individualizadas aquecem o corpo e estimulam os movimentos.

Os adolescentes são participativos e gostam de corresponder a essa modalidade, como forma de relaxar e sentir-se bem. O adolescente Theilon afirma que gosta de assistir às peças de teatro e que também gostou das apresentações no Parque das Dunas, em comemoração ao dia das crianças.



Figura 21: Passeio de educadores sociais e adolescentes ao Parque das Dunas. **Fonte:** Arquivo da Pastoral do Menor – Natal/RN, 2014.

A expressão corporal pela modalidade do teatro leva o grupo a transitar por novos simbolismos, novos mundos imaginários. O teatro é um importante meio de integração dos adolescentes, prendendo a atenção nas personagens como forma de diversão. Embora pouco trabalhada, essa técnica pode ajudar o adolescente a interpretar novas realidades, assumir novos estados de ser alimentando a existência pessoal.

Na Pastoral do Menor de Natal, esta modalidade ocorreu como atividade de campo na qual os adolescentes foram mais para passear e assistir peças de teatro, do que executar essa prática, deixando poucas alternativas de análise em nossa pesquisa.

3.6 Arteterapia como prática interdisciplinar de educação

Nesta pesquisa, como tratamos da importante ação da Pastoral Social da Igreja Católica no Brasil, através das ações da Pastoral do Menor, não poderíamos deixar de fazer a ponte entre dois significativos métodos: o do ensino das Artes no Brasil e o da prática libertadora da “Teologia da Libertação” na América Latina que auxiliou, de certa forma, o pensamento do pedagogo Paulo Freire.

As respostas são apuradas pela junção da proposta triangular de Ana Mae Barbosa (1991) e do Método Ver-Julgar-Agir (CHALOUB, 1989), em conformidade com a integração de mudanças em que aquela acrescenta a socialização e este a celebração. Neste sentido, “ensinar arte significa articular três campos conceituais: a criação/produção, a percepção/análise e o conhecimento da produção artístico-estética da humanidade, compreendendo-a historicamente e culturalmente” (MARTINS, 2010: p.12), podendo aproveitar, dessa forma, esses diferentes campos na execução arteterapêutica.

Entendemos a Arteterapia como um campo de múltiplas respostas que não se fecha em um simples fazer ou repetir de ideias sugeridas pelas propostas das artes. Também não é uma análise individualizada da realidade do indivíduo sugerida pela psicologia ou estâncias psicanalíticas, sendo então a junção de coparticipação de artifícios das artes e das terapias tradicionais ou modernas que geram ações, participações e partilhas das emoções. Neste caso, Selma Ciornai (2004) nos chama a atenção para o fato de que “tanto na arte quanto na terapia manifesta-se a capacidade humana de perceber, figurar e reconfigurar suas relações consigo, com os outros e com o mundo” (CIORNAI, 2004: p.36).

Como uma área que vem sendo bastante explorada na atualidade, a Arteterapia aponta caminhos diversificados de trabalho com diferentes grupos e diversidade social, em contrapartida “a Arteterapia tem condições de atuar como nutriente para esse mundo invisível da imaginação, dos sentimentos, das ideias, das fantasias, dos desejos, facilitando sua expressão de forma criativa por meio da arte, tornando-os conscientes” (SAVIANI, 2005: p. 159).

A Arteterapia não anula as velhas práticas de ajuda humana pelas vias psicológicas e analíticas terapêuticas e ao passo que desempenhamos novas funções acabamos por reposicionar a subjetividade “misturando o velho com o novo, o conhecido com o sonhado, o temido com o vislumbrado, trazendo assim novas integrações, possibilidades e crescimento” (CIORNAI, 2004: p.36).

Para um grupo específico como o dos adolescentes em Liberdade Assistida, não significa que o trabalho seja fácil, sendo necessário que os envolvidos sejam levados a compreender e aceitar sua realidade. Neste sentido, “a conscientização desse mundo interior possibilitará a transformação no mundo físico, visível” (SAVIANI, 2005: p. 159).

Ao estabelecer conexões de comunicação e compreensão da realidade, ambos os envolvidos pela prática educativa da Arteterapia experimentam diferentes sentimentos estabelecendo ligação com seu mundo interior. Assim, a Arteterapia pode ser compreendida como:

termo que designa a utilização de recursos artísticos em contextos terapêuticos. Esta é uma definição ampla, pois pressupõe que o processo do fazer artístico tem o potencial de cura quando o cliente é acompanhado pelo arteterapeuta experiente, que constrói uma relação que facilita a ampliação da consciência e do auto-conhecimento, possibilitando mudanças. No entanto, apesar de o termo “arte” referir-se de modo geral a diversas linguagens artísticas, o termo “arteterapia” ficou relacionado ao trabalho de profissionais que utilizam preponderantemente as artes plásticas como recurso terapêutico e o termo “artes em terapia” ou “terapias expressivas” para denominar o uso mais amplo das diferentes linguagens artísticas (CIORNAI, 2004: p. 7).

Neste sentido, a Arteterapia age em sintonia com a melhoria da qualidade de vida a partir dos sentimentos de reorganização do ser interior para aprender a viver e falar da vida. A Arteterapia nos leva à nova forma de aprendizagem do ser e, de acordo com Freire, “quando aprendemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade” (FREIRE, 2011A: p. 26).

Neste ínterim, a estética da vida aprisionada nos segredos do corpo precisa emergir para dar abertura a um novo ser. Por isso, a Arteterapia pode contribuir em muito com esta nova aventura da vida, e conforme aponta Allessandrini:

A intervenção arteterapêutica representa um caminho para o resgate da saúde de pessoas que estão em risco social – questão bastante presente no dia a dia do homem brasileiro – assim como para a promoção de saúde, diante de um público diverso, tendo o ser humano como ponto de encontro e seu ser criador como aspecto a ser resgatado, acordado ou alavancado (ALLESSANDRINI, 2010: p. 16).

A Arteterapia pode ser apreciada por uma visão holística e sistêmica do mundo: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade (**Figura 22**). Ou seja, abrange diversas conexões da existência do ser humano. Atinge visão, percepção, sentimentos, sonhos utópicos, alimentando o imaginário individual e coletivo do ser.

Embora as atividades em Arteterapia possam ser aplicadas, atualmente, por educadores que não sejam especialistas ou formados em Arteterapia, no futuro, os diagnósticos deverão ser realizados por um Arteterapeuta de acordo com as normas da UBAAT (União Brasileira das Associações de Arteterapia)³⁵.



Figura 22 – Definição Interdisciplinar da Arteterapia. **Fonte:** Comparativo do Método Triangular acrescido do quarto passo Socializar de Ana Mae Barbosa (BARBOSA, 1991) e o Método Ver, Julgar, Agir e Celebrar, (CHALOUB, 1989) de eficiência no trabalho com o adolescente em Liberdade Assistida – criação do autor.

A Arteterapia constitui, assim, um novo conhecimento a auxiliar a melhoria da qualidade de vida humana. É importante juntar os cacos do que restou do conhecimento fragmentado e transformar em novas formas consistentes de conhecimentos, dando novos ares à necessidade de aprender e ensinar na modernidade. Neste caso, conforme nos aponta Chaloub (1989), ao afirmar que “o método do Ver-Julgar-Agir é, então [...] uma abordagem

³⁵ Lembramos aqui que quando iniciamos esta pesquisa não existia a UBAAT como está formulada hoje, demonstrando que essa área de conhecimento tem aumentado significativamente no Brasil. Lembramos ainda que, na mesma ocasião, a Prof.^a Dra. Nísia Floresta Brasileira Augusta de Paula e Sousa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN nos incumbiu de pesquisar o material referente à Arteterapia. O que apuramos dos anos de 2005 a 2007 foram poucos sites que tratavam sobre o assunto indefinidamente, apontando Nise da Silveira e Osório César como pioneiros no uso das artes nos processos terapêuticos. Alguns sites apontavam que a Arteterapia já vinha sendo desenvolvida na América Latina, mesmo que de forma bem tímida e em alguns países da Europa. Foi com esses dados que a Prof.^a Dra. Nísia fundamentou e criou o curso de “Arteterapia e Educação do Ser” que foi ofertado na UFRN no ano de 2011.

dialética. Não se esgota na *empíria*. Procura compreender o fato em sua realidade social, complexa, contraditória, opaca, estabelecendo com a mesma realidade uma relação imediata, concreta, transformadora” (CHALOUB, 1989: p. 26).

Da mesma forma, a Arteterapia se utiliza da técnica dialética, pois conforme Freire não podemos nos negar a assumir a “prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuarem mantendo-os como quase “coisas”, com eles estabelece uma relação dialógica permanente” (FREIRE, 2013: p. 77).

Diríamos que é necessário e urgente humanizar o próprio conhecimento humano, dando sentido ao enredo das coisas, resgatando valores que foram dilacerados pela nova onda de ceticismo no processo de ensino e aprendizagem. O conhecimento não pode ser dado como uma escolha niilista, vazio das probabilidades atribuídas ao desenvolvimento da vida.

A iminência dos processos interdisciplinares não pode ser verificada simplesmente nas disciplinas que foram majoritariamente outorgadas pela academia, pois, sendo assim, alimentaria o aumento da incredulidade do saber. Por isso, as relações interdisciplinares podem dar-se instantaneamente no dinamismo dos processos arteterapêuticos: a) contextualizar (VER) – subtende diferentes formas de saber, múltiplos argumentos, minuciosas teorias, diversidades de plásticas que teorizam e ajudam no conhecimento de algo, pelo véis do exercício dos sentidos; b) apreciar (JULGAR) – é o encanto pela realidade que se apresenta de diferentes ângulos: deformada, reformada, reformulada, incompleta ou completa pela interferência do sujeito apreciador. Julgamos e pré-julgamos a realidade e nos transformamos em juízes das mudanças que operamos no mundo interior e pessoal de nós mesmo a partir do que vemos no mundo exterior; c) praticar (AGIR) – é o construir e reconstruir da existência com “a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento de mundo tem historicidade” (FREIRE, 2011A: p. 30).

Nos desafios das práticas de educação em Arteterapia, estão os meios significativos de expressar os sentimentos. As atividades da Pastoral do Menor, no momento da pesquisa, transformaram-se em formas de comunicação e de linguagem entre o adolescente e educador social, pois ao desenhar e pintar, o adolescente realiza uma troca de energia entre o objeto pensado e sua própria estrutura de ser em formação, ao expor os sentimentos que até então não eram passíveis de serem expressos. Seus trabalhos revelam, ao mesmo tempo, uma necessidade de transformação pessoal e social.

A Arteterapia ajuda o adolescente no desenvolvimento da criatividade, expandindo a capacidade de comunicação e revelação de suas necessidades. Neste ínterim, as práticas educativas de Arteterapia têm como finalidade ativar questões com aspectos físicos, mentais, sociais e espirituais.

O intuito do educador social é, ao verificar as necessidades do adolescente, assumir o propositivo presente e futuro, como parte de seu planejamento e das políticas públicas a que se propôs.

Por apresentar um leque bastante multifacetado e colorido de temas e linguagens expressivas (pintura, desenho, musicalização, poesia, teatro, literatura, mitologia, histórias de vida, qualidade de vida e paz planetária), os trabalhos da Pastoral do Menor também atendem as finalidades da Arteterapia. Neste sentido, a Arteterapia é entendida como a utilização preponderante das linguagens terapêuticas. Especialmente porque, em geral, quem vem da área de Artes Plásticas e Arte-educação não tem conhecimento nenhum do que constitui a escuta, o olhar e a ação terapêutica, pois trabalha com outros referenciais, e leva tempo para quem não é terapeuta adquirir o olhar, a escuta, a postura e o conhecimento sobre a alma e a psique humana que caracterizam a formação do profissional terapeuta. Mas não podemos nos entregar ao fato de que “o discurso ideológico nos ameaça de anestesiar a mente, de confundir a curiosidade, de distorcer a percepção dos fatos, das coisas, dos acontecimentos” (FREIRE, 2011A: p. 129). Precisamos continuar na busca do entendimento sobre esta nova forma educativa de ver a realidade humana. Nas descobertas arteterapêuticas, “a alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (FREIRE, 2011A: p. 139).

Apesar de haver bastantes conteúdos sobre linguagem artística e artes plásticas, a Arteterapia é constituída de uma fundamentação mais sólida quanto ao pensamento terapêutico que deve orientar a atuação do arteterapeuta.

Os componentes de abordagem da Arteterapia estabelecem relações interdisciplinares porque visam ao desenvolvimento do processo mental do adolescente, geram respostas de comportamentos que necessitam de ensino e de aprendizagem para aprimorar a percepção dos referenciais morais e éticos no agir.

Nas ações e intervenções terapêuticas em Arteterapia, é o pensamento terapêutico que deve auxiliar na escolha de materiais e técnicas em Arteterapia. Especificamente, embora esse campo abranja a arte educação, a terapia artística também aprofunda propriamente temas como Arteterapia em casos de distúrbios psiquiátricos e neurológicos. Neste sentido, percebe-

se que a Arteterapia é um campo de conhecimento bastante amplo e tem como finalidades educativas proporcionar maior qualidade de ação da Pastoral do Menor, do educador social e do adolescente. Aprendemos com a prática educativa em Arteterapia que:

Se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar. Lido com gente e não com coisas. E porque lido com gente, não posso, por mais que inclusive me dê prazer entregar-me à reflexão teórica e crítica em torno da própria prática docente e discente, recusar a minha atenção dedicada e amorosa à problemática mais pessoal deste ou daquele [...] (FREIRE, 2011A: p. 141).

Nossas clarezas são de que Arteterapia não é juntar matérias de Arte com matérias de psicologia. Não é suficiente essa compreensão, pois a Arteterapia tem uma especificidade própria, apesar das interfaces com a área das artes e da psicologia, é um campo próprio de conhecimento, como é a musicoterapia, a dançaterapia, entre outras. A Arteterapia leva os envolvidos, principalmente, à valorização do ser humano em sua totalidade.

As atividades em Arteterapia representam expressivos veículos de comunicação, principalmente quando as palavras não são suficientes para manifestar os conflitos, facilitando a criatividade e a imaginação, tornando as atividades mais prazerosas para o ser humano. Ao adolescente, essa interação proporciona uma satisfação conjunta, tornando-se uma linguagem que dialoga com a mente emocional, cuja finalidade se desdobra na descoberta de si e do outro. Os instrumentos desta ação passam pelas realidades de vidas que são compartilhadas, relatando os momentos de dificuldades e conflitos vivenciados por cada um. “Uma “situação-limite”, como realidade concreta, pode provocar em indivíduos de áreas diferentes, e até de subáreas de uma mesma área, temas e tarefas, que exigem, portanto, diversificação programática para o seu desvelamento” (FREIRE, 2013: p. 149).

As atividades em Arteterapia realizadas com o adolescente fazem menção a estados emocionais específicos e conduzem, por associação, a vivenciar emoções. Alegria, angústia, abandono, tristeza, revolta, poder e entusiasmo são mensagens emocionais que recolhemos das expressões artísticas nas suas mais diversas modalidades, tais como: música, literatura, poesia, dança, teatro, pintura e escultura. O próprio ato de criação artística é um momento riquíssimo, ao colocar o adolescente em contato com seus símbolos e significados muitas vezes inconscientes, para transmitir um estado interior e autoconhecimento na elaboração de conteúdos internos.

Ao desenhar ou pintar, experimentamos sentimentos e emoções que são transmitidos pela obra acabada, seja no tema escolhido, no material, na cor e até mesmo no estilo do traço

ou da pincelada. O contato com eles já nos leva a descobrir muito sobre nós, além da possibilidade de autoeducação, permitindo-nos identificá-los, perceber se são suaves ou penosos, ajudando-os a expressar e encontrar formas positivas de canalizá-los. Neste caso, as intervenções em Arteterapia resgatam, necessariamente, a problemática pessoal do indivíduo, suas dores, sofrimentos, mágoas, angústias e tristezas. Em suas histórias de vida, encontramos os mesmos elementos que preconizam a gênese de qualquer adolescente nordestino.

Alguns adolescentes nos narram ainda que a aproximação com a arte trouxe novas possibilidades de sonhar, gerando a necessidade de assumir um novo projeto de vida que passa necessariamente pelo mundo do trabalho. Tais atividades serviram para ajudá-los a fazer uma análise comparativa do seu mundo anterior com o atual, marcado por uma ferida dos delitos que, momentaneamente, parece-lhes ainda mais angustiante frente ao descortinar dos novos horizontes.

Nas análises feitas pelos adolescentes nem sempre as questões estão claras. Alguns são inconstantes, inseguros, incapazes de perceber que seus atos e delitos estão em desacordo com a sociedade. Suas observações deixam transparecer que sua arte surge de seus sentimentos de indignação. No entanto, está mais associada à exaltação da condição de existência do ser humano.

É importante levar os adolescentes a desenvolver maior interesse pelo mundo da fantasia ou abstração da realidade, a fim de que eles percebam que a vida em sua realidade não se desfaz de forma alguma dos sonhos, pois esses são reveladores de elementos que perfazem a trajetória humana.

3.7 Resultados: benefícios e beneficiados

Nas práticas educativas em Arteterapia, o educador social deve desenvolver um clima de cordialidade e acolhida do adolescente, pois a participação no grupo, inicialmente, pode representar uma tarefa desafiadora. Convidar o adolescente a criar algo, pintar, desenhar ou revelar seus sentimentos com a utilização de tintas, recortes de papel, colagens, expressão corporal, cântico ou outras práticas de artes, além de ser receptivo, encorajador, desenvolve uma proximidade que não representa a necessidade de cobrança e de pressa na execução das ações.

É importante que as dinâmicas, com recursos variados, tenham a finalidade de motivar o adolescente a participar com o sentimento que está sentindo no momento. Quanto mais diversificados forem os materiais de artes, mais resultados obterá, pois, cada um envolve-se

de um jeito único e pessoal. Por isso, é importante a atenção às diferentes linguagens subjetivas do adolescente.

São essas linguagens subjetivas que assessoram as respostas finais dos diagnósticos arteterapêuticos. Não basta pintar e desenvolver bons trabalhos de artes, tem de revelar-se nos passos solicitados ou não.

Os desafios se expressam na necessidade de uma presença flexível, sobretudo nas práticas educativas em Arteterapia, que caminhem para a construção de um real protagonismo do adolescente com a possibilidade de alinhar seus interesses profissionais, éticos, morais com as atividades propostas. Estas práticas têm o intuito de ajudá-lo a desenvolver sua capacidade de reflexão e de criação dentro de uma condição pessoal reveladora de sujeito partícipe de suas ações que se revelam na linguagem.

É preciso falar sobre os sentimentos, os desejos e as arestas que o impedem de ser plenamente livre. Só no diálogo, em que o adolescente pela linguagem se revela, será possível ao Arteterapeuta e ao educador social perceberem as reais reivindicações pessoais de cada adolescente acompanhado no Programa Liberdade Assistida. Conforme Lucia Santaella (2003):

É através da linguagem que o ser humano se constitui como sujeito e adquire significância cultural. Os tipos de cargas que a sociedade impõe sobre os indivíduos, a natureza dos constrangimentos e domínio com que ela opera produzem seus efeitos na linguagem. Esses efeitos tendem a ser obliterados pelo privilégio sistemático que costuma se dar ao sujeito como ponto de origem da motivação, consciência e intenção (SANTAELLA, 2003: p. 127).

Pela linguagem, o adolescente se torna copartícipe de sua condição social. Ele revela suas angústias com ressignificado na divisão de tarefa de construir conhecimentos de si, com atuação consciente em direção à construção de sua autonomia.

Quando a linguagem do adolescente é socializada por novas abordagens como no caso das atividades em artes, e a dimensão da Arteterapia, com sinais claros de participação e partilha pessoal, surge a probabilidade da descoberta de novas potencialidades pessoais.

Os beneficiados com os resultados da pesquisa são a comunidade em geral, aqueles que trabalham com adolescentes envolvidos com a problemática moderna de delinquência, os educadores sociais que terão subsídios teóricos para reinterpretação de suas ações como educador da educação informal, a Pastoral do Menor, por reafirmar a importância de sua ação com entidade de cunho social sem fins lucrativos e os arteterapeutas, pela reafirmação da

importância da Arteterapia como forma de intervenção e melhoramento do ser. Os benefícios são a facilitação e compreensão do trabalho com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas por meio da releitura interpretativa de dados.

O âmbito deste estudo buscou produzir literaturas interligando subsídios teórico-práticos relativos ao emprego da modalidade expressiva da Arteterapia como apoio no aprimoramento das propostas da Pastoral do Menor, como ação executada por seus educadores sociais, em que o trabalho de intervenção com adolescente em Liberdade Assistida busque a compreensão da Arte como auxílio na percepção da sua identidade pessoal.

A Arteterapia tem como objetivo expressar a existência e as emoções humanas mais profundas através dos seus elementos formativos, visando uma melhor integração dos envolvidos com o sentimento de bem-estar e integração com o meio social, aprimorando a capacidade de profissionais para um melhor exercício de suas funções. Além disso, nas questões em torno da problemática da Arteterapia e da psicoterapia, os princípios são voltados para um novo educar-se, para um novo sentido da vida através de aulas presenciais, aulas expositivas, palestras com especialistas, seminários, trabalhos em equipe, pesquisas, exposição de filmes e documentários, atividades paradidáticas, aulas de campo, aulas passeio, oficinas pedagógicas e práticas vivenciais. A Arteterapia também diminui o risco de violência social dos adolescentes atendidos pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN, promovendo a cidadania por meio da arte e da música como forma preventiva.

Nesta pesquisa, os objetivos propostos foram satisfatoriamente alcançados tendo em vista que, ao exercitar corpo, mãos, mente e coração, os adolescentes passaram a desenvolver comportamentos mais integrados, menos agressivos, mais saudáveis e com hábitos cooperativos, como se depreende das análises efetuadas em seus depoimentos. Considerando-se “a importância da utilização da Arteterapia para facilitar a expressão de componentes simbólicos” (ARCURI, 2006: p. 87) em suas várias linguagens, optou-se pela ênfase na utilização dos recursos artísticos oriundos das artes visuais integrados às linguagens artísticas diversas que permitissem aos adolescentes a descoberta de suas potencialidades criativas, através de oficinas. As técnicas artísticas visuais dialogaram com a expressão corporal, a argila e a música.

A sociedade contemporânea tem alcançado grandes avanços tecnológicos, mas não consegue diminuir os constantes conflitos de ordem social, política e cultural que afetam, sobretudo, as camadas mais carentes da população. Ao mesmo tempo em que queremos

descobrir novas abordagens pedagógicas, defrontamo-nos com uma série de conflitos: os adolescentes chegam à escola com muitos problemas e dificuldades de aprendizagem. Quanto aos adolescentes infratores, a sua concentração e capacidade de assimilar informações éticas e morais são ainda mais reduzidas.

Como educadores sociais, temos de renovar o olhar para o processo educacional desses adolescentes, levando em conta que, na maioria das vezes, podemos não estar preparados como educadores para enfrentar algumas consequências geradas pela problemática social atual. O que fazer? Buscar o equilíbrio pessoal, pedindo ajuda aos colegas, aos administradores escolares, capacitando-se profissionalmente, desenvolvendo um processo de descoberta do sentido da vida. Só assim, alcançaremos os objetivos propostos nos planejamentos didáticos e poderemos criar ambientes, tanto físicos como culturais, nos quais os adolescentes poderão desenvolver as habilidades e as competências de base que eles precisam no momento certo. Às vezes, isto significa adiar algumas experiências, em outros casos, significa ficar com o que já experimentamos e funcionou bem.

Destaca-se, para os objetivos deste trabalho, a ocorrência de estresse, esgotamento corpo-mente, aparecimento de doenças psicossomáticas, desequilíbrios e desajuste pessoal ou familiar notadamente relacionado às configurações familiares da população estudada.

Ao reeducar-se o adolescente, por meio de recursos arteterapêuticos, demonstra-se que a Arteterapia pode muito bem constituir uma intervenção na cura das angústias, num efetivo instrumento de resposta construtiva às pressões da vida cotidiana, já que “o ato de ‘cura’ é mobilizado e ampliado por um processo de aprendizagem em que o sujeito acredita ser capaz de transformar-se, de libertar-se e de se tornar construtor dos caminhos em busca da libertação” (CIORNAI, 2005, p 31). Sob os impactos da modernidade na sociedade incapaz de incluir a todos, a Arteterapia permite diminuir tensões, resgatar a autoestima, participar criativamente, recuperar um sentido positivo de atitudes em relação à vida e uma melhor inserção do adolescente no seio da comunidade.

O desfecho primário permitiu, como resultados no final da pesquisa, a construção de teorias que ajudam a identificar a importância e a finalidade da Pastoral do Menor como uma entidade que presta um importante trabalho de atendimento social a crianças, adolescentes (CNBB, 2010A) e familiares, direcionando teorias sobre o papel e a finalidade do trabalho do educador social, como também, apontando o trabalho com o adolescente em Liberdade Assistida, a partir de um olhar de esperança e melhoria de sua identidade pessoal. Neste sentido, é essencial que o educador social assimile que os adolescentes caminham a ritmos

diferentes, evitando a criação de estereótipos do tipo: "Esse adolescente é criminoso e não tem solução!".

Outro ponto de conscientização claro é que alguns adolescentes se desenvolvem de forma extremamente rápida e compreendem suas crises e delinquências, ao passo que outros costumam ser mais lentos e apresentam maior dificuldade para apreender sua realidade e condição social.

O grande desafio deste encontro entre arte e realidade de vida ainda é limitado, pois passamos a perceber, como educador social, que a articulação dos adolescentes que chegam ao Programa Socioeducativo de Liberdade Assistida causa de imediato uma realidade negativa: o adolescente, que se quer tinha dinheiro para tomar um ônibus da periferia ao centro da cidade, agora se vê com essa facilidade e alguns até aproveitam para praticar pequenos delitos no centro de Natal/RN ao sair das atividades que são realizadas quinzenalmente.

A Arteterapia não resolve todos os problemas pessoais do adolescente, mas impõe leveza pela ativação do sentimento de beleza e harmonia nas adversidades da vida. Permite ainda que o adolescente olhe pra si e estabeleça relações entre os seus conflitos, seus desejos e sonhos.

Considerações finais

Este estudo sobre a Pastoral do Menor e sua atuação com adolescentes em Liberdade Assistida partiu de questões históricas e do entendimento das políticas públicas de direitos no Brasil. Além disso, representou a necessidade de, ao estudar a atuação do educador social, aprofundar valores na educação do adolescente, proporcionando meios para uma nova abordagem na pedagogia social, na qual o educador tenha a compreensão das raízes profundas dos problemas postos pela prática educativa onde irá atuar.

É importante que o educador compreenda que, a organização do trabalho na escola e nas instituições, revela a posição distinta nas relações sociais, onde uns concebem e outros executam, constituindo-se, assim, um dos elementos determinantes da prática de quem irá trabalhar com o adolescente como um todo, desenvolvendo neste todas as dimensões da vida, como o corpo, a alma, a natureza, a sociedade, as ideias e as emoções.

Levando-se em conta a importância do trabalho das instituições sociais na sociedade brasileira, frisamos as instituições que têm cunhos religiosos, como no caso da Pastoral do Menor, que nestes últimos anos tem assumido importante papel de protagonista dos direitos de classes menos favorecidas.

Nesse sentido, essas classes são norteadas por famílias, crianças, adolescentes e jovens, com necessidade de acompanhamento dentro da comunidade de origem. Assim, é importante apontar de imediato três questões: a primeira se refere à Pastoral do Menor e seu compromisso, fundamentado em concepções de uma educação informal, a qual colabora diretamente com as condições de formação socioeducativa estabelecida por uma cultura de resgate de direitos sociais.

Não obstante, a simplicidade do trabalho de proporção inclusiva e o sentido humanitário desta população menos favorecida, acompanhados diretamente pela Igreja Católica, estabelecem o sentido de conquista, pois lidam diretamente com as políticas públicas de garantia de direitos a essas camadas sociais.

A segunda questão diz respeito ao educador social, que deve ter conhecimentos das causas e das necessidades do público assistido. Sua formação deve ser basilar para, assim, assumir determinadas formas educativas que interfiram diretamente nas condições sociais, que definem os elementos de uma educação transformadora do comportamento do adolescente.

Assim, quando dizemos que a educação tem um cunho social, entendemos que o educador responde diretamente em suas intervenções por essa dimensão social, aprimorando as entrelinhas de desenvolvimento interpretativo do que pode ou não pode ser aprendido e

apreendido pela participação do sujeito como partícipe de sua própria formação social e comunitária.

A terceira trata do adolescente da sociedade brasileira, que em sua definição identitária vem passando por profundas transformações, seja na realidade educacional, como também nos diferentes campos de atuação do mundo do trabalho.

Os conflitos também têm assumido proporções alarmantes frente aos desafios de consumo e às condições de acesso aos bens. Neste caso, a Pastoral do Menor identifica, com profunda eficiência, as diferentes formas de negligência que a sociedade comete contra estes adolescentes e aponta que os tipos de delinquências cometidas por esses se diversificam com o aumento da violência.

No tocante à realidade da sociedade brasileira, o adolescente passa por um desajuste tanto no que diz respeito ao mundo do trabalho, devido ao jogo de subserviência, que o capitalismo tem alimentado nesses longos anos, quanto no que diz respeito às crises econômicas que têm acometido esta sociedade.

No trabalho com o adolescente infrator, devemos deixar claro que é por meio da educação que podemos visualizar um mundo de paz e só com formação educacional podemos romper esta cultura de violência e de crime no país.

Vivemos em uma época turbulenta, na qual é nítido o descaso do homem com a natureza e com a sua própria espécie. Talvez, inconscientemente ou por motivos culturais, as pessoas vejam o mundo de maneira dualista, não compreendendo a interligação do pessoal com o cosmo e a natureza.

Mesmo na dualidade, a educação transcende o ato de transmitir informações e de reproduzir o sistema socioeconômico e as estruturas políticas então vigentes. É um processo no qual toda a sociedade se encontra envolvida, embora se atribua à família e à escola uma maior responsabilidade neste cometimento de instrução educativa do adolescente.

Todas as instâncias sociais: associações e entidades religiosas, movimentos sociais públicos e particulares, empresas e fábricas, direta ou indiretamente, ocupam-se do processo educativo, mesmo que de forma assistencial. Desta forma, não podemos negar a dimensão assistencialista do trabalho social da Igreja Católica no Brasil, embora busquemos transcender essa realidade.

Por sua vez, é na escola que o papel da educação assume magnitude, ao extrapolar os muros que ela encerra e influir em todas as outras instâncias, alterando para melhor a sociedade ou contribuindo decisivamente para a preservação dos descabros nos quais se

alicerça, ensejando um estado de estagnação social e preservação do *status quo* dos grupos dominantes que a controlam.

Diante das práticas que vêm contribuindo com a degradação da convivência humana, como a produção e o consumo exacerbados, gerando reflexos danosos ao meio ambiente, a desigualdade social e a degradação da vida se tornam cada vez mais alarmantes. Acreditamos, com isso, que se faz necessário o surgimento de um novo modelo para explicar a realidade presente e orientar a solução desses problemas. Este modelo seria a edificação de um novo modo de educar o adolescente, orientando-o para o respeito de si próprio e de seus semelhantes.

Deste modo, na cidade de Natal/RN, o grande desafio que está posto agora e que já vem sendo enfrentado através de novos enfoques nas diversas áreas do conhecimento e da ação humana, enquanto tônica do Século XXI, é como fazer a ponte entre política de trabalho e resgate da educação do adolescente, afastando-o das diversas cenas que alimentam a estética do crime, dos muros, da violência e da esperança.

Certamente, o ensinar e o educar são contingências das necessidades de um dado contexto histórico em um determinado patamar do conhecimento formativo e cultural desse adolescente.

Construir uma formação cidadã ao adolescente e sua família passa pela preservação da democracia, na qual todos podem e devem se manifestar e interferir no poder, contestar e ser contestado e crescer no contraditório.

A cidadania e os direitos de cada um devem ser compreendidos em sua dinâmica espacial e temporal de avanços e recuos, em que o objetivo maior deva ser a luta para construir e preservar os valores humanos, o que não significa colocar em primazia os homens sobre os outros seres terrestres, e sim com solidariedade entre os povos e sintonia com tudo mais que compõe o seu habitat.

A sociedade tem tratado o problema do adolescente de uma forma controversa, com argumentos desencontrados, gerando certa polêmica que se dissemina nos meios de comunicação e principalmente na internet. Não podemos desmerecer os avanços, fonte de longas campanhas, marcadas por discursos acirrados e que agora a sociedade e os movimentos políticos querem retroceder.

Educar o adolescente não pode tornar-se apenas uma questão de obrigação e ser visto com desconfiança, tem de ser uma conquista do adolescente e da família. Se as coisas não vão bem, não podemos culpar os adolescentes pelo descompasso político-social e pela violência.

Parafraseando o saudoso Nelson Mandela: se eles odeiam ou são violentos é que alguém os ensinou a isso, já que não nascemos odiando, sendo responsabilidade dos adultos não de punir, mas, antes, de educar e de conduzir a uma boa índole.

Por isso, a Pastoral do Menor no Brasil tem feito esforços para incentivar nas pessoas a consciência de que as conquistas de direitos da criança e do adolescente não são ações isoladas, mas conquistas sociais e conjuntas de uma nação.

Este trabalho que agora apresentamos nos dá uma oportunidade para pensarmos sobre a realidade social em que vivemos, levando-nos a questionar os tipos de mudanças que queremos em nosso país, como promover o contato do adolescente infrator com os projetos sociais para que ele não seja indiferente aos problemas sociais que afetam negativamente a sua realidade.

A Igreja Católica sempre esteve envolvida ativamente nas questões de garantia dos direitos políticos do público infante-juvenil, por isso, apoia as iniciativas que prezam a ética e a garantia dos direitos humanos e convida todos os católicos a se posicionarem politicamente contra todos os projetos que estão contra a vida.

Nas Pastorais Sociais e na Pastoral do Menor em especial, esse direcionamento ganha uma perspectiva educativa. As campanhas em defesa da garantia de direitos da criança e do adolescente são motes para desenvolver o protagonismo do adolescente, a partir da discussão sobre a participação da população na política, no intuito de formar seres conscientes de sua cidadania, tendo em vista a construção de uma sociedade justa, pacífica, humanamente democrática e ecologicamente equilibrada.

Para o desdobramento destas finalidades, a Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN, como de todo o Brasil, acredita que é importante valorizar as conquistas e se posicionar de acordo com as normas que nos convidam a "ver, julgar e agir", dando autonomia ao adolescente e sua família, levando-os a enfrentar com alegria e entusiasmo as divergências e adversidades da vida.

O estudo proposto nos ajudou a aprofundar a real finalidade da Pastoral do Menor e a perceber os desafios que enfrentam os educadores sociais, pois, embora se tente aproximar teoria e prática, ainda há a necessidade de conciliar os projetos com a política econômica vigente no país.

O trabalho do educador social se pauta em uma fé inculturada nos vários acontecimentos da vida, embora as lutas sejam de proporções local, regional e nacional. Há uma generalizada preocupação social com as questões da criança e do adolescente, que se

remetem a muita escuridão de compreensão, mas há também conquistas significativas, que não podem se desfazer com simples discursos de políticas momentâneas.

A problemática formativa social do adolescente sempre existiu, sendo tratada sob o olhar idealizado do adulto e tratada com indiferença frente à realidade social atual.

A elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente são conquistas da social civil, como também dos vários seguimentos da Igreja Católica, na representação de religiosos e religiosas, padres, agentes de pastorais e tantos outros membros envolvidos e empenhados nesta empreitada.

A participação da Pastoral do Menor na conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente é uma realidade clara de que essa acredita na educação da criança e do adolescente como transformadora da sociedade. Embora a educação tenha sido apresentada sucateada, ainda é a principal fonte de combate às injustiças sociais e fonte de conquista da melhoria de vida.

Com base nisso, as atividades em Arteterapia promovem uma abordagem diferenciada da Pastoral do Menor e visam à inclusão de todos os adolescentes atendidos. Atua no processo de desenvolvimento pessoal, sensibilizando por uma inserção social do adolescente em Liberdade Assistida, que não consegue acompanhar a escola comum e que, por isso, apresenta históricos de violência escolar. Diminuindo, dessa forma, o risco de violência social dos adolescentes atendidos pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN e promovendo a cidadania por meio da arte e da música.

Hoje, a Pastoral do Menor colhe os frutos desse trabalho não só na Região Nordeste como em todo o Brasil. A entidade tem reconhecimento da prestação de serviço com a promoção cultural e social na grande Natal. Além disso, tem atuado com a proposta de desenvolver ação em defesa do adolescente, em parceria com o governo local e nacional.

A partir de um olhar para a singularidade desses adolescentes, o educador social obtém êxito no sentido de levá-los a se organizar melhor tanto psicológica, quanto socialmente, para uma melhor integração social.

Novos desafios e exigências são apresentados à Pastoral do Menor, que recebe a incumbência de assistir os adolescentes, preparando-os para a capacidade não só de enfrentar os desafios impostos pela medida socioeducativa da Liberdade Assistida, como também de superá-los. Como consequência, é necessário que o educador social reveja o seu papel, para atender a essas demandas de fortalecimento da ação e para uma educação informal capaz de apresentar elementos de integração social.

No contexto da realidade social da cidade de Natal, compreendemos que a responsabilidade pela atenção e melhoria do comportamento do adolescente é de incumbência tanto da família como também de toda a sociedade.

As finalidades da Pastoral do Menor ganham uma dimensão mais abrangente, complexa e dinâmica, o que, por consequência, afeta o trabalho de toda a equipe que atua nessa medida socioeducativa, pois abrange uma série de sujeitos sociais: escola, família, igrejas, empresas e sociedade em geral.

Em seus anos de atividade, o “Programa Liberdade Assistida” executado ofereceu importantes ações, com o objetivo de sensibilizar os adolescentes a assumir sua responsabilidade como copartícipes e compromissados na sua ressocialização.

A Pastoral do Menor, ainda, visando coibir eventuais fatores de vulnerabilidade e conflitos inerentes à convivência do grupo de adolescentes, orienta os participantes a terem autonomia e responsabilidade em suas ações.

Esta pesquisa possibilitou um crescimento coletivo, pois demonstrou o trabalho de entrosamento do adolescente com a família e a escola, sua relação com a sociedade, com o educador social e com a Pastoral do Menor.

A lição que podemos tirar da ação da Pastoral do Menor é que nem tudo está perdido. Há uma esperança de inclusão social dos adolescentes através de sua capacitação e encaminhamento para a escola e para o mundo do trabalho, embora constatem uma realidade diferente de aceitação ao encaminhá-los para algumas entidades da comunidade natalense.

De acordo com a Pastoral do Menor de Natal/RN, estar a serviço dos adolescentes é fazer com que as famílias se apropriem de seus direitos, garantidos pela Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A equipe técnica (psicólogo, assistente social, educadores, coordenadores, arte-terapeuta) foi de suma importância para a consumação do projeto, já que todos se empenharam por uma mesma causa, contribuindo com as informações e dados solicitados para elucidar as respostas da pesquisa.

As dificuldades apresentadas nos relatórios pesquisados dizem respeito à transformação e autoestima pessoal dos adolescentes, à descoberta de suas potencialidades, ao interesse para o mundo do trabalho, à descoberta do sentido do agir ético, ao comportamento positivo perante a família e à compreensão sobre o uso e não uso das drogas.

As dificuldades foram sanadas devido à paciência e à eficácia na organização das informações, apesar de serem extremamente complexos os dados oferecidos, tratando-se diretamente da realidade dos adolescentes em Liberdade Assistida.

Outra dificuldade diz respeito diretamente ao trabalho da Pastoral do Menor na luta por fazer valer as políticas de educação, a saúde e a assistência social, pois a estrutura econômico-social precária das famílias dos adolescentes, que retarda a mudança de vida dos mesmos, aumenta a necessidade por parte da Pastoral de oferecer um suporte maior às famílias. Além disso, há a falta de um transporte desses adolescentes para as visitas às comunidades nas escolas, e dificuldade de transportar materiais para as atividades educativas, já que estas são realizadas em espaços concedidos pelas paróquias distantes da sede administrativa.

Há, ainda, a necessidade de uma formação continuada para a equipe diante da diversidade e complexidade do atendimento integral ao adolescente, pois os recursos materiais, físicos e humanos são insuficientes para um atendimento de melhor qualidade.

Os educadores sociais definem que as atividades com os adolescentes em Liberdade Assistida se constituem em um trabalho com desafios sem limites, que os impulsionam cada dia a novas possibilidades de encontros pessoais. É uma troca de experiências que os ajuda a crescer também como pessoas e como educadores.

O trabalho com os adolescentes das medidas socioeducativas é de grande amplitude para cada um dos envolvidos. É uma missão, que tem como finalidade resgatar os adolescentes em suas situações de risco social e acaba nos ensinando mais sobre a individualidade de cada um.

A pesquisa contribui para uma melhor compreensão do comportamento juvenil, a partir de realidades distintas, com adolescentes em diferentes situações de conflitos, diferentes formas de abordagem para a resolução destes conflitos e facilitação de inclusão destes jovens na sociedade. Para isso, a participação desses em diferentes atividades em artes, com a contribuição interpretativa dos elementos da Arteterapia, representou uma forma bastante eficiente e acolhedora para com estes jovens, contribuindo, assim, com nossa formação, crescimento e confiabilidade para atuar com esta fase da vida humana tão delicada e essencial para a fundamentação de valores e comportamento adequado do ser humano.

Referências Bibliográficas

ALLESSANDRINI, Cristina Dias; SEI, Maíra Bonafé; GONÇALVES, Tatiana Fecchio da Cunha. **Arteterapia com grupos: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

ALVES, Nanci. **Memória da VII Assembleia Nacional da Pastoral do Menor**. Belo Horizonte, Impressão: Gráfica e Editora O Lutador, 6 a 11 de dezembro de 2011. Presente em: http://www.pastoraldomenornacional.org/site/component/docman/doc_download/39-memoria-da-vii-assembleia. Acesso em 18 de janeiro de 2015.

ARCURI, Irene Gaeta. **Arteterapia e o corpo secreto: técnicas expressivas coligadas ao trabalho corporal**. São Paulo, Vetor, 2006.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da Criação Verbal**. 6ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BARBIER, R. **A Pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da Arte: anos 80 e novos tempos**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Edit. Relógio d'Água, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BEOZZO, José Oscar. **Medellín: inspiração e raízes**. Riobamba, Equador, 31 de agosto de 1998. Presente em <http://www.servicioskoinonia.org/relat/202.htm#cita21>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 8ª ed. São Paulo: Braziliense, 1983.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. **Normas e princípios das Nações Unidas sobre prevenção ao crime e justiça criminal/Organização**: Secretaria Nacional de Justiça. – Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2009. Presente em: http://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/projects/UN_Standards_and_Norms_CPCJ_-_Portuguese1.pdf. Acesso em 23 de maio de 2014.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Edusp, Ed. 34, 2000.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. 2ª ed. (Folha de São Paulo). São Paulo, 2009.

Câmara dos Deputados. **A realidade brasileira do menor**. Centro de Documentação e Informação, Brasília, 1976.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CAMPBELL, Ross. **Como realmente amar seu filho adolescente**. São Paulo: Mundo Cristão, 2005.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. **Política Social e Setorial por Segmento: Criança e Adolescente**. In Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 3 – Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada e à Distância, 2000.

CARVAJAL, Guillermo. **Tornar-se adolescente: a aventura de uma metamorfose – visão psicanalítica da adolescência**. Tradução de Claudia Berliner. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CHAGAS, Aécio Pereira. **Argilas: as essências da terra**. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

CHALOUB, Suraya Benjamin. **Processo Pedagógico Gerador de uma Consciência Crítica: uma história de vida**. São Paulo: Loyola, 1989.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHARLOT, Bernard. O sujeito e a relação com o saber. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 23-33.

CHIERA, Renato. **Presença: contribuições para uma educação de inclusão**. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2008.

CHIESA, Regina Fiorezzi. **O Diálogo com o Barro**. O Encontro com o Criativo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

CHRISTO, Edna Chagas. **Criatividade em Arteterapia: pintando & desenhando, recortando, colando & dobrando**. 2ª ed ver. e ampliada – Rio de Janeiro: Wark, 2005.

CIORNAI, Selma. (org). **Percursos em Arteterapia: arteterapia gestáltica, arte em psicoterapia, supervisão em arteterapia**. São Paulo: Summus, 2004.

CIORNAI, Selma. (org.) **Percursos em Arteterapia: ateterapia e educação, arteterapia e saúde**. São Paulo, Summus, 2005.

CLEMENTINO, M. do L. M. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70**. UFRN/ CCHLA, 1995.

CNBB. **Quem Acolhe o Menor, a Mim Acolhe**. Texto Base Campanha da Fraternidade. Brasília/DF. Editora: Paulinas, 1987.

CNBB. **O que é pastoral social?** Brasília/DF, julho de 2001.

CNBB. **O que é pastoral social?** São Paulo, 4ª ed.: Edições Loyola, 2003.

CNBB, Documento 85. **Evangelização da juventude** - Desafios e perspectivas pastorais. São Paulo, 2007.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / **A Missão da Pastoral Social**. Brasília, Edições CNBB. 2008.

CNBB. **Pra pagar de boa**: “Dê oportunidade – Medidas Socioeducativas responsabilizam, mudam vidas”: uma campanha da Pastoral do Menor. Organização: Instituto da Criança e do Adolescente – ICA. Belo Horizonte: PUC Minas, 2010A. Presente em: http://www.pastoraldomenornacional.org/site/component/docman/cat_view/8-campanha-em-favor-das-medidas-socioeducativas-e-contr-a-reducao-da-idade-penal. Acesso em 20 de maio de 2014.

CNBB. **Liberdade Assistida**: um projeto em construção. Belo Horizonte/MG, 2010B. Presente em: http://www.pastoraldomenornacional.org/site/component/docman/cat_view/8-campanha-em-favor-das-medidas-socioeducativas-e-contr-a-reducao-da-idade-penal. Acesso em 21 de agosto de 2014.

CNBB. **Revista Memória da VII Assembleia Nacional da Pastoral do Menor**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2011: p. 27. Presente em: http://www.pastoraldomenornacional.org/site/component/docman/cat_view/19-revistas-da-pastoral-do-menor. Acesso em 31 de maio de 2015.

COHEN, A. K. “**A delinquência como subcultura**”. In: BRITO, Sulamita. (org.) *Sociologia da Juventude*, vol. III. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. 133-146.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Pedagogia da Presença**: da Solidão ao Encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

COULON, Alan. **Etnometodologia**. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.

DAVIS, Allison. “A socialização e a personalidade juvenil”. In: BRITO, Sulamita. (org.) *Sociologia da Juventude*, vol. II. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. 29-51.

DOCUMENTO DE PUEBLA. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Conclusões da IIIª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Puebla/México, Edições Paulinas, 1979. Presente em http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf?PHPSESSID=6fa1b33e3b82de1acf51b1db1e7654e7. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei Federal Nº 8.069/1990. São Paulo, Paulus 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger. **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**; Ano 1, nº 1, outubro de 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2011A.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17ª ed. – São Paulo, Paz e Terra, 2011B.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 54ª ed. rev. e atual – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Maria Virgínia de. **Juventude e adolescência no Brasil; referências conceituais**. São Paulo, Ação Educativa, 2005. Presente em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2015.

GIAQUETO, Adriana. Caminhos para a atenção à infância e adolescência no Brasil: as políticas sociais e as legislações. In: **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 2, nº. 4, julho de 2006.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIUSTINA, Joice Della. **A Pastoral do Menor no Brasil, hoje**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOLINELLI, R. Arte Terapia: um caminho para a expressão dos sentimentos. **Arte Terapia: Revista Imagens da transformação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 9, p. 199-204, 2002.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social de Rua: análise e sistematização de uma Experiência vivida**. 6ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2009.

GRIFFA, Maria Cristina.; MORENO, José Eduardo. **Chaves para a psicologia do desenvolvimento: adolescência, vida adulta – velhice**. São Paulo: Paulinas, 2001.

GRITO no Nordeste. Recife/PE: nº 95 – Março/Abril de 1987, p. 5.

LIPP, M. E. N. “Educação afetiva: orientações para pais”. In: Marilda Emmanuel Novaes Lipp. (Org.). **O adolescente e seus dilemas: orientação para pais e educadores**. 1ª ed. Campinas/SP: Papirus Editora, 2010, p. 11-26.

LOZADA, Leonidas Ortíz. **Rumo a uma renovada pastoral social (à luz de Aparecida...)**. Brasília/DF: Printed in Brazil, 2009.

MARTINS, Mirian Celeste Ferreira Dias. **Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo: FTD, 2010.

MARX, Karl. O Capital. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MATZA, David. “As tradições ocultas da juventude”. In: BRITO, Sulamita. (org.) **Sociologia da Juventude, vol. III**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. 81-106.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumem Júris Editores, 2011.

MORIN, Edgar, CIURANA, Emilio Roger, MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na Era Planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília; UNESCO, 2003.

NANNI, Carlo. **O sistema preventivo de Dom Bosco, hoje**. Brasília: Rede Salesiana de Escolas, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. 2ª ed. São Paulo: Editora Escala, 2008.

ORTIZ, Renato. Estado, cultura popular e identidade nacional. In: **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREIRA, Katia Helena. **Como usar artes visuais na sala de aula**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PHILIPPINI, A. **Linguagens e materiais expressivos em Arteterapia: uso, indicações e propriedades**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Loteamentos Murados e Condomínios Fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In **A Cidade Contemporânea – Segregação Espacial**. Org. P. A. Vasconcelos, R. L. Corrêa e S. M. Pintaudi. São Paulo, Editora Contexto, 2013.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Exploração Sexual de Crianças. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs.). **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2ª ed. São Paulo: Iglu, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e Artes do Pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTO DOMINGO. IV Conferência do Episcopado Latino-Americano. **Nova evangelização, promoção humana e cultura cristã**. 7ª Edição, Tradução oficial da CNBB. Santo Domingo, 12 de Outubro de 1992. Presente em: http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182510.pdf?PHPSESSID=6fa1b33e3b82de1acf51b1db1e7654e7. Acesso em 01 de março de 2015.

SARANYANA, Josep-Ignasi. **Cem anos de teologia na América Latina (1899-2001)**. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2005.

SAVIANI, Iraci. Arteterapia no trabalho com dependentes químicos em instituição de saúde pública. In: CIORNAI, Selma (Org.). **Percursos em Arteterapia: arteterapia e educação, arteterapia e saúde**. São Paulo, Summus, 2005.

SCHAFFER, Raymond Murray. **Educação sonora: 100 exercícios de escuta e criação de sons.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

SHILLING, Flávia. **A sociedade da insegurança e a violência na escola.** São Paulo: Moderna, 2004.

SILVA, Maria Dulce et all. **Crianças e adolescentes: a violência nossa de cada dia.** Teresina: Pastoral do Menor, 1992.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: descontinuidades e continuidades. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº. 83, ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

Sistema Preventivo e Direitos Humanos (SPDH). P. Orestes Carlinhos Fistarol (Org.) Brasília, CISBRASIL/CIB, 2009.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **O futuro do Brasil não merece cadeia.** In: Serviço Social e Sociedade. nº 77. São Paulo: Cortez, 2004.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1997.

Tribuna do Norte. **RN registra 18 mortes violentas no fim de semana.** Natal: 2015-07-21. <http://tribunadonorte.com.br/noticia/rn-registra-18-mortes-violentas-no-fim-de-semana/319653>. Acesso em 25 de setembro de 2015.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte.** Natal: Editora do IFRN, 2010.

VALLADARES, A. C. A. A arteterapia e a reabilitação psicossocial das pessoas em sofrimento psíquico. In: VALLADARES, Ana Cláudia Afonso. (Org.) **Arteterapia no novo paradigma de atenção em saúde mental.** São Paulo: Vetor, 2004. p. 11-13.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os Direitos da Criança e do Adolescente.** São Paulo: Ltr, 1999.

VILLA-LOBOS, Heitor. “Villa-Lobos por ele mesmo”. In: RIBEIRO, João Carlos (org.). **O pensamento vivo de Villa-Lobos.** São Paulo: Martin Claret, 1987.

VOLPI, Mário (Org.). **O adolescente e o ato infracional.** 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

WASTSON, Rod; GASTALDO, Édison. **Etnometodologia & Análise da Conversa.** Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2015.

Apêndice 1 – Parecer Pedido de Autorização para Realização de Projeto de Pesquisa**PARECER PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA****Protocolo 151/2015**

A Comissão de Pesquisa da Universidade de Santo Amaro, após análise, autorizou a realização do projeto intitulado: **“Práticas de Educação Interdisciplinar em Arteterapia e Inclusão Social com Adolescente em Liberdade Assistida”**, sob responsabilidade do pesquisador Sebastião Jacinto dos Santos, no período de 20/10/2015 a 20/01/2016.

Esta autorização da Comissão de Pesquisa não substitui e/ou dispensa a obrigatoriedade de análise ética, quando pertinente. Desse modo, os projetos envolvendo seres humanos devem ser analisados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa - UNISA antes de seu início, bem como os projetos que farão uso de modelo animal devem ser analisados e aprovados pela Comissão de Ética no Uso de Animais – UNISA.

Vale ressaltar que o pesquisador se compromete a entregar relatório de atividade até o dia 20/01/2016.

Caso o relatório não seja entregue, o pesquisador será submetido às sanções previstas nas Normas para Atividades de Pesquisa e Regimento Geral da UNISA.

Atenciosamente

São Paulo, 05 de outubro de 2015

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Eloi Rosa', is positioned above the printed name of the signatory.

Prof. Dr. Eloi Francisco Rosa
Presidente da Comissão de Pesquisa
Pró-Reitor de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão

Apêndice 2 – Justificativa para Ausência do TCLE**MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS**

Rua Isabel Schmidt, 349, Santo Amaro, São Paulo, SP

JUSTIFICATIVA PARA AUSÊNCIA DO TCLE

O projeto: “**Práticas de Educação Interdisciplinar em Arteterapia e Inclusão Social com Adolescente em Liberdade Assistida**”, desenvolvido no curso de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade de Santo Amaro – UNISA/SP, tem como responsáveis o pesquisador SEBASTIÃO JACINTO DOS SANTOS e o orientador Prof. Dr. MARCOS JÚLIO SERGL, que utilizarão como instrumento de obtenção de dados de relatórios, fichas e trabalhos de artes realizadas por adolescentes do Programa Liberdade Assistidas, realizadas nos anos de 2004 a 2010. O pesquisador deste trabalho comunica ainda que os dados, frases e recortes de material escrito, fotografias e desenhos de arte realizados pelos adolescentes serão os mesmos utilizados para a pesquisa em Arteterapia realizada junto à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, nos anos de 2006 a 2008, e serão manuseados somente pelo pesquisador e pelo orientador para fins específicos de desenvolvimento da pesquisa, com abordagem interdisciplinar.

Neste sentido, por se tratar de uma pesquisa que não realizará intervenção direta com os participantes, sendo simplesmente relatos de experiências, com base em dados indiretos dos anos em referência, previamente autorizados pela Instituição **Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN**, venho solicitar ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santo Amaro – UNISA a autorização da coleta dos dados sem a necessidade de obtenção do TCLE.

Declaro ainda que, os materiais ou dados coletados, serão utilizados apenas para uso específico da pesquisa resguardando a identificação dos participantes e o sigilo dos dados, conforme já apresentado no Termo de Autorização para o Uso de Informações e Dados da Instituição.

São Paulo/SP, 30 de setembro de 2015.

Prof. Dr. Marcos Júlio Sergl
Orientador

Sebastião Jacinto dos Santos
Pesquisador

Apêndice 03 – Termo de Compromisso e Confiabilidade**MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS**

Rua Isabel Schmidt, 349, Santo Amaro, São Paulo, SP

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIABILIDADE

Eu, Sebastião Jacinto dos Santos, brasileiro, solteiro, Funcionário Público do Estado de São Paulo, regularmente matriculado no curso de Pós-Graduação da Universidade de Santo Amaro – UNISA, inscrito sob o CPF nº 814005784-34, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter Sigilo e Confiabilidade sob todas as informações técnicas e/ou relacionadas ao projeto “**Práticas de Educação Interdisciplinar em Arteterapia e Inclusão Social com Adolescente em Liberdade Assistida**” do qual sou pesquisador responsável.

Por este termo, comprometo-me:

- a) a não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para uso de terceiros;
- b) a não efetuar nenhuma gravação ou cópia de documentação oficial a que tiver acesso;
- c) a não apropriar-me para mim ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso, que venha a ser disponível;
- d) a não passar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações por meu intermédio, obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

A vigência da obrigação de confiabilidade assumida por minha pessoa, sob este termo, terá validade indeterminada ou enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou ainda, mediante autorização escrita, concedida a minha pessoa pelas partes interessadas neste termo.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confiabilidade, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

São Paulo/SP, 30 de setembro de 2015.


Sebastião Jacinto dos Santos
Pesquisador Responsável

Apêndice 04 – Carta de Autorização

ARQUIDIOCESE DE NATAL
PASTORAL DO MENOR
Av. Floriano Peixoto, 674 – Bairro Tirol
Cep: 59.020-500

**CARTA DE AUTORIZAÇÃO**

Eu, **Tony Marques de Oliveira**, Coordenador da Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada “**Práticas de Educação Interdisciplinar em Arteterapia e Inclusão Social com Adolescente em Liberdade Assistida**”, sob responsabilidade do pesquisador **Sebastião Jacinto dos Santos**, solteiro, portador do CPF 814005784-34, RG 55.064.865-3, RI 3173496, desenvolvida no curso de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade de Santo Amaro – UNISA/SP. Para isto, serão disponibilizados ao pesquisador relatórios, documentos para análise, autorização de uso de fotografias e trabalhos de artes dos adolescentes realizados nos anos de 2004 a 2010.

Natal/RN, 08 de setembro de 2014.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Tony Marques de Oliveira', written over a horizontal line.

Tony Marques de Oliveira
Coordenador da Pastoral do Menor

Apêndice 05 – Termo de Autorização para o Uso de Informações e Dados da Instituição**MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS**

Rua Isabel Schmidt, 349, Santo Amaro, São Paulo, SP

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA O USO DE INFORMAÇÕES E DADOS DA INSTITUIÇÃO

A pesquisa “**Práticas de Educação Interdisciplinar em Arteterapia e Inclusão Social com Adolescente em Liberdade Assistida**”, desenvolvida no curso de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade de Santo Amaro – UNISA/SP parte de nossa experiência como educador social junto à Pastoral do Menor na Arquidiocese de Natal/RN. O relato desta experiência mostra-se fundamental para o desenvolvimento do corpus do trabalho. Pretendemos analisar as técnicas aplicadas nas sessões de arte, pois acreditamos na importância do trabalho desenvolvido na Arquidiocese de Natal para a formação educativa do adolescente em medida socioeducativa de Liberdade Assistida, com a finalidade de resgate de sentido à vida deste, a partir dos campos particulares da realidade social e educativa.

Na pesquisa serão utilizados dados de entrevistas e relatórios de forma indireta e sem nenhum procedimento corresponde à condição de constrangimento vexatório. As fotografias com adolescentes serão apresentadas com escurecimento, descaracterizando a identificação, conforme solicitação da coordenadora Maria Carvalho de Menezes nos anos indicados anteriormente.

O pesquisador deste trabalho comunica ainda que os dados, frases e recortes de material escrito, fotografias e desenhos de arte realizados pelos adolescentes serão os mesmos utilizados para a pesquisa em Arteterapia realizada junto à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, nos anos de 2006 a 2008, e serão manuseados somente pelo pesquisador e pelo orientador para fins específicos ao desenvolvimento da pesquisa.

Esclarecemos ainda que a publicação dos resultados respeita o direito ao sigilo e a não identificação dos participantes. Os dados utilizados não serão identificados com o nome do adolescente (será apresentada apenas uma letra maiúscula para apresentação do mesmo, que não corresponde necessariamente à letra de identificação do adolescente) ou qualquer outro critério que quebra o sigilo e o anonimato. As informações colhidas estarão aos cuidados do pesquisador. Serão utilizados dados de relatórios que já estão transcritos, feitos por pesquisas anteriores.

A finalidade desta pesquisa é fazer o mapeamento da construção da identidade do adolescente em Liberdade Assistida, atendido pela Pastoral do Menor, na Arquidiocese de Natal, no período de 2004 a 2010, apontando as significativas contribuições no atendimento e seu protagonismo social a partir das atividades socioeducativas em Arteterapia, tendo como objetivos:

- verificar como são organizados esses acompanhamentos e suas finalidades na reestruturação e ressocialização dos adolescentes em seus direitos e deveres;

- acompanhar a ocorrência de recuperação da autoestima e de vínculos familiares e comunitários dos adolescentes;
- apontar como se dá a reinserção dos adolescentes na comunidade, escola, aprendizagem profissional e a conscientização da responsabilidade da comunidade;
- conhecer melhor a realidade dos adolescentes;
- averiguar como as atividades em Arteterapia podem auxiliar na melhora da percepção pessoal destes adolescentes;
- escrever a respeito do histórico da Pastoral do Menor e seus métodos de trabalho com adolescentes infratores, atividades de prevenção e problemática, considerando os documentos que tratam do nosso objeto de estudo.

Esclarecemos ainda que a pesquisa não trará nenhum ônus financeiro para a Pastoral do Menor em nível nacional ou local, embora produza modos de reflexão sobre a forma de atuação desta Pastoral.

Informamos também que a pesquisa não oferecerá nenhum risco à instituição ou aos participantes por estar fundamentada em dados biográficos e elementos já autorizados anteriormente.

Para o reconhecimento de quem interessar, anexamos a este termo o projeto de pesquisa com os passos necessários da mesma.

Diante do exposto acima, eu, **Tony Marques de Oliveira, Coordenador da Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN**, depois de ler o projeto e estando esclarecido(a) e devidamente informado(a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser realizada, expressei livremente meu consentimento para utilização de informações contidas nos relatórios do Programa Liberdade Assistida, assim como o uso de imagens e a reprodução de textos escritos, desde que respeitem a lei do sigilo e anonimato, sem citar nomes e identificação de adolescentes nos trabalhos e fotos apresentados.

Natal/RN, 08 de setembro de 2014.



Tony Marques de Oliveira
Coordenador da Pastoral do Menor



Sebastião Jacinto dos Santos
Pesquisador Responsável